



Universidade Federal do Cariri – UFCA
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Coordenação do Curso de Administração Pública e Gestão Social

Projeto Político-Pedagógico do Curso de
Bacharelado em
Administração Pública e Gestão Social

Juazeiro do Norte – Ce
Maio de 2016

GOVERNO FEDERAL

Dilma Rouseff
Presidente da República
Aloísio Mercadante
Ministro da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Suely Salgueiro Chacon
Reitora
Ricardo Lange Ness
Vice-Reitor
Ana Cândida de Almeida Prado
Pró-reitora de Ensino
Eduardo Vivian da Cunha
Pró-reitor de Extensão
Celme Torres Ferreira da Costa
Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação
Ivânio Lopes de Azevedo Jr.
Pró-Reitor de Cultura
Sílvério de Paiva Freitas Jr.
Pró-Reitor de Planejamento
Francisco Dreno Viana da Silva
Pró-Reitor de Administração
Roberto Rodrigues Ramos
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA

Diego de Sousa Guerra
Diretor
Irma Carvalho
Vice-Diretora

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

Augusto de Oliveira Tavares
Coordenador
Francisco Raniere Moreira da Silva
Vice-Coodenador

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

Augusto Oliveira Tavares
Eduardo Vivian da Cunha
Francisco Raniere Moreira da Silva
Geovani de Oliveira Tavares
Jeová Torres Silva Jr.
Victoria Régia Arrais de Paiva

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social.

Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA / Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Público- Alvo: Concluintes do Ensino Médio e graduados em áreas diversas.

Número de Vagas: 50 vagas anuais.

Forma de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com acesso através do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Carga Horária Total do Curso: 3064 horas

Duração do Curso: Mínimo de 09 e máximo de 14 semestres para integralização curricular (conforme Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Conselho de Ensino Superior – CES).

Turno de Funcionamento e Regime: Noturno de Regime Semestral.

Início das atividades: 2016.2 (com base nesta reformulação do PPC)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	06
2. HISTÓRICO DO CURSO	07
2.1 O processo de criação.....	07
2.2 Atos legais do Curso.....	09
3. JUSTIFICATIVA DO CURSO	11
3.1 Aspectos contextuais.....	11
3.2 Os princípios norteadores da formação.....	13
4. MISSÃO DO CURSO	15
5. OBJETIVOS DO CURSO	15
5.1 Objetivo Geral.....	15
5.2 Objetivos Específicos.....	15
6. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	16
6.1 Aspectos Gerais.....	16
6.2 Princípios norteadores da profissão.....	17
7. PERFIL DO EGRESSO	17
7.1 Juramento dos Concludentes.....	19
8. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	20
8.1 Componentes Curriculares do Curso.....	20
a. Disciplinas Obrigatórias.....	21
b. Oficinas Temáticas.....	21
c. Estágio Curricular Supervisionado em Residência Social.....	22
d. Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).....	24
e. Atividades Complementares (Acs).....	24
f. Disciplinas Optativas e Livres.....	25
8.2 Adequação às DCNs do Campo de Públicas.....	26
9. MATRIZ CURRICULAR	28
10. FLUXOGRAMA DO CURSO	32
11. QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS	33
12. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	37
12.1 Unidades Curriculares Obrigatórias.....	37
12.2 Unidades Curriculares Optativas.....	63
13. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA	81
13.1 Estrutura Física.....	81
13.2 Recursos Humanos.....	83
14. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	85
14.1 Núcleos de Conhecimento do Curso.....	86

14.2 Tecnologias da Informação e da Comunicação no processo de ensino-aprendizagem.....	87
a. Utilização do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)	87
b. Utilização de sites, blogs e redes sociais.....	88
c. Implementação das Tecnologias da Informação e da Comunicação..	89
15. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO AO DISCENTE.....	90
16. AVALIAÇÃO.....	91
16.1 Do Processo de Aprendizagem Discente.....	91
16.2 Do Projeto Político Pedagógico.....	92
17. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES.....	95
APENDICE 1 - Resolução de Trabalho de Conclusão de Curso.....	95
APENDICE 2 - Resolução de Estágio Curricular Supervisionado em Residência Social.....	101
APENDICE 3 - Resolução de Atividades Complementares.....	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Conteúdos distribuídos conforme a natureza do componente curricular.....	20
QUADRO 2: Disciplinas Obrigatórias.....	22
QUADRO 3: Oficinas Temáticas.....	22
QUADRO 4: Disciplinas optativas por eixo temático.....	26
QUADRO 5: Classificação das disciplinas conforme o perfil da formação.....	27
QUADRO 6 – Distribuição das Disciplinas e Atividades Obrigatórias do Curso.....	29
QUADRO 7 – Disciplinas Optativas do Curso.....	30
QUADRO 8 – Fluxograma do Curso.....	32
QUADRO 9 – Equivalências entre as matrizes curriculares do Curso.....	33
QUADRO 10 – Infraestrutura necessária para o funcionamento do Curso.....	82
QUADRO 11 – Demanda de docentes por unidade curricular.....	83
QUADRO 12 – Núcleos de Conhecimento do Curso.....	87

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Fundamentação legal

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) foi criada oficialmente pela Lei Nº 12.826 de 05 de junho de 2013, a partir do desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará no Cariri e integração dos Campi de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. A criação da nova universidade também concebeu a estruturação de suas unidades acadêmicas, entre as quais está o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) no qual se insere o curso de Administração Pública e Gestão Social, sediado à Av. Tenente Raimundo Rocha, s/n, no bairro Cidade Universitária em Juazeiro do Norte, Ceará – CEP.: 63048-080

O Curso foi criado em setembro de 2010 pela Resolução do CONSUNI/UFC nº 28, de 30/09/2010, como bacharelado em Administração Pública, com ênfase em Gestão Pública e Social. Quando da elaboração da primeira versão do PPC, as DCNs de Administração Pública ainda não haviam sido aprovadas, sendo o Curso, regido pelas DCNs de Administração. No entanto, já espelhava na sua concepção, as mudanças que estavam por ser consolidadas, fruto do envolvimento dos seus idealizadores com o campo de pesquisa em gestão social, gestão pública, economia solidária e desenvolvimento territorial.

Passados cinco anos da sua implementação, impôs-se a necessidade de revisão naquilo que as DCNs de Administração não permitiram avançar e na atualização da sua matriz curricular e concepção pedagógica em consonância com as DCNs próprias de Administração Pública, aprovadas em 10/12/2010 pelo CNE/CES, conforme parecer 266/2010 e homologadas pelo ministro da educação através da Resolução CNE/CES Nº 1 de 13 de janeiro de 2014¹.

Assim, este novo PPC afirma a identidade e a vocação do Curso para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável da Região do Cariri, através da formação de caráter generalista, capaz de preparar profissionais qualificados para atuar na esfera pública ampliada com base em uma visão holística das práticas de gestão do setor público governamental e não governamental.

Nesse sentido, a matriz curricular no Curso foi pensada a partir de dois grandes eixos temáticos, quais sejam: **Eixo 1 – DEMOCRACIA E SOCIEDADE** e **Eixo 2 – ESTADO E GOVERNANÇA PÚBLICA**, composto por unidades curriculares específicas, além das suas áreas transversais. O eixo Democracia e Sociedade agrega as unidades curriculares de Estado e Sociedade e Gestão Social. O eixo Estado e Governança Pública concentra as unidades curriculares de Gestão Pública e Políticas Públicas e Contabilidade e Finanças Públicas. As Áreas Transversais são compostas pelas unidades curriculares de Direito,

1 Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

Economia, Metodologia de Pesquisa e Administração. As disciplinas são distribuídas em unidades curriculares, contemplando os principais temas e abordagens dentro do campo multidisciplinar da Administração Pública, como orientam as suas DCNs, incluindo a disciplina de Libras e outras transversais, seja como disciplina ou temas específicos nos conteúdos programáticos, atendendo às disposições dos seguintes Decretos e Resoluções:

- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Ratifica-se, portanto, uma formação voltada para a atuação na esfera pública ampliada, com destaque para a gestão de organizações públicas governamentais e não governamentais. O Curso oferece ao estudante opções de construir a sua “trilha formativa”, através das disciplinas optativas, mais voltadas para o setor público não governamental (eixo: Democracia e Sociedade) ou o setor público governamental (eixo: Estado e Governança Pública).

A matriz curricular é composta por 36 disciplinas obrigatórias, incluindo 07 oficinas temáticas, ofertadas do primeiro ao sétimo semestre com o objetivo de transversalizar os conteúdos e reforçar a relação entre teoria e prática. Dispomos, ainda, de 25 disciplinas optativas, distribuídas entre os dois eixos formativos ou de caráter transversal. O estágio em Residência Social (RS) e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são atividades obrigatórias, juntamente com as Atividades Complementares (AC). Do ponto de vista do tipo de formação, 24 compõem a formação básica e 38 são de formação profissional,

2. HISTÓRICO DO CURSO

2.1. O processo de criação

Em setembro de 2006, a região do Cariri cearense – localizada no sul do estado – vivenciou um momento histórico de correção de distorções regionais e de redução de assimetria dos investimentos públicos federais em educação superior no estado do Ceará. Naquele mês, foi implantado o Campus da Universidade Federal do Ceará no Cariri (UFC -

Cariri) que havia sido aprovado um ano antes. Por 51 anos, o Ceará foi um estado da federação brasileira com unidades de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) localizadas apenas na capital. Na região do Cariri, aliás, ainda ocorreu uma pequena ruptura neste processo, ao receber em 2002 um curso isolado da UFC, o Curso de Medicina, que se instalou em Barbalha/CE. Em 2006, ao curso de Medicina foram agregados outros 05 cursos (Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia) com implantação da UFC-Cariri. Estes 05 novos cursos iniciaram suas atividades em 16 de setembro de 2006 e tiveram sua sede na cidade de Juazeiro do Norte.

Ao se instalar em Juazeiro do Norte, os 24 docentes que faziam parte da UFC-Cariri logo identificaram que a missão daquela unidade acadêmica da UFC seria contribuir para o desenvolvimento territorial da Região do Cariri, indo além do discurso e se comprometendo em participar da busca de soluções ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais que promovam e perenizem este desenvolvimento. Assim, o curso de Administração foi um dos primeiros cursos da UFC-Cariri a agir, promovendo um encontro nacional, na região do Cariri, para debater questões relacionadas a gestão social do desenvolvimento. Com o tema central “Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção”, em maio de 2007, foi realizado o I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS). O ENAPEGS foi organizado na UFC-Cariri pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), grupo de pesquisa certificado pelo CNPq e programa de extensão da UFC, criado em novembro de 2006.

No final de 2009, outro importante programa de extensão com foco em uma das temáticas da gestão social foi constituído na UFC-Cariri, trata-se da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS). A ITEPS tem a economia solidária como conceito dominante de suas ações e, também, já tem realizado relevantes ações no Cariri, como o apoio a alguns empreendimentos cooperativos e a constituição do primeiro banco comunitário da região. Além do LIEGS e da ITEPS, outros três grupos de pesquisa e extensão criados nestes 06 anos - dentre os mais 20 constituídos na então UFC-Cariri - se destacavam pela sua atuação nas temáticas afins da gestão social (o Núcleo Brasileiro, Latino americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N'BLAC), o Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS) e o Laboratório de Pesquisa Transdisciplinar sobre Metodologias Integrativas para a Educação e Gestão Social (PAIDÉIA).

Com estes grupos de pesquisa e extensão constituídos que possuem propósitos alinhados, aglutinando pelo menos 12 professores, a ideia de um curso de graduação direcionado a gestão das organizações públicas – estatais e não governamentais – começou a ser fomentada. De 2007 a 2009, as condições para um curso de graduação em gestão pública e gestão social vinham se apresentando e a demanda por um curso com este viés tornava-se cada vez mais eloquente. Isto era perceptível por meio da atuação dos

grupos de pesquisa e extensão citados, dos eventos realizados, da observação dos docentes - também cidadãos caririenses, das carências técnicas dos líderes de organizações não governamentais e da ululante baixa competência dos gestores público municipais da região. Em fevereiro de 2009, os docentes interessados na instalação deste novo curso propuseram a criação para a reitoria.

2.2. Atos legais do Curso

Após a concordância da reitoria para a implantação do curso, foi iniciada a etapa exploratória para definir a estrutura da matriz curricular e as diretrizes do Projeto Político-pedagógico (PPP) para o curso de Gestão Pública e Social. Em abril de 2009, com estes propósitos em foco, foram realizadas algumas reuniões entre os docentes e uma reunião com um dos principais pesquisadores e introdutor do conceito de gestão social no país, Prof. Fernando Guilherme Tenório, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa/Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Nos meses seguintes, outros encontros entre os docentes foram ocorrendo culminado com uma reunião, em setembro de 2009, com o Prof. Fernando de Souza Coelho - destacado pesquisador sobre Administração Pública no país e professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades/Universidade de São Paulo (EACH/USP). Entre junho e setembro de 2009, enquanto as discussões sobre os direcionamentos para o PPP aconteciam, foram realizados cinco concursos públicos para selecionar os primeiros docentes para o curso.

Com um grupo de docentes para iniciar o curso já definido e selecionado, avançaram as discussões para elaboração do primeiro Projeto Político-pedagógico (PPP). Esta etapa aconteceu durante o primeiro semestre de 2010 e até a elaboração do texto final foram analisadas, para possível diversas matrizes curriculares e PPPs de outros cursos no Brasil - tanto bacharelados quanto tecnológicos - orientados para o campo multidisciplinar de públicas (Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas). Em agosto de 2010, o PPP do curso de bacharelado em Gestão Pública e Social, do Campus da UFC no Cariri, foi aprovado no colegiado do curso, no conselho do campus e remetido para a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFC). Esta proposta de PPP foi quase integralmente aprovada na Câmara de Graduação desta Pró-reitoria. A única mudança foi no nome do curso, que passou a se chamar curso de bacharelado em Administração Pública: Gestão Pública e Social. A razão da alteração, segundo informou a PROGRAD/UFC foi a ausência da nomenclatura proposta nos referencias de nomenclaturas de cursos superiores da Secretaria de Ensino Superior/Ministério da Educação (SESU/MEC). A alteração foi aceita sem reações contrárias pelo corpo docente do novo curso, pois apesar do nome convencional (curso de

bacharelado em Administração Pública), o PPP e a matriz do curso eram - essencialmente - de um curso de bacharelado em Gestão Pública e Social, indicado como “ênfase”

Assim, o Curso de Administração Pública foi oficialmente criado em setembro de 2010 pela Resolução do CONSUNI/UFC nº 28, de 30/09/2010. O início das atividades ocorreu no segundo semestre de 2011, na sede Juazeiro do Norte da UFC-Cariri. Desde junho de 2013, o campus da UFC no Cariri adquiriu *status* próprio de Instituição Federal de Ensino Superior e passou a ser denominado como Universidade Federal do Cariri - UFCA, tendo o Curso de Administração Pública como parte desta nova universidade. Como a criação das Unidades Acadêmicas, o curso passou a ser vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFCA) criado a partir da Resolução Nº 32/2014/CONSUP, de 11 de Novembro de 2014.

O Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFCA congrega atualmente três cursos de Graduação: Bacharelado em Administração; Bacharelado em Biblioteconomia e Bacharelado em Administração Pública e Gestão Social, afirmando a sua identidade na diversidade a partir das ações compartilhadas que dialogam entre si e com a sociedade.

As ciências sociais constituem-se um ramo da ciência que busca aprofundar o debate em torno das questões que refletem os aspectos sociais da vida entre os indivíduos e grupos humanos, enfim das relações humanas. A partir daí se estabelece um sub-ramo que agrupa as ciências sociais aplicadas cuja compreensão é alargar a análise teórica das ciências sociais acerca das relações humanas, apresentado um contexto prático particular no qual a mesma se estabelece, ou articulando os seus construtos a outros conceitos específicos de determinado fenômeno social. Dai dialogam entre si a Administração, no que se vincula aos estudos antropológicos e sociológicos acerca das ações humanas em organizações com foco no aprendizado proveniente da gestão das organizações a partir da interação humana e, sobretudo, das articulações entre as organizações, com a Biblioteconomia naquilo que visa atribuir relevância à organização e tratamento do dado, do registro e da informação como necessários para diversos processos de ligação e articulação entre as pessoas e os grupos humanos. E com a Administração Pública uma vez que agrega um vasto conteúdo teórico produzido por outras ciências sociais tratados dentro do fenômeno da gestão da *res publica* e dos aperfeiçoamentos das ações para que conceitos como democracia e política encontrem um ambiente para se efetivarem em prol do bem comum.

Assim, dentro do CCSA/UFCA, o Curso de Administração Pública e Gestão Social tem uma importância destacada e justificada como os demais cursos que o compõe, contribuindo separadamente naquilo que lhe é específico, mas agindo em conjunto para o desenvolvimento da UFCA e do contexto no qual ela se insere, buscando sempre a integração e transversalidade de suas ações de ensino, extensão, pesquisa e cultura.

3. JUSTIFICATIVA DO CURSO

3.1. Aspectos contextuais

O chamado “Campo de Públicas” iniciou-se há mais de uma década com uma articulação de coordenadores de curso, gestores universitários, pesquisadores e estudantes de várias partes do Brasil e definiu-se pela diferenciação em relação à administração de empresas (privada), focando na dimensão Pública o seu universo de ensino, pesquisa, extensão, atuação profissional e relação entre Estado-sociedade. Compreende uma área multidisciplinar ainda aberta e em construção que vem se afirmando pela unidade na diversidade que aglutina cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social, Políticas Públicas, entre outras denominações que vão surgindo, tanto como graduações e quanto pós-graduações, alavancadas pelo crescimento do interesse pela dimensão pública da gestão, que vai se consolidando em nosso país com a ampliação da esfera pública e os desafios do processo de democratização. Normalmente são cursos que se inserem no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, tendo como fator aglutinador a promoção de uma formação acadêmica, científica e profissional de nível superior comprometida com a consolidação da democracia e o *ethos* republicano e se definem como:

Campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a consolidação democrática. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais, sobretudo as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. (CARTA DE BRASÍLIA, Abril, 2013).

Ao longo dos últimos quinze anos, os atores desse grupo têm se organizado e, como fruto desse processo, conquistado legitimidade institucional e força política. Exemplos disso foram a aprovação das DCNs próprias de Administração Pública em janeiro de 2014, a criação da ANEPCP – Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, em março de 2015 e a legitimação da profissão específica de Administrador Público, com formação universitária, diferente da do “administrador” de forma geral ou do “administrador de empresas”.

O Curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA participou do processo de organização do Campo desde a sua criação, mantendo representação regular nos fóruns, reuniões e debates, contribuindo para o seu fortalecimento e consolidação, aproveitando-se dessa experiência em rede para conectar-se com as principais e mais

contemporâneas discussões nacionais no que se refere ao ensino, pesquisa, extensão e a profissionalização da gestão pública e social, ao mesmo tempo em que afirma, dentro desse contexto, a sua vocação local e as características que lhe dão relevância no cenário multidisciplinar do Campo.

O curso está sediado no município de Juazeiro do Norte que tem a maior população (cerca de 250 mil habitantes) e possui a maior economia (aproximadamente R\$ 2,0 Bi) do Estado do Ceará, fora da Região Metropolitana de Fortaleza. Desta forma, Juazeiro do Norte é o principal município do interior do Ceará e – como metrópole regional – lidera a Região Metropolitana do Cariri (RMC). Segundo IBGE (2010) e IBGE (2009), a RMC - segunda região metropolitana criada no estado - possui área de 5,0 mil km² com aproximadamente 550 Mil habitantes distribuídos em 09 municípios (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Milagres, Jardim, Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri e Caririaçu).

Considerando o contexto territorial no qual o curso está instalado, justifica-se pela proposta de cumprir um papel de se alinhar a análise dos problemas regionais como característica central, conforme relatado em outro momento deste documento. Essa característica exige dos envolvidos na construção desse conjunto de ações e disciplinas previstas, um desafio de por em prática uma metodologia voltada para desenvolver a capacidade de compreender as diversas características diferenciadoras da Política, da Economia, do Meio-Ambiente e da Cultura no Cariri. O aspecto religioso, também, é um traço fundamental na formação do povo e é marca forte na consciência coletiva de nossos estudantes que não deverá ser desprezado.

A exuberância da chapada do Araripe, a riqueza arqueológica e paleontológica e as romarias em devoção à memória de Padre Cicero, que ultrapassam o fenômeno meramente religioso, marcando econômica, política e socialmente a região, são certamente traços singulares que caracterizam a cultura local, influenciam e influenciarão na produção do conhecimento no Curso. Entendemos que essas características contribuem com a criatividade e podem ser importantes instrumentos de incentivo à produtividade de nossos estudantes e pesquisadores. Prova disso são os projetos que já estão sendo desenvolvidos por docentes e estudantes do curso de Administração Pública e Gestão Social na região do Cariri, alguns deles ligados a características regionais como o “fomento a economia criativa” e a “gestão social dos territórios”².

Todavia, em que pese este curso de Administração Pública e Gestão Social tenha seu foco sobre o regional, não perde de vista a perspectiva global relacionada às práticas e teorias de governança pública mundial, da economia internacional e do desenvolvimento

2 . Esses são projetos de extensão em execução na UFCA, coordenados por professores ligados ao curso de Administração Pública que tem uma relevante repercussão na região e proporcionam aos estudantes um envolvimento efetivo com questões práticas.

sustentável do planeta. As mais relevantes questões que afetem a esfera pública no Mundo e o Brasil estarão sempre no escopo das disciplinas e das ações do curso.

3.2. Os princípios norteadores da formação

No tocante à linha conceitual que justifica o curso, apresentam-se os grandes temas que influenciaram os rumos da Administração Pública nos últimos 50 anos, que são importantes fatores de formação para os futuros gestores públicos e sociais e, portanto, devem ser de domínio dos egressos do Curso. É sabido que a partir da segunda metade do século passado e, com maior evidência, durante as décadas de 80 e 90, uma série concomitante de fatores de nível nacional e internacional, vem mudando profundamente as formas e processos que resultam no que denominamos normalmente de “governo”, sendo este não mais a sequência linear de decisões e ações de um sujeito unitário (o “Público” enquanto Estado e Governo) e sim o produto da interação não linear entre múltiplos atores (agentes governamentais, empresariais e dos mais diversos setores da sociedade civil), onde a divisão tradicional dos papéis se redefine e os componentes técnicos e políticos são difíceis de se distinguir. A própria terminologia usada para se referir aos processos de governo, manifesta estas evoluções através da aparição de conceitos como os de governança, de gestão pública e gestão social, no lugar da tradicional univocidade do conceito de Administração Pública.

Na visão tradicional, este último nos remete à existência de um conjunto de técnicas eficazes e eficientes, de cuja aplicação depende o funcionamento da máquina do Estado. Nesta visão os administradores públicos, enquanto corpo de burocratas especificamente formado para o manuseio dessas técnicas, são os sujeitos incumbidos do bom funcionamento da máquina, sendo responsabilidade dos políticos a escolha das direções, dos destinos futuros, e a identificação do que será considerado “bem público”. A presumida, drástica separação entre as funções técnica e política é um dos pilares fundadores desta visão.

No entanto, as últimas décadas do século XX, se caracterizam pela profunda rearticulação e redefinição de papéis entre organizações do Estado, do mercado e da sociedade civil, pelo que diz respeito ao funcionamento dos processos de governo. O próprio conceito de governança, inicialmente oriundo do contexto empresarial, acaba se firmando como descritor de processos de interações múltiplas entre sujeitos públicos e privados, processos os quais resultam, eventualmente e dependendo de específicas capacidades de orientação, em efeitos compatíveis com o conceito tradicional de governo.

Estas rearticulações teóricas e práticas redesenham o campo da Administração Pública. Nele, o que era o tradicional monopólio do Estado referente à produção do bem

público, torna-se contrastante com a própria observação da realidade, assim como a retórica da rígida separação entre técnica e política. A emergência dos conceitos de Gestão Pública e Gestão Social, responde e atende às necessidades de maior complexidade teórico-prática que a realidade do governo contemporâneo nos impõe, especificamente em termos de formação dos futuros gestores e acadêmicos que contribuirão para analisar e pesquisar as dinâmicas e problemáticas insurgentes, e agir para enfrentá-las.

Contudo, se as tendências assinaladas acima são de cunho global, ainda precisamos detectar e levantar com cuidado como elas se entrelaçam com as características das esferas do governo e da ação pública em um contexto específico qual o nordeste brasileiro. Esse Projeto de Curso, que pretende ficar atento às mais avançadas tendências contemporâneas, não poderia deixar de analisar, com igual atenção, as heranças deixadas em nosso contexto por séculos de exploração e proposital produção de dependência. As marcas de uma cultura política pré-moderna, já fáceis de se identificar no Brasil inteiro, alcançam no Nordeste, e nos interiores de forma mais forte ainda, um grande impacto e o poder de dificultar os processos de inovação também existentes.

Destacamos o compromisso para a reintegração de uma visão ética e de um *ethos* democrático em todo e qualquer componente formativo, cientes que a ação do Administrador Público e Social é sempre impregnada de valor político, mesmo que seja prevalentemente técnica em momentos específicos.

Assim, um curso nesta área e em nossa região é urgente e oportuno; ele fundamenta-se na interação entre teoria e prática, reflexão e intervenção, reconhecendo e valorizando a interação entre os diferentes saberes e os diferentes atores necessários à Administração e Gestão Social.

Sumarizando, o curso aqui apresentado alinha-se a partir de três elementos principais:

- a) Uma transformação estrutural no campo da produção da ação pública e de governo que pede inovação nos moldes formativos de profissionais e pesquisadores da área;
- b) Uma demanda percebida na esfera públicas da região do Cariri, de novos administradores/gestores capazes de atender às novas exigências de eficácia/eficiência/justiça social; esta demanda não é atendida, em nível local, constando na região apenas três cursos de administração e todos voltados ao contexto empresarial.
- c) A consciência de que o campo da ação pública é crucial para alcançar um processo de transformação regional que seja autônomo e pautado na valorização do potencial local, em estreita articulação com o debate nacional e global. Este elemento faz parte do compromisso da recém-criada Universidade Federal do Cariri.

4. MISSÃO DO CURSO

Contribuir com a formação de sujeitos críticos e participativos dotados de conhecimentos, competências e atitudes necessárias para serem atuantes no campo de públicas, conscientes de sua responsabilidade ética e capazes de trabalhar decisivamente na promoção de caminhos de desenvolvimento nas suas mais diversas dimensões e escalas.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. Objetivo Geral

Contribuir com a formação técnico-política e ética de profissionais e pesquisadores qualificados para atuarem como administradores públicos e/ou gestores sociais, capacitados para interpretar os desafios da contemporaneidade, críticos em relação às transformações sociais e comprometidos com a busca de percursos de desenvolvimento sustentável local e global.

5.2. Objetivos Específicos

1. Estimular uma visão transdisciplinar dos processos de desenvolvimento globais e locais;
 2. Incentivar uma cultura organizacional inovadora, empreendedora, participativa, solidária e cooperativa,
 3. Primar por uma formação acadêmica dialógica que favoreça a integração entre teoria e prática por meio da integração das ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura;
 4. Promover uma postura proativa, criativa, autônoma, participativa e crítica no estudante.
1. Contribuir para que os estudantes desenvolvam habilidades e competências gestoras para atuar na esfera pública ampliada.
 5. Fomentar a discussão de questões relevantes para a Região do Cariri conectado com as questões globais.
 6. Contribuir com a produção de programas e projetos relevantes para o contexto regional.

6. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

6.1 – Aspectos Gerais

A atuação profissional dos bacharéis e tecnólogos formados dentro do campo de públicas não é, atualmente, perfeitamente definida e enquadrada dentro de uma categoria específica criada pela legislação federal, ou seja, não existe um Código Brasileiro de Ocupação – CBO para Administrador Público, por exemplo. Parte-se, neste caso, da premissa de liberdade de filiação em categorias profissionais que melhor atendam as demandas do egresso do curso e da sua colocação profissional.

A criação das DCNs dos Cursos de Administração Pública, abrem caminho para a regulamentação da Profissão de Administrador Público, inclusive permitindo a criação de Cargos no Serviço Público, específicos para Gestores Públicos ou Administradores Públicos.

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), edição do dia 17/11/2011, Súmula do Parecer CNE/CES nº 266/2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES), do Ministério da Educação, que aprovou a criação de Diretrizes Curriculares (DCNs), para o Campo de Públicas, consistindo em cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social.

A profissão de Administrador Público, por exemplo deve adequar-se às exigências legais das Diretrizes do Campo de Públicas, aprovado em 10/12/2010 pelo CNE/CES, conforme parecer 266/2010. O referido parecer foi homologado pelo Ministro da Educação, conforme despacho do dia 18 de dezembro de 2013, publicado no DOU em 19 de dezembro de 2013.

Atualmente já é possível a contratação de Gestores Públicos por concurso em Prefeituras, Estados e Órgãos Federais, poder Legislativo, nas várias unidades federativas e do Judiciário, em todas suas instâncias. Com a regulamentação da profissão serão ampliadas as oportunidades para todos que se formarem nos cursos classificados como do campo de públicas, podendo ser: cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social.

A regulamentação da profissão, no entanto, não pode ficar sob a responsabilidade dos Conselhos Federais e Regionais de Administração, tendo em vista que os egressos do campo de públicas não são administradores. São na verdade administradores públicos, gestores públicos, gestores de políticas públicas e gestores sociais. No entanto, nada impede que um egresso dos cursos de graduação do campo de públicas possa filiar-se aos conselhos de administração para atuar no setor privado.

6.2 – Princípios norteadores da profissão

Os desafios a serem assumidos pelos gestores públicos e sociais nas suas atividades profissionais requerem, além de competências técnicas, habilidades comportamentais, tendo em vista a dinâmica dos processos no qual estarão envolvidos. Destaca-se, sobretudo, a formação político-cidadã, incluindo o profissional em uma dimensão cultural que provoca mudança de atitudes diante dos desafios da contemporaneidade. O exercício da profissão desse novo administrador público e gestor social em nada se compara ao do burocrata isolado em seus gabinetes e envolto em procedimentos meramente técnicos ou de um gestor passivo diante das demandas e problemas sociais.

Os princípios que norteiam a profissão se afirmam na e para além da sala de aula. É do contato com o contexto local, das trocas de experiências e conhecimentos, da participação e criação de redes de comunicação e da observação crítica da realidade à sua volta, mediada pelas teorias, conceitos e metodologias, que emergirá um profissional capaz de interferir na realidade de forma propositiva.

Portanto, será a sua capacidade de ir além dos aspectos técnicos e legais que denotará uma formação voltada para as exigências do mundo contemporâneo, incluindo-se a dimensão política, pensada no seu sentido amplo, como uma forma de impulsionar as mudanças na postura e na mentalidade do gestor público ou social quanto ao papel que desempenha.

Considerando que o *locus* próprio da sua atuação é esfera pública ampliada marcada por espaços de conflito político, onde questões administrativas e políticas se misturam, é necessário que os profissionais que nela atuam, tenham competências técnicas, mas também políticas (perfil técnico-político) além de uma postura ética.

Nesse sentido, são princípios fundamentais da profissão: uma formação generalista dentro de um campo multidisciplinar do chamado “Campo de Públicas”; habilidades de comunicação, liderança, resolução de conflitos; capacidade de inovação, adaptabilidade às mudanças, visão sistêmica, capacidade crítica e analítica dos fatos, contextos e conjunturas e responsabilidade social arraigada em noções de ética, compromisso com o serviço público e com a defesa e ampliação da democracia.

7. PERFIL DO EGRESSO

O bacharel formado no Curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA deverá ser capaz de compreender as questões humanas, relacionais, científicas, técnicas,

sociais, econômicas e culturais que permeiam os campos da Gestão Pública e da Gestão social, bem como de ser capaz de realizar o seu gerenciamento sistêmico.

Com isto, ele deve ser um profissional capaz de pensar e selecionar tecnologias apropriadas para a gestão de instituições governamentais e sociais em nível local, regional e global, atuando como sujeito eticamente determinado e estrategicamente orientado à promoção de processos de empoderamento e desenvolvimento de pessoas, comunidades e coletividades, bem como elaborando e empreendendo programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento socioterritorial.

Além disso, o administrador público e gestor social egresso da UFCA, em conformidade com o que vêm sendo realizado nos cursos do Campo de Públicas no Brasil, bem como o que sugerem as DCNs de Administração Pública, incluirá as seguintes competências e habilidades:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos gerenciais e operacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e sociais e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos produzidos ao longo do curso e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- Elaborar, gerir e avaliar programas e projetos de intervenção e mudança das desigualdades e da exclusão econômica e social em contextos sócio-territoriais locais e regionais, incluindo etapas de planejamento e avaliação;
- Elaborar diagnóstico, valendo-se do conhecimento, de instrumentos institucionais e tecnológicos e de recursos metodológicos produzidos em diversos campos do saber, integrando-os e articulando-os, de acordo com as características do contexto de intervenção;
- Sistematizar práticas de desenvolvimento e gestão pública e social, reconhecendo instrumentos, saberes e tecnologias sociais relacionados;

- Reunir condições de perceber as características particulares da Região do Cariri e atuar profissionalmente interpretando as peculiaridades, para promover a gestão do desenvolvimento regional sustentável.
- Além das competências e habilidades citadas anteriormente, consideradas mais gerais, pretende-se desenvolver as seguintes competências e habilidades específicas:
 - Compreender as relações entre Estado, mercado e sociedade civil;
 - Conhecer o funcionamento, os métodos e as técnicas adotadas na gestão pública;
 - Conhecer o funcionamento, os métodos e as técnicas adotadas na gestão de organizações da sociedade civil;
 - Articular redes sociais;
 - Analisar e avaliar políticas públicas e políticas sociais;
 - Compreender a relação entre ciência e tecnologia;
 - Diferenciar tecnologia tradicional de tecnologia social;
 - Selecionar e aplicar tecnologias sociais a contextos diversos (locais e regionais);
 - Conhecer o marco legal do campo da gestão pública e social;
 - Conhecer e saber aplicar estratégias diversas e solidárias de geração de trabalho e renda.

7.1. Juramento dos Concludentes

Coaduna-se com o perfil do egresso explicitado acima, o juramento definido para os estudantes concludentes dos cursos do Campo de Públicas a ser feito na cerimônia de colação de grau. O Juramento descrito abaixo foi aprovado na primeira assembleia da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) realizada no dia 02 de Dezembro, na Escola de Administração Fazendária (ESAF) em Brasília-DF e deverá ser utilizado pelos estudantes concludentes do Curso de Administração Pública e Gestão Social. Observa-se que a proposta sistematizada neste PPC assume plenamente os fundamentos éticos e técnico-políticos que encerram o referido juramento.

“Juro que, ao assumir qualquer cargo ou função a mim destinado pela sociedade (por meio de seus processos eleitorais ou meritórios de escolha democrática) ou ao empreender ou prestar serviços em entidades do terceiro setor, empregarei toda a minha capacidade e despenderei toda a energia de que disponho para contribuir para o bem-comum, para o atendimento do interesse coletivo e para o fortalecimento das instituições públicas, na busca do desenvolvimento político e socioeconômico sustentável. Juro não esquecer o meu zelo à res publica mesmo quando estiver atuando em atividades mantidas por interesses privados, meus ou de terceiros. Juro, ainda, me opor a todo tipo de ameaça ao bem-estar social, à justiça e ao correto uso dos recursos públicos, mobilizando tudo que estiver ao meu alcance para preservá-los e, assim, auxiliar a minha comunidade e a sociedade a galgar patamares civilizatórios e de felicidade que não pode atingir a não ser sob bons governos, boas administrações públicas e correta gestão das políticas públicas.”

8. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

A estrutura curricular do curso pode ser classificada a partir de dois parâmetros: o primeiro, quanto à natureza dos componentes curriculares, e o segundo conforme as diretrizes curriculares da área.

Outro elemento estruturante do currículo do curso são os Eixos Temáticos, que, por sua vez, organizam as unidades curriculares. Há dois eixos temáticos, que definem, para o estudante, a preferência para a escolha de determinadas disciplinas optativas (ou livres). Ressalta-se que a opção de cada estudante por uma linha temática não determina obrigatoriamente a escolha das disciplinas, tendo esta escolha mais um caráter orientador frente as opções disponíveis.

8.1. Componentes curriculares do curso

Com relação à natureza dos componentes curriculares, dentro do curso de Administração Pública e Gestão Social, eles podem ser disciplinas, classificadas como obrigatórias, optativas ou livres, ou atividades. Nas disciplinas, faz-se ainda a distinção daquelas que são do tipo “Oficina Temática”, que é uma disciplina obrigatória com uma proposta metodológica específica. No âmbito das atividades, o curso optou por três tipos: trabalho de conclusão de curso, residência social e atividades complementares. A distribuição entre estes tipos de componentes pode ser visualizada no Quadro 1.

QUADRO 1: Distribuição dos conteúdos conforme a natureza do componente curricular

Natureza do componente Curricular	Créditos	Carga Horária (CH)	Composição na CH Total
Disciplinas obrigatórias	116	1856	60,6%
Oficinas temáticas	28	448	14,6%
Atividade Residência Social	-	96	3,1%
Atividade de TCC	-	64	2,1%
Atividades Complementares	-	216	7,0%
Disciplinas Optativas ou Livres	24	384	12,5%
TOTAL	168	3.064	100%

a) Disciplinas obrigatórias

QUADRO 2: Disciplinas Obrigatórias

DISCIPLINAS	CR	H
Fundamentos de Ciências Sociais	4	64
Fundamentos de Economia	4	64
Introdução à Administração e à Administração Pública	4	64
Produção textual	4	64
Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	64
Epistemologia das Ciências Sociais	4	64
Estado, Sociedade e Economia Brasileira	4	64
Metodologia do Trabalho Científico	4	64
Direito Constitucional	4	64
Fundamentos de Políticas Públicas	4	64
Gestão Social e Território	4	64
Instituições de Direito Público e Privado	4	64
Socioeconomia e Economia Solidária	4	64
Democracia e Sociedade	4	64
Direito Administrativo	4	64
Estado e governança Pública	4	64
Estatística	4	64
Fundamentos da Contabilidade	4	64
Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	4	64
Análise e avaliação de Políticas Públicas	4	64
Finanças e Orçamento Público	4	64
Gestão Tributária	4	64
Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicada à Gestão Pública	4	64
Métodos e Técnicas de Pesquisa	4	64
Psicologia Social e Trabalho com Comunidade	4	64
Contabilidade e Controladoria Pública	4	64
Gestão de Serviços Públicos	4	64
Pesquisa e Intervenção	4	64
Elaboração e Avaliação de Projetos	4	64
TOTAL	116	1856

b) Oficinas Temáticas

As oficinas temáticas são disciplinas obrigatórias, ofertadas do primeiro ao sétimo semestre, com caráter eminentemente de integração entre teoria e prática. Com isto, tais disciplinas deverão prever, pelo menos, 50% de horas em atividades práticas, preferencialmente no formato de ações de extensão e integradas com projetos ou programas ligados ao curso.

Estas disciplinas tem ainda o propósito de realizar a integração entre as disciplinas de cada semestre, propondo alternativas metodológicas que visem à transdisciplinaridade dentro de cada contexto.

Os conteúdos foram escolhidos com base em debates contemporâneos ou identificados como problemas e questões proeminentes na atualidade pelos espaços de discussão acadêmica ou de práticas nas áreas em que o curso atua. Assim, os temas de cada oficina estão sujeitos a revisão constante por parte do colegiado do curso, que deve avaliar, anualmente, a apropriação de cada tema.

QUADRO 3: Oficinas Temáticas

DISCIPLINAS	CR	H
Oficina Temática 1: Introdução à Universidade e ao Curso	4	64
Oficina Temática 2: Esfera Pública Ampliada	4	64
Oficina Temática 3: Organizações, interorganizações e redes	4	64
Oficina Temática 4: Participação social e políticas públicas	4	64
Oficina Temática 5: Ética, controle social e transparência	4	64
Oficina Temática 6: Análise de indicadores	4	64
Oficina Temática 7: Metodologias integrativas e de Residência Social	4	64
TOTAL	28	448

c) Estágio Curricular Supervisionado em Residência Social

Entende-se que o Estágio Curricular Supervisionado deve ser utilizado para consolidar o desempenho profissional inerente ao perfil do formando, cabendo a cada instituição, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização. O estágio é considerado uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica e deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o currículo, os programas e o calendário do Curso.

O estágio supervisionado curricular é, portanto, um instrumento de integração entre o conhecimento científico e o treinamento operacional, proporcionando aos estudantes o contato direto com os elementos comportamentais e o dia-a-dia do relacionamento humano no campo de trabalho. Além disso, é um elo entre a UFCA e a sociedade como um todo, representando uma importante contribuição para a formação dos futuros profissionais.

A Lei 11.788 de 25 de Setembro de 2008, conhecida como “Lei de Estágio” está contemplada na prática desenvolvida no Curso, considerando que, nas situações em que o campo de estágio em Residência Social diferir das exigências específicas da Lei quanto à parte concedente (Art. 9º), o estágio será equiparado à atividade de extensão, de monitoria e de iniciação científica, conforme previsto no Capítulo I; Art. 2º, §3º.

A Resolução CNE/CES Nº 1, de 13 de Janeiro de 2014³, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, no

3 . Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

seu Art. 6º, item IX, define que a “concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado” podem contemplar “diferentes formas e condições de realização” e no Art. 7º explicita “desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior”.

No Curso de Administração Pública e Gestão Social, o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório e requisito parcial para obtenção do título do Bacharel em Administração Pública. Será ofertado em uma atividade de (96 horas), no 8º semestre, definida como Residência Social.

A Residência Social (RS) tem integrado processos formativos de gestores públicos e sociais, o que a caracteriza como uma prática de educação profissional que oferece mais vantagens para a formação integral do discente do que o estágio convencional, uma vez que estimula a construção de uma experiência singular com o campo de atuação, dando conta da sua complexidade e múltiplas referências. Nesse sentido, tanto como teoria quanto como prática, adequa-se ao perfil técnico-político do Gestor Público e Social que o curso pretende formar.

A Residência Social tem como objetivo proporcionar a imersão do discente em um contexto de práticas que pode incluir diferentes espaços institucionalizados ou não, que vão desde projetos, programas, núcleos, ações de pesquisa, cultura, extensão até experiências em territórios, organizações públicas, privadas ou da sociedade civil, visando ampliar os conhecimentos teóricos e práticos ao vivenciar os desafios próprios do Campo de Públicas, valendo-se dos conhecimentos apreendidos durante o Curso, adquirindo novos e podendo oferecer contribuições significativas.

No Curso de Administração Pública e Gestão Social, a atividade é planejada para acontecer sob a orientação de um professor do Curso e a supervisão de um “tutor” ligado ao “contexto de prática”, no qual o residente deve cumprir 96 horas de imersão integral, sob a supervisão de um orientador (professor do Curso) e um tutor (no contexto da imersão).

É recomendável que a Residência Social aconteça em contextos de práticas com os quais o estudante ainda não tenha familiaridade a fim de proporcionar a desnaturalização e o estranhamento como uma forma de provocar rupturas epistemológicas e experiências singulares na formação do estudante. Ao final do processo de imersão, ele deve apresentar o Relatório Final, de acordo com o que regulamenta a Resolução do Curso sobre Residência Social.

Ao elaborar o seu Plano Individual de Residência Social e escolher o contexto de prática no qual fará a sua imersão, é salutar que o estudante procure estabelecer uma aproximação com o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Embora a vinculação não seja obrigatória, compreende-se que a articulação entre essas duas atividades

proporcionam uma compreensão mais sistêmica do campo de pesquisa e atuação profissional do gestor público e social que o curso pretende formar.

d) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmico-curricular de caráter obrigatório. Consiste de um trabalho individual, elaborado sob o acompanhamento de um professor orientador, com vistas ao exercício pedagógico de sistematização e de construção teórico-prática do conhecimento, versando sobre qualquer tema relacionado ao curso. No curso de Administração Pública e Gestão Social, serão aceitos trabalhos de conclusão de curso na forma de monografia ou relatório de intervenção, de acordo com o que regulamenta a Resolução do Curso sobre Trabalho de Conclusão de Curso.

O TCC será elaborado em duas etapas: uma primeira em que o estudante prepara o projeto, realizada em uma disciplina de quatro créditos (64 horas), denominada Pesquisa e Intervenção cujo produto será o seu projeto de trabalho de conclusão. Na sua segunda parte, é realizada uma atividade de 64 horas, denominada Trabalho de Conclusão do Curso em que o estudante finaliza seu trabalho. A avaliação final do TCC será uma banca de defesa pública do trabalho com a presença de três professores, incluindo o professor-orientador do estudante.

A disciplina de Pesquisa e Intervenção e a atividade de TCC devem ser cursadas, preferencialmente, nos dois últimos semestres do curso. Os estudantes que optarem por realizar uma monografia deverão elaborar, na disciplina de Pesquisa e Intervenção, um projeto de pesquisa, já aqueles que desejarem realizar uma intervenção em organização, deverão gerar como produto desta disciplina um projeto de intervenção. No caso de optar por monografia, ele deverá ser incentivado a submeter um artigo para publicação em periódico ou congresso relacionados com a área de conhecimento, sendo que tal atividade não deverá ser considerada para compor a avaliação final do estudante.

Em qualquer das duas situações citadas acima, é recomendável que o TCC esteja em articulação com as atividades da Residência Social, embora esta vinculação não tenha caráter obrigatório.

e) Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno. Segundo o que é ilustrado no Art. 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Administração Pública no Brasil as atividades

complementares:(...) *deverão possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão* (Resolução CNE/CES no 01, de 13 de janeiro de 2014).

Para atendimento dos objetivos didáticos das Atividades Complementares, faz-se necessário que o aluno vivencie experiências que possam integrar os conteúdos aprendidos em sala de aula em atividades pertinentes às áreas de Pesquisa, Ensino, Extensão e Cultura.

Entre o rol de Atividades Complementares, incluem atividades realizadas dentro e fora do ambiente universitário, tais como a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Para integralizar a carga horária, o aluno deve comprovar 216 horas de Atividades Complementares, de acordo com Resolução CAPGS/NDE Nº 03/2015 de 11 de Novembro de 2015 que dispõe sobre as Atividades Complementares do Curso de Administração Pública e Gestão Social e cumprir o que rege a Resolução Nº 25/Consup, de 26 de agosto de 2015 da Universidade Federal do Cariri – UFCA.

A Coordenação do Curso, juntamente com a Coordenação de Atividades Complementares, exercida por um professor do curso designado pelo colegiado, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação, aprovação e integralização das Atividades Complementares.

Para a participação dos estudantes nas Atividades Complementares, serão observados os seguintes critérios:

- a) Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- b) Entregar os documentos até 90 dias antes do final do semestre de conclusão do curso.
- c) Serem integralizadas até sessenta dias do período anterior à conclusão do Curso.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório e definindo a carga horária a ser aproveitada, e tomará as providências cabíveis em conformidade com as disposições do Art. 6, § 2º, da Resolução Nº 25/Consup, de 26 de AGOSTO De 2015 e com a Resolução CAPGS/NDE Nº 03/2015 de 11 de Novembro de 2015, acima referida.

f) Disciplinas Optativas e Livres

Conforme apresentado no Quadro 1, o estudante deve cumprir no mínimo 24 créditos (384 horas) de disciplinas optativas – aquelas ofertadas pelo próprio curso – ou

livres – cursadas nos demais cursos de graduação da UFCA. Ressalta-se que não há preferência entre uma categoria ou outra (optativa ou livre), ficando à escolha do estudante a composição desta carga horária.

As disciplinas optativas estão organizadas a partir dos eixos temáticos já referidas anteriormente (a. Estado e Governança Pública e b. Democracia e Sociedade), bem como das unidades curriculares do curso.

Embora seja recomendável que o estudante complete toda as disciplinas indicadas em dado Eixo Temático, ele tem a liberdade de mudança entre eles a qualquer tempo, ou ainda para realizar qualquer disciplina de outro eixo quando julgar conveniente.

QUADRO 4: Disciplinas optativas por eixo temático

EIXO TEMÁTICO	DISCIPLINAS	CR	H
Estado e Governança Pública	Economia do Setor Público	4	64
	Teoria das Organizações	4	64
	Governo Eletrônico	2	32
	Lei de Responsabilidade Fiscal	2	32
	Comunicação Institucional e Marketing Público	4	64
	Compras, Contratos e Licitações	4	64
	Formação Política e Econômica do Nordeste	4	64
	Tópicos Avançados em Políticas Públicas	4	64
	Planejamento de Cidades e Territórios	4	64
Democracia e Sociedade	Gestão das organizações sociais e públicas não-estatais	4	64
	Cultura e Gestão da Memorial Social	4	64
	Cultura, criatividade e gestão	4	64
	Tecnologias Socioambientais e Permacultura	4	64
	Movimentos Sociais, Poder Local e Participação	4	64
	Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública e Social	4	64
	Organizações, Gênero e Raça	4	64
	Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos	4	64
	Direitos Humanos e Difusos	4	64
	Gestão e Incubação de Empreendimentos Associativos e Cooperativos	4	64
Eleições e Cultura Política no Brasil	4	64	
Comuns aos dois eixos	Sociologia do Poder	4	64
	Gestão Ambiental e Organizações	4	64
	Globalização e governança internacional	4	64
	Psicologia Organizacional e Organizações Públicas	4	64
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	64

8.2. Adequação às DCNs do Campo de Públicas

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração Pública determinam que os cursos tenham uma organização curricular com seguintes conteúdos:

Art. 5º- O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, em seus Projetos Pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem, numa perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como na redução das desigualdades e reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

I – De Formação Básica: relacionados com: a) a característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de administração, de ciências contábeis, de ciência política, de economia, de direito e de sociologia; b) estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação; c) conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; d) conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, com a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do estado brasileiros.

II - De Formação Profissional que incluirá **Conteúdos sobre governos e políticas públicas comparadas; Conteúdos Metodológicos**, abrangendo Estudos Quantitativos e Qualitativos e **Conteúdos Complementares ou Especializados** oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

Parágrafo Único - Os conteúdos de que trata este artigo podem ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo necessariamente uma sequência compulsória, a critério da cada Instituição.. (CNE/CES, 2010, p. 16).

O conteúdo profissional do curso será composto por disciplinas obrigatórias (Quadro 2 e 3) e optativas (Quadro 4). O quadro a seguir classifica as disciplinas do curso conforme estes dois tipos de formação:

QUADRO 5: Classificação das disciplinas conforme o perfil da formação

FORMAÇÃO BÁSICA		FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Disciplina	Tipo*	Disciplina	Tipo*
Fundamentos de Ciências Sociais	OBG	Metodologia do Trabalho Científico	OBG
Produção textual	OBG	Fundamentos de Políticas Públicas	OBG
Fundamentos de Economia	OBG	Gestão Social e Território	OBG
Introdução à Administração e à Administração Pública	OBG	Socioeconomia e Economia Solidária	OBG
Estado, Sociedade e Economia Brasileira	OBG	Estatística	OBG
Desenvolvimento e Sustentabilidade	OBG	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	OBG
Epistemologia das Ciências Sociais	OBG	Análise e avaliação de Políticas Públicas	OBG
Instituições de Direito Público e Privado	OBG	Finanças e Orçamento Público	OBG
Direito Constitucional	OBG	Psicologia Social e Trabalho com Comunidade	OBG
Democracia e Sociedade	OBG	Elaboração e Avaliação de Projetos	OBG
Estado e governança Pública	OBG	Contabilidade e Controladoria Pública	OBG
Direito Administrativo	OBG	Gestão de Serviços Públicos	OBG
Fundamentos da Contabilidade	OBG	Economia do Setor Público	OPT
Gestão Tributária	OBG	Teoria das Organizações	OPT

Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicada à Gestão Pública	OBG	Governo Eletrônico	OPT
Métodos e Técnicas de Pesquisa	OBG	Lei de Responsabilidade Fiscal	OPT
Pesquisa e Intervenção	OBG	Comunicação Institucional e Marketing Público	OPT
Oficina Temática 1: Introdução à Universidade e ao curso	OFT	Compras, Contratos e Licitações	OPT
Oficina Temática 2: Esfera Pública Ampliada	OFT	Formação Política e Econômica do Nordeste	OPT
Oficina Temática 3: Organizações, interorganizações e redes	OFT	Tópicos Avançados em Políticas Públicas	OPT
Oficina Temática 4: Participação Social e Políticas Públicas	OFT	Planejamento de Cidades e Territórios	OPT
Oficina Temática 5: Ética, Controle Social e Transparência	OFT	Cultura e Gestão da Memória Social	OPT
Oficina Temática 6: Análise de indicadores	OFT	Cultura, criatividade e gestão	OPT
Oficina Temática 7: Metodologias integrativas e de Residência Social	OFT	Tecnologias Socioambientais e Permacultura	OPT
		Movimentos Sociais, Poder Local e Participação	OPT
		Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública e Social	OPT
		Organizações, Gênero e Raça	OPT
		Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos	OPT
		Direitos Humanos e Difusos	OPT
		Gestão e Incubação de Empreendimentos Associativos e Cooperativos	OPT
		Eleições e Cultura Política no Brasil	OPT
		Redes Sociais, Informação e Conhecimento	OPT
		Sociologia do Poder	OPT
		Gestão Ambiental e Organizações	OPT
		Globalização e governança internacional	OPT
		Gestão das organizações sociais e públicas não-estatais	OPT
		Psicologia Organizacional e Organizações Públicas	OPT
		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	OPT

* OBG: Obrigatórias OFT: Oficina Temática OPT: Optativa

09. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

No quadro apresentado abaixo segue a seriação das disciplinas e atividades obrigatórias requeridas pelo curso. Vale ressaltar que as disciplinas optativas e livres, bem como as atividades complementares podem ser realizadas a qualquer momento do curso.

QUADRO 6 – Distribuição das Disciplinas e Atividades Obrigatórias do Curso

ANO	SEM	CÓDIGOS	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA	CRED.		CARGA HORÁRIA.		
						Teor	Prat.	Total	Acuml	
1	1º	APS0001	Fundamentos de Ciências Sociais	X	GPS0001; ADM0001	4		64	320	
		APS0002	Fundamentos de Economia	X	GPS0003	4		64		
		APS0003	Introdução à Administração e à Administração Pública	X	GPS0004; GPS0005	4		64		
		APS0004	Produção textual	X		3	1	64		
		APS0005	Oficina Temática 1: Introdução à Universidade e ao Curso	X		2	2	64		
	Total do Semestre 1						17	3	320	
	2º	APS0006	Desenvolvimento e Sustentabilidade	X	GPS0002	3	1	64	640	
		APS0007	Epistemologia das Ciências Sociais	APS0001	GPS0016	4		64		
		APS0008	Estado, Sociedade e Economia Brasileira	X	GPS0007; GPS0010	4		64		
		APS0009	Metodologia do Trabalho Científico	APS0004	GPS0006; ADM0311	3	1	64		
APS0010		Oficina Temática 2: Esfera Pública Ampliada	X		2	2	64			
Total do Semestre 2						16	4	320		
2	3º	APS0011	Direito Constitucional	APS0014 correquisito	GPS0013	4		64	960	
		APS0012	Fundamentos de Políticas Públicas	X	GPS0008	3	1	64		
		APS0013	Gestão Social e Território	X	GPS0009; GPS0012	3	1	64		
		APS0014	Instituições de Direito Público e Privado	X		4		64		
		APS0015	Oficina Temática 3: Organizações, Interorganizações e redes	X		2	2	64		
	Total do Semestre 3						16	4	320	
	4º	APS0016	Socioeconomia e Economia Solidária	APS0002	GPS0021	3	1	64	1.280	
		APS0017	Democracia e Sociedade	X		3	1	64		
		APS0018	Direito Administrativo	APS0014	GPS0031	4		64		
		APS0019	Estado e governança Pública	X		4		64		
APS0020		Oficina Temática 4: Participação Social e Políticas Públicas	X		2	2	64			
Total do Semestre 4						16	4	320		
3	5º	APS0021	Estatística	X	GPS0020; ADM0301	4		64	1.536	
		APS0022	Fundamentos da Contabilidade	X	GPS0017; ADM0317	4		64		
		APS0023	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	APS0012	GPS0015	4		64		
		APS0024	Oficina Temática 5: Ética, Controle Social e Transparência	X	GPS0018	2	2	64		
	Total do Semestre 5						14	2	256	
	6º	APS0025	Análise e avaliação de Políticas Públicas	APS0023	GPS0022	3	1	64	1.792	
		APS0026	Finanças e Orçamento Público	APS0022	GPS0039	4		64		
		APS0027	Gestão Tributária	APS0022	GPS0027; GPS0029	4		64		
APS0028		Oficina Temática 6: Análise de Indicadores	APS0021		2	2	64			
Total do Semestre 6						13	3	256		
4	7º	APS0029	Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicada à Gestão Pública	X	GPS0036; ADM0320	4		64	2.048	
		APS0030	Métodos e Técnicas de	APS0009	GPS0025;	4		64		

			Pesquisa		GPS0041				
		APS0031	Psicologia Social e Trabalho com Comunidade	X		4		64	
		APS0032	Oficina Temática 7: Metodologias Integrativas e de Residência Social	APS0007	GPS0047	2	2	64	
Total do Semestre 7						14		256	
	8º	APS0033	Contabilidade e Controladoria Pública	APS0026	GPS0019	4		64	2.400
		APS0034	Gestão de Serviços Públicos	X	GPS0023	4		64	
		APS0035	Pesquisa e Intervenção	APS0030		4		64	
		APS0036	Elaboração e Avaliação de Projetos	APS0023; APS0025	GPS0046	4		64	
		APS0037	Residência Social	APS0032	GPS0059	6		96	
Total do Semestre 8						22		352	
	9º	APS0038	Trabalho de Conclusão de Curso	APS0035	GPS0058	4		64	2.464
Total do Semestre 9								64	
TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS									2.464
TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS (DISCIPLINAS OPTATIVAS E LIVRES)									384
ATIVIDADES COMPLEMENTARES									216
TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES (OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS)									3.064

QUADRO 7 – Disciplinas Optativas do Curso

CÓDIGOS	COMPONENTE	CRED	CH.		PRÉ-REQUISITOS
			Teor.	Prat.	
APS0040	Economia do Setor Público	4	64	-	APS0002
APS0041	Teoria das Organizações	4	64	-	X
APS0042	Governo Eletrônico	2	32	-	X
APS0043	Lei de Responsabilidade Fiscal	2	32	-	APS0014
APS0044	Comunicação Institucional e Marketing Público	4	64	-	APS0025
APS0045	Compras, Contratos e Licitações	4	64	-	APS0033
APS0046	Formação Política e Econômica do Nordeste	4	64	-	APS0002
APS0047	Tópicos Avançados em Políticas Públicas	4	64	-	APS0012
APS0048	Planejamento de Cidades e Territórios	4	48	16	X
APS0049	Gestão das organizações sociais e públicas não-estatais	4	40	24	APS0013
APS0050	Cultura e Gestão da Memória Social	4	40	24	APS0001
APS0051	Cultura, criatividade e gestão	4	40	24	X
APS0052	Tecnologias Socioambientais e Permacultura	4	28	36	X
APS0053	Movimentos Sociais, Poder Local e Participação	4	40	24	X
APS0054	Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública e Social	4	40	24	X
APS0055	Organizações, Gênero e Raça	4	50	14	X
APS0056	Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos	4	32	32	X
APS0057	Direitos Humanos e Difusos	4	64	-	APS0014
APS0058	Gestão e Incubação de Empreendimentos Associativos e Cooperativos	4	40	24	APS0016
APS0059	Eleições e Cultura Política no Brasil	4	48	16	X

APS0060	Sociologia do Poder	4	64	-	APS0001
APS0061	Gestão Ambiental e Organizações	4	48	16	APS0006
APS0062	Globalização e governança internacional	4	48	16	APS0019
APS0063	Psicologia Organizacional e Organizações Públicas	4	48	16	X
CAR0010	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	64	-	X

10. FLUXOGRAMA DO CURSO

QUADRO 8 – Fluxograma do Curso

	1ºsm	2ºsm	3ºsm	4ºsm	5ºsm	6ºsm	7ºsm	8ºsm	9ºsm
Conteúdo de Formação Básica (obrigatória)	Fund. de Ciências Sociais (04 cr)	Desenv. e Sustentabilidade (04 cr)	Direito Constitucional (04 cr)				TICs Aplicada à Gestão Pública (04 cr)		
	Fund. de Economia (04 cr)	Epistemologia das Ciências Sociais (04 cr)		Democracia e Sociedade (04 cr)	Fund. da Contabilidade (04 cr)		Métodos e Técnicas de Pesquisa (04 cr)		
	Introd. à Adm. e Adm. Pública (04 cr)	Estado, Sociedade e Economia Brasileira (04 cr)		Direito Administrativo (04 cr)		Gestão Tributária (04 cr)		Pesquisa e Intervenção (04 cr)	
	Produção textual (04 cr)		Instituições de Direito Público e Privado (04 cr)	Estado e governança Pública (04 cr)					
Formação Teórico-prática (obrigatória)	OFT 1: Introd. à Universidade e ao Curso (04 cr)	OFT 2: Esfera Pública Ampliada (04 cr)	OFT 3: Organ. Interorganizações e redes (04cr)	OFT 4: Participação Social e Políticas Públicas (04 cr)	OFT 5: Ética, Controle Social e Transparência (04 cr)	OFT 6: Análise de Indicadores (04 cr)	OFT 7: Metodologias Integrativas e de Resid. Social (04 cr)		Trabalho de Conclusão de Curso - TTC (04 cr)
Conteúdo de Formação Profissional		Metodologia do Trabalho Científico (04 cr)	Fund. de Políticas Públicas (04 cr)	Socioeconomia e Economia Solidária (04 cr)	Estatística (04 cr)	Análise e avaliação de Políticas Públicas (04 cr)	Psicologia Social e Trabalho com Comunidade (04 cr)	Contabilidade e Controladoria Pública (04 cr)	
			Gestão Social e Território (04 cr)		Planejamento e Gestão de Políticas Públicas (04 cr)	Finanças e Orçamento Público (04 cr)		Gestão de Serviços Públicos (04 cr)	
								Elaboração e Avaliação de Projetos (04 cr)	
								Residência Social (06 cr)	
Créditos Obrigatórios	20	20	20	20	16	16	16	22	04
Créditos optativas ou livres					08	08	08		
TOTAL DE HORAS	320	320	320	320	384	384	384	352	64

1 crédito = 16 Horas	CURSO COMPLETO	
	Total de Créditos	Total de horas
Componentes Obrigatórios	154	2.464
Disciplinas optativas ou livres	24	384
Atividades complementares	13,5	216
TOTAL DO CURSO	394	3.064

11. QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS

QUADRO 9 – Equivalências entre as matrizes curriculares do Curso

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS							
Compoentes do Currículo 2011.1				Componente do Currículo 2016			
Cód.	Denominação	Créd	Sem	Cód.	Denominação	Créd	Sem
GPS0001	Fundamentos de Sociologia	04	1º	APS0001	Fundamentos de Ciências Sociais	04	1º
GPS0002	Desenvolvimento e Sustentabilidade	04	1º	APS0006	Desenvolvimento e Sustentabilidade	04	2º
GPS0003	Fundamentos de Economia	04	1º	APS0002	Fundamentos de Economia	04	1º
GPS0004	Fundamentos de Administração	02	1º	APS0003	Introdução à Administração e à Administração Pública	04	1º
GPS0005	Fundamentos de Gestão Pública e Social	02	1º				
GPS0006	Metodologia Científica	04	1º	APS0009	Metodologia do Trabalho Científico	04	2º
GPS0007	Economia Brasileira	04	2º	APS0008	Estado, Sociedade e Economia Brasileira	04	2º
GPS0010	Sociologia Brasileira	04	2º				
GPS0008	Fundamentos de Políticas Públicas	02	2º	APS0012	Fundamentos de Políticas Públicas	04	3º
GPS0009	Gestão Social do Desenvolvimento	04	2º	APS0013	Gestão Social e Território	04	3º
GPS0012	Território e Sociedade	02	2º				
GPS0013	Introd. ao Direito e Direito Constitucional	04	3º	APS0011	Direito Constitucional	04	3º
GPS0014	Redes e Arranjos Inst. de Cidades e Territórios	04	3º	APS0015	OFT 3: Organizações, Interorganizações e redes	04	3º
GPS0015	Planejamento e Análise de Políticas Públicas	04	3º	APS0023	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	04	5º

GPS0016	Epistemologia das Ciências Humanas	04	3º	APS0007	Epistemologia das Ciências Sociais	04	2º
GPS0017	Fundamentos da Contabilidade	02	3º	APS0022	Fundamentos da Contabilidade	04	5º
GPS0018	Ética, Controle Social e Transparência	02	3º	APS0024	OFT 5: Ética, Controle Social e Transparência	04	5º
GPS0019	Contabilidade e Contraladoria Pública	04	4º	APS0033	Contabilidade e Controladoria Pública	04	8º
GPS0020	Fundamentos de Estatística	04	4º	APS0021	Estatística	04	5º
GPS0021	Socioeconomia e Economia Solidária	04	4º	APS0016	Socioeconomia e Economia Solidária	04	4º
GPS0022	Gestão e Avaliação de Políticas Públicas	04	4º	APS0025	Análise e avaliação de Políticas Públicas	04	6º
GPS0023	Gestão de Serv. Públic. em Cidades e Territórios	04	4º	APS0034	Gestão de Serviços Públicos	04	8º
GPS0024	Governo Eletrônico	02	5º	APS0042	Governo Eletrônico	02	OPT
GPS0025	Métodos e Técnicas Qualitativas de Pesquisa	02	5º	APS0030	Métodos e Técnicas de Pesquisa	04	7º
GPS0041	Métodos e Técnicas Quantitativas de Pesquisa	02	6º				
GPS0026	Cultura e Gestão da Memória Social	02	5º	APS0050	Cultura e Gestão da Memorial Social	04	OPT
GPS0027	Direito Tributário	02	5º	APS0027	Gestão Tributária	04	6º
GPS0029	Contabilidade Tributária	04	5º				
GPS0028	Planejamento de Cidades e Territórios	04	5º	APS0048	Planejamento de Cidades e Territórios	04	OPT
GPS0039	Finanças e Orçamento Público	04	6º	APS0026	Finanças e Orçamento Público	04	6º
GPS0042	Lei de Responsabilidade Fiscal	02	6º	APS0043	Lei de Responsabilidade Fiscal	02	OPT
GPS0044	Compras, contratos e licitações	04	7º	APS0045	Compras, Contratos e Licitações	04	OPT
GPS0045	Comunicação Inst. e Marketing Público	04	7º	APS0044	Comunicação Instit. e Marketing Público	04	OPT
GPS0046	Elaboração e Avaliação de Projetos	04	7º	APS0036	Elaboração e Avaliação de Projetos	04	8º
GPS0047	Residência Social em Núcleo de Conhecimento	06	7º	APS0032	OFT 7: Metodologias Integrativas e de Residência Social	04	7º
CAR0010	Língua Brasileira de Sinais - Libras	04	OPT	CAR0010	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	04	OPT
GPS0030	Direitos Humanos	04	OPT	APS0057	Direitos Humanos e Difusos	04	OPT
GPS0032	Direitos Difusos	02	OPT				
GPS0031	Direito Administrativo	04	OPT	APS0018	Direito Administrativo	04	4º

GPS0033	Economia do Setor Público	04	OPT	APS0040	Economia do Setor Público	04	OPT
GPS0034	Gestão Ambiental e Desenvolvimento	04	OPT	APS0061	Gestão Ambiental e Organizações	04	OPT
GPS0036	Gestão de Processos e Tecn. da Informação	04	OPT	APS0029	Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicada à Gestão Pública	04	7º
GPS0037	Teoria das Organizações	04	OPT	APS0041	Teoria das Organizações	04	OPT
GPS0038	Metodol. Integrativas para a Gest. Pública e Social	02	OPT	APS0032	OFT 7: Metodologias Integrativas e de Residência Social	04	7º
GPS0049	Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública e Social	04	OPT	APS0054	Empreendedorismo e Inovação na Gestão Pública e Social	04	OPT
GPS0050	Formação Econômica do Nordeste	04	OPT	APS0046	Formação Política e Econômica do Nordeste	04	OPT
GPS0051	Gestão das Organ. Sociais e Públicas Não-Estatais	04	OPT	APS0049	Gestão das organizações sociais e públicas não-estatais	04	OPT
GPS0052	Gestão e Incubação de Empreend. Econ. Solidários	04	OPT	APS0058	Gestão e Incubação de Empreendimentos Associativos e Cooperativos	04	OPT
GPS0053	Movimentos Sociais, Poder Local e Participação.	04	OPT	APS0053	Movimentos Sociais, Poder Local e Participação	04	OPT
GPS0054	Organizações, Gênero e Raça	04	OPT	APS0055	Organizações, Gênero e Raça	04	OPT
GPS0055	Tecnol. Socioambientais e Desenvolvimento	04	OPT	APS0052	Tecnologias Socioambientais e Permacultura	04	OPT
GPS0057	Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos	04	OPT	APS0056	Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos	04	OPT
ADPC0001	Atividades Complementares	04	OPT	APS0039	Atividades Complementares	13,5	ATV
GPS0058	Trabalho De Conclusão De Curso	04	OPT	APS0038	Trabalho de Conclusão de Curso	04	ATV
GPS0059	Residência Social Em Organizações	96	OPT	APS0037	Residência Social	06	ATV
GPS0011	Teoria Política Clássica	04	2º		SEM EQUIVALÊNCIA		
GPS0040	Relações Internacionais	04	6º		SEM EQUIVALÊNCIA		
GPS0043	Economia da Cultura	02	6º		SEM EQUIVALÊNCIA		
GPS0035	Gestão de Pessoas nas Orgn. Públicas e Sociais	04	OPT		SEM EQUIVALÊNCIA		

GPS0048	Desenvolvimento Regional	04	OPT		<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>		
GPS0056	Sociedade da Informação e do Conhecimento	02	OPT		<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>		
PRG0002	Relações Etnico-Raciais e Africanidades	04	OPT		<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>		
PRG0003	Educação Ambiental	04	OPT		<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>		
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0004	Produção textual	04	1º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0005	Oficina Temática 1: Introdução à Universidade e ao Curso	04	1º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0010	OFT 2: Esfera Pública Ampliada	04	2º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0014	Instituições de Direito Público e Privado	04	3
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0017	Democracia e Sociedade	04	4º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0019	Estado e governança Pública	04	4º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0020	OFT 4: Participação Social e Políticas Públicas	04	4º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0028	OFT 6: Análise de Indicadores	04	6º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0031	Psicologia Social e Trabalho com Comunidade	04	7º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0035	Pesquisa e Intervenção	04	8º
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0040	Economia do Setor Público	04	OPT
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0047	Tópicos Avançados em Políticas Públicas	04	OPT
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0051	Cultura, criatividade e gestão	04	OPT
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0059	Eleições e Cultura Política no Brasil	04	OPT
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0060	Sociologia do Poder	04	OPT
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0062	Globalização e governança internacional	04	OPT
	<i>SEM EQUIVALÊNCIA</i>			APS0063	Psicologia Organizacional e Organizações Públicas	04	OPT

LEGENDA: OPT = Optativa; ATV = ATIVIDADE

12. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

12.1 Unidades Curriculares Obrigatórias

1º SEMESTRE

Unidade Acadêmica		Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0001	Componente Curricular		FUNDAMENTOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS					
Semestre	1º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina		
Pré-requisito	-			Equivalências:		GPS0001; ADM0001			
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64		
Objetivos:									
Proporcionar ao estudante uma compreensão crítica das diferentes visões de mundo e concepções de sociedade a partir do estudo de teorias, conceitos e métodos clássicos das ciências sociais, voltados à análise da relação indivíduo-sociedade e das dinâmicas dos processos de manutenção/transformação dos fenômenos sociais.									
Ementa									
Contexto histórico e fundamentos das Ciências Sociais; Autores, conceitos e modelos teóricos clássicos de análise das instituições sociais, culturais e políticas; As especificidades da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política e a sua importância para a compreensão de temas contemporâneos relevantes para a atuação do profissional de Administração Pública.									
Bibliografia básica (mínimo 3)									
ARON, R. Etapas do Pensamento Sociológico . São Paulo, Martins Fontes, 2008. COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005 DEMO, P. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social . São Paulo, SP: Atlas, 2010 QUINTANEIRO, Tania. BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira e OLIVEIRA, Marcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber , 2ª Ed. rev. amp. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.									
Bibliografia complementar (mínimo 5)									
BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade . Tratado de Sociologia do Conhecimento. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanista . 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986 DOMINGUES, I. Epistemologia das Ciências Humanas . São Paulo, Loyola, 2004 DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico . São Paulo, Martins Fontes, 2003. MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. VILA NOVA, Sebastiao. Introdução à sociologia . 6. ed. rev. e aum. São Paulo, SP: Atlas, 2004. WEBER, M. Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo . São Paulo, Cia. Das Letras, 2004.									

Unidade Acadêmica		Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0002	Componente Curricular		FUNDAMENTOS DE ECONOMIA					
Semestre	1º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina		
Pré-requisito	-			Equivalências:		GPS0003			
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64		
Objetivos:									
A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a familiarização com os princípios básicos e fundamentais da teoria econômica, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas diversas esferas de atuação profissional, bem como fornecer-lhes um instrumental capaz de ajudá-los na compreensão e interpretação de aspectos políticos e sociais das decisões públicas e dos movimentos relativos ao mercado interno e externo. Além de favorecer a uma análise									

crítica sobre os processos e possibilidades de desenvolvimento local e sustentável.
Ementa
A natureza do estudo da economia. Fundamentos da análise microeconômica: demanda, oferta, produção, custos e estruturas básicas de mercado. Fundamentos da análise macroeconômica: contabilidade nacional, renda, políticas fiscal e monetárias, inflação. Crescimento e desenvolvimento econômico e sustentável. Desenvolvimento como liberdade.
Bibliografia básica (mínimo 3)
CHACON, Suely Salgueiro; BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. O sertanejo e o caminho das águas : políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 353 p. (BNB teses e dissertações, 8) ISBN 9788587062963 (broch.) MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia - tradução da 5ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2010. SEN, Amartya Kumar,. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000. 409 p. ISBN 9788571649781 (broch.). SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. Economia e Mercados : introdução à economia. 19. ed. Rev. Atual. São Paulo: Saraiva, 2010. VASCONCELOS, M. A. S. Economia : micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; BEGG, D. Introdução à economia : para os cursos de administração, direito, ciências humanas e contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. KRUGMAN, P. WELLS, R. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (ORGS). Manual de economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . 20 ed. São Paulo: Atlas, 2006. STIGLITZ, J. E. WALSH, C. E. Introdução à microeconomia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. (Tradução da 3. ed. Americana) STIGLITZ, J. E. WALSH, C. E. Introdução à macroeconomia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. (Tradução da 3. ed. Americana)

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0003	Componente Curricular	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO E À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Semestre	1º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	GPS0004; GPS0005		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos							
Oferecer ao aluno um embasamento do que significa a Administração enquanto área do conhecimento científico, quais suas escolas e que pensamentos foram gerados a partir destas abordagens, bem como possibilitar o entendimento do contexto, dos conceitos e dos instrumentos gerenciais relativos as instituições públicas a partir de reflexões acerca do papel do Estado.							
Ementa							
As bases que fundamentam a formulação da Administração como Ciência; O objeto de estudo da Administração: Gestão ou Organizações; A evolução do pensamento administrativo como reflexo do sistema capitalista de produção; O Surgimento do Estado e suas funções; Do Estado de Bem-Estar Social ao Estado Neoliberal; Contextualização da crise do Capitalismo ao “Terceiro Setor”; Gestão Pública, Democracia e Cidadania.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública . São Paulo: CENGAGE, 2011. MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública : foco nas instituições e ações governamentais. 4ed. São Paulo: Atlas, 2014. PECI, Alketa; SOBRAL, Filipe. Administração : teorias e prática no contexto brasileiro. Processos. 2ed. São Paulo: Pearson-Prentice Hall, 2013.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
FRANÇA FILHO, Genauto C. de. Para um olhar epistemológico da administração : problematizando o seu objeto. In: SANTOS, Reginaldo S. (org.). A administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Mandacaru, 2004. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea . 4ed. São Paulo: Atlas,							

2012.
 PEREIRA, José R. (org.). **Gestão social das políticas públicas**. Lavras: Editora UFLA, 2011.
 POLITICAS PUBLICAS E FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO
 PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração**. São Paulo: Atlas, 2013.
 TORRES, Marcelo D. de F. **Estado, democracia e administração pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0004	Componente Curricular	PRODUÇÃO TEXTUAL				
Semestre	1º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Contribuir para o desenvolvimento das habilidades de produção de leitura e produção de textos. Proporcionar ao aluno ferramentas para a consolidação de uma competência de leitura e escrita. Apresentar e problematizar os aspectos estruturais da língua portuguesa, levando em consideração o contexto.							
Ementa							
Práticas de leitura e de produção de texto; Estrutura, ordenação e desenvolvimento do texto; Noções fundamentais de gêneros textuais; Qualidades e defeitos de um texto.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Nova gramática do português brasileiro . São Paulo, SP: Contexto, 2010. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 29. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental . 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. _____ . Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão . São Paulo: Atlas, 2002. _____ . Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
ANDRADE, Maria Margarida de. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores . 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010. CUNHA, Celso; A CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon, 2007. 748p. FARACO, Carlos Alberto. Oficina de texto . 9. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. 319 p FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . 17.ed. São Paulo, SP: Ática, 2007. 431 p MANDRYK, David; FARACO, Carlos Alberto. Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 1990. 352 p							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0005	Componente Curricular	OFICINA TEMÁTICA 1: INTRODUÇÃO À UNIVERSIDADE E AO CURSO				
Semestre	1º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Familiarizar os estudantes com as práticas institucionais formais e informais próprias da vida acadêmica na Universidade Pública apresentando a estrutura de funcionamento da UFCA. Refletir sobre a delimitação e abrangência do campo de estudo e prática profissional na qual se situa o Curso a fim de que o estudante compreenda o seu propósito na sociedade; Debater sobre as formas de organizar e planejar de maneira autônoma as práticas de estudos na universidade e a importância da indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura.							
Ementa							
Reflexão sobre o Ensino Superior no Brasil; A UFCA no contexto da expansão das IFES; Os							

desafios da UFCA no Cariri Cearense; Estrutura e Funcionamento da UFCA; História, perspectiva, estrutura e funcionamento do Curso de Administração Pública; O Projeto Político Pedagógico do Curso e sua matriz curricular; Ações de ensino, pesquisa e extensão ligados ao Curso de Administração Pública; A constituição e os desafios do Campo de Públicas a nível Nacional; Principais eventos ligados ao Campo de Públicas; A organização da vida de estudos na Universidade; Formas de organização e participação dos estudantes na vida universitária.

Bibliografia básica (mínimo 3)

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
 DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 85p. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 25)
 FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006
 GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 KRAWCZYK, Nora Rut; CAMPOS, Maria Malta. **O cenário educacional no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas, Sp: Autores Associados, 2000.

Bibliografia complementar (mínimo 5)

DOCUMENTOS DO CAMPO DE PÚBLICAS (<https://campodepublicas.wordpress.com>)
LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. Avaliação (Campinas) [online]. 2013, vol.18, n.1, pp. 85-105. ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000100006>
 PIRES, Valdemir (Et. All). **Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social**, 6(3) jul-set. 2014
 SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória** São Paulo: Cortez, 2004
 SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
 TAVARES, Geovani; CUNHA, Eduardo; SILVA JUNIOR, Jeová. Os limites e desafios da formação em Gestão Pública e Gestão Social no Curso de Administração Pública da UFC Campus Cariri. **Temas de Administração Pública**. Edição Especial, v. 3, n. 6 (2012) acesso: <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/issue/view/470>

2º SEMESTRE

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS006	Componente Curricular	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE				
Semestre	2º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	GPS0002		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Apresentar o contraponto entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, situando historicamente o surgimento da discussão sobre a sustentabilidade que emerge como paradigma ético alternativo às forças destrutivas do capital, mas que também é apropriado pelo mercado. Objetiva, portanto, que o estudante compreenda a construção do conceito de sustentabilidade em todas as suas dimensões e saiba se situar criticamente em torno do tema, valorando o seu real significado e sinta-se estimulado a desenvolver e atuar em práticas sustentáveis.							
Ementa							
A trajetória do conceito de desenvolvimento no mundo. Desenvolvimento versus Crescimento. Sustentabilidade e suas dimensões. Ecodesenvolvimento e sustentabilidade socioambiental. Arranjos institucionais e políticas ambientais. Desequilíbrios ecossistêmicos urbanos e rurais. História das estratégias de intervenção no Brasil: pressupostos teóricos; Experiências regionais de desenvolvimento no Brasil.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade . Uma análise comparativa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. CHACON, Suely Salgueiro. O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas,							

modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 2007. Série Teses e Dissertações. Vol. 8

SEN, Amartya e KLIKSBURG. **As pessoas em primeiro lugar**. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Trad. Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond Universitária. 2004

Bibliografia complementar (mínimo 5)

BURSZTYN, Marcel (org.) **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. Ciência para uma vida sustentável. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2a Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1999

HEIDEMANN, Fco. G. e SALM, José Fco. (orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

STERN, Nicholas. **O Caminho para um Mundo Mais Sustentável**. Trad. Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2010.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0007	Componente Curricular	EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS				
Semestre	2º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0001			Equivalências:	GPS0016		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Refletir criticamente sobre a construção do conceito de verdade científica a partir da compreensão dos fundamentos da epistemologia contemporânea, situando o processo de formação e consolidação das ciências sociais e os seus atuais limites e possibilidades de explicação das relações humanas no contexto da crise e da crítica do paradigma da modernidade.							
Ementa							
A construção do objeto da ciência na epistemologia contemporânea; A divisão clássica entre ciências físicas e sociais/humanas.; A nova visão da ciência na realidade contemporânea a partir do deslocamento da relação sujeito-objeto. A produção de conhecimento nas sociedades complexas para além dos postulados de racionalidade/causalidade linear, objetivismo, previsibilidade. A virada paradigmática e a construção plural de um referencial teórico para as ciências humanas e sociais; Os princípios da interdependência, da complexidade e do respeito às diferenças na produção do conhecimento.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação . A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: . Cultrix, 1982.							
DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985							
_____. Metodologia científica em ciências sociais . 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995							
PINEDO, Christian, José, Quintana; PINEDO, Karyn, Siebert: Introdução à Epistemologia da Ciência . Universidade Federal do Tocantins. Campus de Palmas, 2008							
SANTOS, Boaventura de Sousa, Um discurso sobre as ciências . Cortez Editora: São Paulo, 1987.							
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008							

Bibliografia complementar (mínimo 5)
ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José (2002). Pensamento sistêmico . O novo paradigma da ciência. Campinas/Belo Horizonte, Papyrus Editorial/Editora Puc-Minas, 4ª. Ed. 2005.
HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia . 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
JAPIASSU, Hilton, O mito da neutralidade científica . Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.
_____. Questões epistemológicas . Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1981.
KUHN, Thomas S., A Estrutura das Revoluções Científicas . 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003
MORIN, Edgar. Ciência com consciência . 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 Brasil, 2010
POPPER, Karl Raimund. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária . Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
SANTOS, Boaventura de Souza. A Crítica da Razão Indolente . Contra o desperdício da Experiência, 6 Ed. Cortez Editora: São Paulo, 2007.
VARELA, Francisco J.. Thompson, Evan. Rosch, Eleanor. A mente incorporada : ciências cognitivas e experiência humana . Porto Alegre: Artmed, 2003.

Unidade Acadêmica Responsável				CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas			
Código	APS0008	Componente Curricular	ESTADO, SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRA				
Semestre	2º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	GPS0007; GPS0010		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Refletir sobre as conexões históricas entre os modelos de organização do Estado e o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, tendo em vista a compreensão da dinâmica entre Política e Economia, seus elementos estruturais e conflitos contemporâneos.							
Ementa							
Fundamentos, estrutura e finalidade do Estado; Estado e Governo; Características e organização do Estado brasileiro; Diferentes concepções de sociedade civil organizada e sua forma de atuação; Conexões e confrontos entre Estado e Sociedade Civil; Modelos de desenvolvimento econômico e seus condicionantes políticos; Os efeitos da globalização e do neoliberalismo nas políticas públicas brasileiras; Reforma do Estado e Planos de estabilização econômica.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BORON, Atilio. A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo . Tradução de Ana Carla Ferreira.. Petrópolis: Vozes, 2001.							
FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal /. 51.ed., rev. São Paulo, SP: Global, 2006							
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007							
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.							
NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática . 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011							
SILVA, Cesar Roberto Leite da. Economia e mercados: introdução à economia . 19.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
ARAÚJO, T.; VIANNA, S.; MACAMBIRA, J. (Orgs). 50 anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaios sobre a obra de Celso Furtado . Rio de Janeiro: IPEA, 2009.							
BRESSER-PEREIRA, L. C. Ideologias econômicas e democracia no Brasil . Estudos Avançados, 1989.							
BUSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste . Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: bnb, 2008							

CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. 1970. **Dependência e desenvolvimento na América Latina; ensino de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1998

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Edição comemorativa 50 anos. São Paulo Companhia das Letras, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hicitec, 1994.

PERICÁS, L. e SECCO, L. (Orgs). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0009	Componente Curricular	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO				
Semestre	2º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0004		Equivalências:		GPS0006; ADM0311		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Introduzir o estudante no estudo dos conceitos básicos e debates em torno da metodologia científica a fim de que ele se torne capaz de utilizar instrumentos e técnicas para a realização de pesquisas científicas e aprimoramento da escrita acadêmica.							
Ementa							
Ciência e Conhecimento Científico; Os Métodos Científicos: Pressupostos e Conseqüências de sua Aplicação quanto às Particularidades das Ciências; Verdade, Evidência e Certeza; Fatos, Teorias e Leis. O trabalho científico: composição e escrita.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
APPOLINÁRIO, F. Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa . 2.a ed. São Paulo, SP: Cengage Learning. 2012							
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico . 9ed. São Paulo: Atlas, 2009.							
DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais . 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.							
RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
LAVILLE, C; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Belo Horizonte: Artmed, 1999.							
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.							
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.							
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras, e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados . 7ed. São Paulo: Atlas, 2008							
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica . 6ed. São Paulo: Atlas, 2006.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0010	Componente Curricular	OFICINA TEMÁTICA 2: ESFERA PÚBLICA AMPLIADA				
Semestre	2º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-		Equivalências:		-		
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Oferecer as bases teórico-conceituais para o entendimento do conceito e da importância da chamada “Esfera Pública Ampliada” e refletir sobre o novo papel da sociedade civil na construção de políticas sociais e na coprodução do bem público no Brasil.							

Ementa
A construção social da esfera pública; Atores da Esfera Pública; Direitos humanos e cidadania no Brasil: impedimentos estruturais. Acesso à esfera pública; Cidadania e desigualdade social; Vetores contemporâneos para a discussão da cidadania: etnia, gênero e novas clivagens de identidade.
Bibliografia básica (mínimo 3)
CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede . São Paulo: Paz e Terra, 1999. GRAU, Nuria Cumll. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social . Rio de Janeiro: Revan, 1998. HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa . 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. MELO, Rúrion. O uso público da razão: pluralismo e democracia em Jurgen Habermas . São Paulo: Ed. Loyola, 2011.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
ALMINO, João. O segredo e a informação: ética e política no espaço público . São Paulo: Brasiliense, 1986. BAZERMAN, Max H. e MOORE, Don. Processo Decisório . 8ª Edição. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2014. BRAGA, Elza Maria Franco; MARQUES, Marcelo Santos. Estado e políticas públicas: vivências e criticidades . Fortaleza, CE: UFC, 2008. BURSZTYN, Marcel. Poder dos donos . 3. ed. Rio De Janeiro: Garamond, 2008. CARDOSO JUNIOR, José Celso INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A Constituição brasileira de 1988 revisitada . Brasília: IPEA, 2009. HABERMAS, Jurgen. Consciência moral e agir comunicativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

3º SEMESTRE

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0011	Componente Curricular		DIREITO CONSTITUCIONAL			
Semestre	3º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-	Correquisito	APS0014	Equivalências:		GPS0013	
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Desenvolver o conhecimento de fundamentos sobre o movimento constitucionalista, sua acepção histórica, sua evolução dogmática, sua aplicação social, incorporando no futuro administrador público a segurança jurídica advinda da consciência prática e da efetiva certeza de supremacia da Constituição, de sua estrutura organizacional e seus instrumentos, na construção de uma cidadania participativa.							
Ementa							
A organização político-administrativa do Estado. A Federação brasileira. Entes federativos. Competências. Intervenção federal e estadual. Poder Legislativo. Processo legislativo. Tribunal de Contas. Poder Executivo. Poder Judiciário. Precatórios. Funções Essenciais à Administração da Justiça. Defesa das Instituições Democráticas. Da Ordem Econômica e Financeira. Princípios Gerais da Atividade Econômica. Política Urbana. Política Agrícola e Fundiária. Reforma Agrária. Da Ordem Social. Seguridade Social. Educação, Cultura e Desporto. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Dos Índios. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BRASIL, Constituição (1988) e Emendas Constitucionais . Brasília: Senado Federal-Subsecretaria de edições técnicas, 2006. PINHO, R.C.R. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais , 11ª Ed. São Paulo: Saraiva – 2011. LENZA, P. Direito Constitucional Esquemático . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 . 8. ed. Porto Alegre: Do Advogado, 2010. MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. Curso de direito constitucional . São							

Paulo: Saraiva, 2012. MORAES, A.de. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2012. TAVARES, A. R. Curso de direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2010. BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional . São Paulo: Malheiros Editores, 2005

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0012	Componente Curricular	FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS				
Semestre	3º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	GPS0008		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Estudar os fundamentos e conceitos básicos de Políticas Públicas como uma forma de compreender as questões contextuais, políticas, técnicas e éticas que envolvem o campo de estudo e a prática institucionalizada e social de produção, implementação de políticas públicas no Brasil tematizando, de forma crítica, suas peculiaridades e tensões sociais.							
Ementa							
As ambivalências do conceito de política e de políticas públicas; As noções de público e privado, público e estatal, público e governamental; Tipologias das de Políticas Públicas; O Ciclo de Políticas Públicas; Instituições e atores no processo de políticas públicas; O setor público não-estatal e as políticas públicas; Noções de eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas; Políticas Públicas e participação; Os setores das políticas Públicas no Brasil; Estudos de caso de temas emergentes em políticas públicas.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
DAGNINO, E. (Org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil . S. Paulo: Paz e Terra, 2002.							
FERREIRA, Marco Aurélio Marques e ABRANTES, Luiz Antônio (orgs.) Políticas públicas, gestão e sociedade . Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora							
KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas . 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2007							
PEREIRA, José Matias. Manual de gestão pública contemporânea . 4.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.							
PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter K (Org.). Reforma do estado e administração pública gerencial . 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.							
RODRIGUES, Maria M. Assumpção. Políticas públicas . São Paulo: PubliFolha, 2010. 94							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BOULLOSA, Rosana de Freitas. Dicionário para formação em gestão social . Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.							
BIASOTO JÚNIOR, Geraldo e PALMA e SILVA, Luiz Antonio. Políticas Públicas em Questão . São Paulo: FUNDAP, 2011.							
PROCOPIUCK, Mário. Políticas Públicas e fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária . São Paulo: Atlas, 2013							
RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos . Disponível em: http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF >.							
SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas Públicas – coletânea - Volume I. Brasília: ENAP, 2006.							
SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos . 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0013	Componente Curricular	GESTÃO SOCIAL E TERRITÓRIO				
Semestre	3º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	GPS009; GPS0012		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Favorecer a compreensão da relação entre a Gestão Social e Território, a partir do papel do Estado e das Políticas Públicas.							

Ementa
Noções de Território situando a Gestão Social. Crise, debate e evolução do papel do Estado no final do século XX. O Conceito de Território; Território e Territorialidade; Território e Identidade; Sustentabilidade e Território; Organização política do território; Políticas Territoriais no Brasil: Principais Formulações e Execuções; Análise das relações Estado/Território no Brasil.
Bibliografia básica (mínimo 3)
BOULLOSA, Rosana Freitas. (org.). Dicionário para a formação em Gestão Social . Salvador: Ciags, 2013. BRANDÃO, Carlos. Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global . Campinas: Ed. Unicamp, 2007. CANÇADO, Airton C.; TENÓRIO, Fernando G.; SILVA JR.; Jeová T. (Orgs.). Gestão social: aspectos teóricos e aplicações . Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. (Coleção Enapegs e Coleção Gestão e Desenvolvimento). CHACON, Suely Salgueiro. O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido . Fortaleza: BNB, 2007. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI (em colaboração com Maria Laura Silveira), Record, Rio de Janeiro, 2001
Bibliografia complementar (mínimo 5)
BUENO, Laura M. e CYMBALISTA, Renato (orgs.). Plano Diretor Municipal: novos conceitos de planejamento territorial . São Paulo: Annablume, Instituto Pólis, PUC Campinas, 2007, p. 215-243. PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil . Brasília: IICA, 2009. ORTEGA, Antonio Cesar (org.). Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento . Campinas: Alínea, 2007. RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda . Recife: UNIVASF, 2010. SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MÂSIH, Rogério Teixeira (Org.). Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção . Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. v. 1, p. 26-37.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0014	Componente Curricular	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO				
Semestre	3º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Disponibilizar uma síntese dos principais ramos do Direito brasileiro, tais como a base constitucional que tratará da organização do Estado brasileiro, os Poderes que o gerem e sua forma de atuação, informações sobre o Direito Penal ao tratar dos seus fundamentos, princípios e crimes tipificados. Exibir o tratamento legislativo conferido às relações privadas nas relações de consumo, nas relações comerciais e civis, abordar o alicerce do Direito Civil brasileiro e o Direito Empresarial vigente. Também tratar dos fundamentos do Direito do Trabalho, seus princípios e conceitos, sua relação com a Constituição Federal e demais institutos correlatos.							
Ementa							
Noções preliminares de Direito. O Direito como objeto de conhecimento: perfil histórico. Diferenças conceituais. Disciplinas jurídicas. Direito: divisão (classificação), fontes, noção e elementos. Posição no quadro dos conhecimentos humanos. Método e Direito. Relações Jurídicas. Responsabilidades							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
MARTINS, S. P.. Instituições de Direito Público e Privado – 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006. NADER, P. Introdução ao Estudo do Direito . Rio de Janeiro: Forense, 2011 REALE, M. Lições Preliminares de Direito , 27ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BASILE, C. R. O. Direito do Trabalho: teoria geral a segurança e saúde , 3ª Ed. - São Paulo, Saraiva, 2010. GONÇALVES, M. G. V. P. R.. Direito Comercial: direito de empresas e sociedades empresárias . 6ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2013.							

GAGLIANO, P. S. Novo Curso de Direito Civil, São Paulo: Saraiva, 2004.
 NUNES, L.A.R. Compre Bem: manual de compras e garantias do consumidor, São Paulo: Saraiva, 2009.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0015	Componente Curricular	OFICINA TEMÁTICA 3: ORGANIZAÇÕES, INTER-ORGANIZAÇÕES E REDES				
Semestre	3º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	GPS0014		
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Auxiliar na compreensão das diversas abordagens acerca de redes e institucionalidades, assim como, expor os conhecimentos aprofundados da governança proporcionadas pela ação em redes de diversos tipos e formas, sobretudo relacionadas as questões da gestão pública e social.							
Ementa							
Sociedade em Redes. Redes Organizacionais e Interinstitucionais; Pólos, Aglomerações, Arranjos; Consórcios, Conselhos, Fóruns, Cooperativas e Associações. Perspectiva Estratégica do Desenvolvimento em Redes. As Redes e os Processos de Coprodução e Cogestão de Bens e Serviços Públicos.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CRUZ, June A. W. Redes e organizações em administração . Curitiba: Juruá Editora, 2008. FONTES, Breno; MARTINS, Paulo H. Redes, práticas associativas e gestão pública . Recife: Editora UFPE, 2006. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura . 11ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
AMATO NETO, João. Redes entre organizações - domínio do conhecimento e da eficácia operacional . São Paulo: Atlas, 2005. GOHN, Maria da G. Conselhos gestores e participação sociopolítica . São Paulo: Cortez, 2011. MANCE, Euclides A. Redes de colaboração solidária - aspectos econômico-filosóficos, complexidade e libertação . Petrópolis: Vozes, 2002. PAES, José Eduardo S. Fundações, associações e entidades de interesse social - aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários . 8ed. São Paulo: Editora Forense, 2013. SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais . 5ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. VIEIRA, Paulo G. L.; PINHEIRO, Andrea M. Cooperativismo passo a passo . Curitiba: Juruá Editora, 2014.							

4º SEMESTRE

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0016	Componente Curricular	SOCIOECONOMIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA				
Semestre	4º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS002			Equivalências:	GPS0021		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Permitir aos alunos conhecer os debates em torno do tema da socioeconomia e da economia solidaria, adquirindo uma visão critica da realidade econômica, bem como conhecer as praticas de economia solidaria no contexto internacional e brasileiro, especialmente enquanto espaço possível de atuação profissional.							
Ementa							
Economia social: Contexto de surgimento e características; Cooperativismo tradicional e cooperativismo popular; Autogestão: Construção de um conceito. Crise do trabalho, novas							

relações com o capital. Economia solidária no Brasil: Histórico, concepções e práticas. Economia solidária e princípios cooperativistas. Fortalecimento e desenvolvimento local: Estratégia da economia solidária; Desafios práticos das experiências em economia solidária.
Bibliografia básica (mínimo 3)
FRANÇA FILHO, G. C; LAVILLE, J.-L. Economia solidária: uma Abordagem Internacional . Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. SINGER, P. Introdução a Economia Solidária . São Paulo: Perseu Abamo, 2002. VARANDA, Ana Paula de Moura e BOCAUYUVA, Pedro Claudio Cunha (organizadores). Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária . Rio de Janeiro. 2009. FASE/IPPUR/LASTRO/UFRJ.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
FURTADO, Celso M. Formação Econômica do Brasil . 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. GUIMARÃES, Gonçalo. Sindicalismo e Cooperativismo – A economia solidária em debate – Transformações no mundo do trabalho . UNITRABALHO S/ d – COOPE/ UFRJ; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. RIGO, A; CANÇADO, A; SILVA JUNIOR, J. Casos de ensino: cooperativismo e associativismo . Petrolina: Gráfica Franciscana, 2011. (*não está disponível) VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação . Rio de Janeiro: DP&A/ FASE, 2001

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0017	Componente Curricular	DEMOCRACIA E SOCIEDADE				
Semestre	4º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-	Equivalências:		-			
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Discutir algumas questões referentes ao processo de construção da democracia, sob a ótica das relações entre as instituições sociais e a cultura política no Brasil, tomando como ponto de partida o estudo das dimensões teóricas do conceito e suas representações sociais a fim de explorar alguns temas recorrentes ao debate recente sobre o processo de fortalecimento e/ou enfraquecimento das relações democráticas em diferentes níveis.							
Ementa							
As ambivalências semânticas do uso do termo “democracia”; Democracia e suas adjetivações; As representações sociais de democracia; Teorias da democracia clássicas e contemporâneas; Os dilemas da representação político-partidária e democracia; Os dilemas contemporâneos da igualdade e da diferença; O papel nos novos atores sociais na construção da democracia e a questão da participação social; A noção de esfera pública; O papel histórico dos movimentos sociais e os desafios contemporâneos na construção da democracia; os mecanismos de controle e <i>accountability</i> e os novos formatos de participação política e mobilização social no Brasil e no mundo; Democracia com uma nova gramática social.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BOBBIO, Norberto. Qual democracia? São Paulo: Ed. Loyola, 2010. DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil . São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002. NOGUEIRA, Marco Aurelio. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática . 3.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011 TENÓRIO, Fernando G. (org.). Cidadania e desenvolvimento local . Rio de Janeiro: FGV, 2007.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia . Trad. Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas . 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Trad. Beatriz Sidou. Brasília: UNB, 2009. FINLEY, Moses I. Democracia antiga e moderna . Trad. Waldéa Barcellos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1998. LIMA, Venâncio A. de. Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil: ensaios em defesa da							

liberdade de expressão (1980-2015). Brasília: EDU-UnB, 2015.
 LEFORT, Claude. **Pensando o político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
 NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013
 PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992
 SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
 SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
 SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. (Primeira edição brasileira: julho de 1961).
 TOURAINE, Alain. **O que é democracia?** Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0018	Componente Curricular		DIREITO ADMINISTRATIVO			
Semestre	4º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0014		Equivalências:		GPS0031		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Proporcionar aos discentes entender como a administração pública é organizada no Brasil, sendo esta compreensão fundamental para que possa atuar de forma eficiente na Gestão Pública e Social, mantendo uma visão crítica e propositiva na construção de novos espaços de participação da população na gestão da coisa pública.							
Ementa							
Estudo dos princípios da Administração Pública e seus fundamentos históricos; estudo dos atos administrativos: conceito, classificação, características, requisitos e atributos, extinção, invalidação, anulabilidade e nulidade; procedimentos licitatórios, serviços e servidores públicos, pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta: empresas públicas, paraestatais e agências reguladoras.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . 38. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013. NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo: versão compacta - 10ª ed. - São Paulo: Atlas, 2013.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo . 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. Curso de Direito Administrativo . 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. COELHO MOTTA, Carlos Pinto. Curso prático de Direito Administrativo . 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. FARIA, Edimur Ferreira de. Curso de Direito Administrativo positivo . 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo . 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0019	Componente Curricular		ESTADO E GOVERNANÇA PÚBLICA			
Semestre	4º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-		Equivalências:				
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Discutir as reformas do Estado e da administração pública no Brasil e suas implicações nas							

formas de relacionamento entre o Estado, suas instituições – governo – e a sociedade; Compreender o processo de governança pública como condução responsável dos assuntos do Estado e gestão das interações entre os diversos atores sociais.

Ementa

Reformas do Estado e modelos de administração pública. Natureza e funções do Estado contemporâneo. Federalismo, descentralização e relações intergovernamentais. As relações entre Estado e sociedade e a governança pública. Bases teóricas e históricas da governança pública. Governabilidade, governança pública e democracia. Agentes governamentais e novos atores da governança – poderes locais e outras escalas de poder. Cidadania, participação social e governança compartilhada. Novos contornos da gestão pública e novas formas de governança. A ideia do Estado-Rede

Bibliografia básica (mínimo 3)

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter K (Org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. organizadores Luiz Carlos Bresser Pereira, Peter Spink (org.) ; tradução Carolina Andrade.. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.

Bibliografia complementar (mínimo 5)

ARRETCHE, Marta. Relações Federativas nas Políticas Sociais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80: p.25-48, setembro/2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **RAP**, Rio de Janeiro, v.42, n.5:829-74, Set./Out. 2008.

FARAH, Marta Ferreira S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **RAP**, v. 35, n. 1, 2001. Disponível em <http://tinyurl.com/nbd57a>

GOLDSMITH, Stephen. EGGERS, William. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília/São Paulo: ENAP/Unesp, 2006.

KEINERT, T. M. M. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2000.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Braziliense, 1979.

TORRES, Marcelo D. de F. **Estado, democracia e administração pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0020	Componente Curricular	OFICINA TEMÁTICA 4: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS				
Semestre	4º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-	Equivalências:		-			
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Discutir os conceitos de participação e cidadania ativa enfocando as relações entre Estado e Sociedade através do estudo do processo de elaboração e execução de políticas públicas e projetos sociais, procurando identificar o potencial e/ou os entraves da participação social via meios institucionalizados ou não.							
Ementa							
A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação; Democracia participativa; Movimentos sociais; As relações entre os níveis da federação (federalismo) e a questão da descentralização das políticas públicas; A teoria da participação popular, enquanto elemento norteador da Gestão de Políticas Públicas; A efetividade das IP's (Instituições Participativas) e o seu potencial de influência nas políticas públicas; O papel dos Conselhos de Participação da Sociedade nos municípios; As experiências do orçamento participativo; Experiências de Gestão no campo Democrático-Popular e seu caráter inovador em Políticas Públicas.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.							
DAGNINO, E. (Org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil . S. Paulo: Paz e Terra, 2002.							

DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994
FERREIRA, Marco Aurélio Marques e ABRANTES, Luiz Antônio (orgs.) Políticas públicas, gestão e sociedade. Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora.
TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2002
GRAU, Nuria Cunill. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. Brasília, DF: ENAP, 1998
TAVARES, Augusto de Oliveira. Participação. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
AVRITZER, Leonardo. A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010
_____. e NAVARRO, Z. (Org.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
_____. (org.). A participação social no Nordeste. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007
BENEVIDES, Maria Victoria de M. A cidadania Ativa. São Paulo, Editora Ática, 1991
BRAGA, Elza Franco (Org.). Estado e Políticas Públicas: vivências e criticidades. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
CROVE, Maria de Lourdes. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 2003
DAGNINO, E. (Org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004 (pp. 95-110)
DEMO, P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1999
MOÁS, Luciane da Costa. Cidadania e Poder Local. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
TROUDI, H; HARNECKER, M; BONILLA, L. Ferramentas para a Participação: Construindo o Socialismo do Século XXI. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
PIRES, R. (org). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. v. 7 (Diálogos para o desenvolvimento)
SANTOS, B. S; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, B. S. (org.). Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. p.39-82.

5º SEMESTRE

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0021	Componente Curricular	ESTATÍSTICA				
Semestre	5º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-	Equivalências:		GPS0020; ADM0301			
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Capacitar o aluno na utilização das definições pertinentes, teoremas, princípios e métodos estatísticos, quando do tratamento representação de dados, interpretação de resultados dimensionáveis e escolha de alternativas qualitativas.							
Ementa							
Propósitos e Limitações da Estatística; Estatística Descritiva; Probabilidade; Variáveis Aleatórias; Principais Distribuições; Distribuição Conjunta de Duas Variáveis.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BUSSAB, W.O; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.							
LARSON, RON; FARBER, BETSY. Estatística Aplicada. 4. Ed. São Paulo: Pearson, 2010.							
TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. 11. Ed. São Paulo: LTC, 2013.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística aplicada à economia e administração. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.							
LAPPONI, J.C. Estatística usando Excel. 4. ed. São Paulo: Lapponi, 2005. 469p.							
MARTINS, G. DE ANDRADE. Estatística Geral e Aplicada. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.							
SPIEGEL, M.R.; SCHILLER, J.; SRINIVASAN, R.A. Probabilidade e estatística. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.							
STEVENSON, W.J. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo. Harbra Ltda. 2001.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0022	Componente Curricular	FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE				
Semestre	5º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	GPS0017; ADM0317		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Capacitar os estudantes para compreender o processo de tomada de decisões baseadas em informações contábeis necessárias tanto para o setor privado como para o setor público. Favorecer a compreensão de que controlar o patrimônio e gerenciar as atividades do Estado é função primordial da contabilidade e oferecer as bases do conhecimento sobre Patrimônio e sua composição, assim como de transações que afetem este patrimônio relevantes para a tomada de decisão.							
Ementa							
A importância da contabilidade nas organizações públicas e privadas e seus usuários externos e internos; Estrutura básica de um Balanço Patrimonial: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O mecanismo de origens e aplicações de recursos. Despesas e receitas. Balanços patrimoniais os principais grupos de contas. Extração de dados do balanço patrimonial para tomada de decisões. A demonstração do Resultado do Exercício na geração de informações.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica . 4ª Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2009.							
GUERRA, Luciano. Contabilidade Descomplicada . 1ª Ed. São Paulo. Ed. Saraiva, 2006.							
MULLER, Aderbal Nicolas. Contabilidade Básica : edição revista. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Pearson Education, 2007.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC . 1ª Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2010.							
MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis . 5ª Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2009.							
MARION, José Carlos. Contabilidade Básica . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.							
PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária – texto e exercícios . 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.							
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil . 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.							
SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz Dos; <i>et al.</i> Introdução à Contabilidade : atualizada pela Lei nº 11.941/09 e pelas normas do CPC. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0023	Componente Curricular	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS				
Semestre	5º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0012			Equivalências:	GPS0015		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Discutir questões relacionadas ao processo de formulação e implementação de políticas públicas no contexto federalista brasileiro, tendo em vista a ampliação da esfera pública e os desafios da gestão pública contemporânea.							
Ementa							
O processo de políticas públicas. Identificação de problemas públicos. A formação da agenda pública: atores, interesses e conflitos. Formulação e implementação de políticas públicas. Instituições, atores e políticas públicas. Instrumentos de políticas públicas. Planejamento governamental e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Integração, intersetorialidade e descentralização no contexto federalista. Sistemas de políticas públicas. Participação social em políticas públicas. Esfera pública ampliada e novos contornos da gestão pública e das políticas públicas.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							

<p>ANDRADE, Milton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2010.</p> <p>LEVY, Evelyn; DRAGO, Pedro Anibal. Gestão Pública no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Fundap, 2005.</p>
Bibliografia complementar (mínimo 5)
<p>CARDOSO JR., José Celso. Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para Resignificar o Debate e Capacitar o Estado. Brasília: IPEA, 2011.</p> <p>COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas: Alínea, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. RAP, Rio de Janeiro v.40, n.1:273-88, Mar./Abr. 2006.</p> <p>PROCOPIUCK, Mario. Políticas públicas e fundamentos da administração. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>TEIXEIRA, Alberto. Planejamento Público: de Getúlio a JK (1930 – 1960). Fortaleza: IPLANCE/CORECON, 1997.</p> <p>WU, Xu; RAMESH, Michael; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.</p>

Código	APS0024	Componente Curricular	OFICINA TEMÁTICA 5: ÉTICA, CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA					
Semestre	5º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina	
Pré-requisito	-	Equivalências:			GPS0018			
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64	
Objetivos:								
Preparar os estudantes para refletir, identificar e analisar ferramentas adequadas que podem ser utilizadas para se conseguir uma governança democrática, transparente e ética a favor de um desenvolvimento com sustentabilidade.								
Ementa								
Gestão ética no serviço público e privado, destacando a ética na sociedade brasileira e nas organizações; a participação dos servidores, gestores, sociedade civil, bem como os diferentes atores sociais e o cidadão comum na implantação da cultura da transparência nas organizações públicas e privadas. Conhecer através de conteúdos teóricos e de forma experienciada os instrumentos que fortalecem a participação popular a transparência na gestão pública, sendo eles os Conselhos de Direitos e Órgãos de Controle Social. Desafios éticos que emergem dessas novas realidades.								
Bibliografia básica (mínimo 3)								
<p>GUEDES, Alvaro Martim e FONSECA, Guedes (Org.). Controle Social da Administração Pública. Cenário, Avanços e Dilemas no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Oficina Municipal, Cultura Acadêmica e FGV-GVceapg, 2007.</p> <p>NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez editora, 2004.</p> <p>SPECK, Bruno Wilhelm (Org.). Caminhos da Transparência. Campinas (SP): UNICAMP, 2002.</p>								
Bibliografia complementar (mínimo 5)								
<p>ASSIS, José Carlos de. Dupla face da Corrupção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.</p> <p>BRASIL. Olho Vivo no Dinheiro Público. Um guia para os cidadãos garantir os seus direitos. Brasília, Controladoria-Geral da República (CGU), 2004.</p> <p>BOFF, Leonardo. Ética e Moral. A busca dos fundamentos. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2003.</p> <p>TEIXEIRA, Alberto. Guia da Cidadania para a transparência: prevenção contra a corrupção. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer (FKA), 2006.</p> <p>SAFIRA, Aman ou RAQUELLIS, Raquel. Esfera Pública e os Conselhos de Direitos.</p>								

6º SEMESTRE

Unidade Acadêmica Responsável	CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
--------------------------------------	---

Código	APS0025	Componente Curricular	ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS				
Semestre	6º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0023		Equivalências:		GPS0022		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Apresentar o campo da análise política e de políticas públicas; Discutir as abordagens conceituais, metodológicas e práticas de monitoramento e avaliação das políticas públicas, com ênfase nos principais modelos e instrumentos metodológicos de avaliação; Compreender a importância da avaliação para a garantia de maior eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão dos programas e projetos públicos e das organizações e empreendimentos sociais.							
Ementa							
Análise de políticas públicas: perspectiva histórica e teórica. Tipologias de políticas públicas. Objetivos, natureza e dinâmica das políticas públicas. Avaliação de políticas públicas: objetivos, natureza e tipos de avaliação. Indicadores de processo, estrutura e resultados. Modelos e instrumentos metodológicos no campo de avaliação. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.							
RICO, Elizabeth de Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.							
SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos . São Paulo: Cengage Learning, 2011.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BELLONI, Isaura; SOUSA, Luzia Costa de e MAGALHÃES, Heitor de. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas . São Paulo: Cortez editora, 2002.							
CANO, Ignacio. Avaliação de Programas Sociais . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.							
FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas , Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.							
RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos básicos . Universidade de Brasília (UnB). Impresso.							
SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas . Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2 v.							
SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias , Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0026	Componente Curricular	FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO				
Semestre	6º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0022		Equivalências:		GPS0039;		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Permitir ao estudante conhecer as principais atividades financeiras e orçamentárias do Estado, bem como fornecer subsídios para a realização do acompanhamento, avaliação e controle destas atividades.							
Ementa							
Formação do Estado. Necessidades Financeiras do Estado. Teorias das Finanças Públicas. Despesa Pública, Receita Pública e Crédito Público. Evolução do Orçamento Público: Tipos de Orçamento Público. Orçamento como Instrumento de Planejamento. Classificações Orçamentárias. O Processo Orçamentário. A Execução Orçamentária e Financeira. Acompanhamento, Avaliação e Controle da Execução Orçamentária. Controles Interno e Externo.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
GIACOMONI, J. Orçamento público . 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.							
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, F. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil . 4ª ed. Rio de Janeiro:							

Elsevier-Campus, 2011.							
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: Foco na política fiscal, no planejamento e Orçamento Público . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
GARCIA, R. C. Reorganização do processo de planejamento do Governo Federal: O PPA 2000-2003 . Brasília: IPEA, 2000.							
OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas . São Paulo: Atlas, 2010.							
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.							
SERRA, J. Orçamento no Brasil: as raízes da crise . São Paulo: Atual, 1994.							
RESENDE, F. Finanças públicas . 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001							

Unidade Acadêmica Responsável				CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas			
Código	APS0027	Componente Curricular	GESTÃO TRIBUTÁRIA				
Semestre	6º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0022			Equivalências:	GPS0027; GPS0029		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Permitir ao estudante a compreensão sobre a estrutura tributária brasileira, bem como reconhecer os principais tipos de impostos utilizados no país e sua aplicação.							
Ementa							
Sistema tributário nacional. Obrigação tributária. Contencioso Fiscal. Imposto de renda pessoa física (IRPF) e sua contabilização. Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ). Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e sua contabilização. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). Contribuições sociais. Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
GIACOMONI, J. Orçamento público . 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.							
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, F. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil . 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2011.							
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: Foco na política fiscal, no planejamento e Orçamento Público . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
GARCIA, R. C. Reorganização do processo de planejamento do Governo Federal: O PPA 2000-2003 . Brasília: IPEA, 2000.							
OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas . São Paulo: Atlas, 2010.							
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.							
SERRA, J. Orçamento no Brasil: as raízes da crise . São Paulo: Atual, 1994.							
RESENDE, F. Finanças públicas . 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001							

Unidade Acadêmica Responsável				CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas			
Código	APS0028	Componente Curricular	OFICINA TEMÁTICA 6: ANÁLISE DE INDICADORES				
Semestre	6º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0021			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Promover uma introdução à análise de indicadores sociais, ferramenta essencial para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas. Refletir sobre as características dos principais indicadores sociais, econômicos, de desenvolvimento humano e de sustentabilidade. Acessar, manusear e realizar análises com os diversos indicadores disponíveis em bases públicas.							
Ementa							
Introdução ao conceito de indicadores. Tipologia e propriedades dos indicadores. Metodologia de construção de indicadores. Potencialidades e limitações de indicadores para avaliação e							

para a gestão das políticas públicas e programas sociais. Análise de indicadores aplicada à gestão pública e social.

Bibliografia básica (mínimo 3)

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5.ed. rev. São Paulo, SP: Alínea, 2006.

Bibliografia complementar (mínimo 5)

CARVALHO, Mariliza Bruno de. **A3: metodologia de avaliação e construção de indicadores**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

COSTA, Francisco José da. **Mensuração e Desenvolvimento de Escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2011.

EMBAJADA DE ESPAÑA EN BRASIL; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (BRASIL). **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, Abr./Jun. 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**, v. 36, n.1, p. 51-72, Jan./Fev., 2002.

Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. **Construção e Análise de Indicadores**. Curitiba: [s.n.], 2010.

7º SEMESTRE

Unidade Acadêmica		Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas			
Código	APS0029	Componente Curricular	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO APLICADA À GESTÃO PÚBLICA				
Semestre	7º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-	Equivalências:		GPS0036; ADM0320			
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Oferecer aos estudantes fundamentos básicos sobre o uso e desenvolvimento de tecnologias da informação a fim de capacitá-los para a utilização de programas que auxiliam os processos de gestão, sobretudo da gestão pública e apresentar as principais ferramentas disponíveis em software livres.							
Ementa							
Elementos de Tecnologia da Informação (hardware, software, telecomunicação, bases de dados e peopleware); Ligação entre estratégia de TI, estratégia organizacional e gestão pública; Modelo para análise e avaliação da Tecnologia da Informação; Posicionamento estratégico da TI nas organizações: Grid Estratégico, Cadeia de Valor e Matriz Intensidade de Informação; O modelo do alinhamento estratégico. Maturidade do Alinhamento Estratégico; Diagnóstico integrado do papel da TI nas organizações; Avaliação da eficácia da TI.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
ALBERTIN, Alberto Luiz. Administração de Informática: Funções e Fatores Críticos de Sucesso . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.							
MAGALHÃES, Ivan L.; PINHEIRO, Walfrido B. Gerenciamento de serviços de TI na prática . 1. ed. São Paulo: Novatec, 2007.							
REZENDE, Dênis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais . São Paulo: Atlas, 2000.							
TURBAN, Efrain; RAINER JUNIOR, R. Kelly; POTTER, Richard E. Administração de Tecnologia da Informação: Teoria e Prática . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2007.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
CASSARO, Antonio Carlos. Sistemas de informações para tomada de decisões . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, 2001							
CRUZ, T. Sistemas de Informações Gerenciais . São Paulo: Atlas, 2003.							

FERRER, F.; SANTOS, P. **E-Government: o governo eletrônico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.
 FOINA, Paulo Rogério. **Tecnologia de Informação: planejamento e gestão**. São Paulo: Atlas, 2001. 190 p.
 STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0030	Componente Curricular	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA				
Semestre	7º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS009			Equivalências:	GPS0025; GPS0041		
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Permitir ao estudante familiarizar-se com os conceitos e técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa, fornecendo subsídios para sua utilização em pesquisas científicas e trabalhos profissionais em que seu uso for aplicável.							
Ementa							
Principais métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. A abordagem quanti-qualitativa. Procedimentos de coleta e análise de dados dos métodos qualitativos estudados: Entrevista, Etnografia, História de vida, Análise documental, Pesquisa-Ação, Estudos de Caso, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso. Elaboração de ferramentas de coleta de dados; Correlação; Análise de Variância; Testes de Hipóteses; ANOVA; Análise de Cluster.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BAUER, & G. GASKELL, Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som . Um manual prático. (pp.189-217) Petrópolis: Vozes.							
FIELD, A. Descobrimo a estatística usando o SPSS . Tradução Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009.							
FLICK, Uwe. Uma introdução à Pesquisa Qualitativa . Porto Alegre: Bookman, 2004. (tem na biblioteca – 13 exemplares).							
GIL, A C. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas. 1993. (25 exemplares)							
MARTINS, G. DE ANDRADE. Estatística Geral e Aplicada . São Paulo. 3.ed. Atlas, 2005.							
STEVENSON, W.J. Estatística Aplicada à Administração . São Paulo. Harbra Ltda. 1981.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BEKMAN, OTTO RUPRECHT; COSTA NETO, PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA. Análise Estatística da Decisão . 2. Ed. São Paulo:Blucher, 2009							
BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante . São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 8.a ed. 2001							
BUSSAB, W.O; MORETTIN, P.A. Estatística Básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.							
GIBBS, G. Análise de Dados Qualitativos . Atmed, 2009.							
LAPPONI, J.C. Estatística usando Excel . 5. ed. São Paulo: Lapponi, 2005.							
LARSON, Ron. Estatística Aplicada . Tradução e revisão técnica Cyro de Carvalho Patarra. São Paulo: Prentice Hall, 2004							
SPIEGEL, M.R.; SCHILLER, J.; SRINIVASAN, R.A. Probabilidade e estatística . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.							
THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação . São Paulo: Cortez Editora. 14.a ed. 2005							
YIN, R. K. Estudo de Caso . São Paulo: Sage. 3.a ed. 2007							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0031	Componente Curricular	PSICOLOGIA SOCIAL E TRABALHO COM COMUNIDADE				
Semestre	7º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	-			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Apresentar elementos conceituais e práticos da psicologia social e trabalho e sua relação com o exercício profissional do gestor público.							
Ementa							

Tópicos especiais em psicologia social: ideologia, representações sociais, linguagem, identidade diversidades culturais, subjetividade, gênero, etnia, geração. Introdução ao estudo dos “fatos sociais”: abordagens teóricas da psicologia comunitária. Intervenção psicossocial, Processos grupais, trabalhos na comunidade.

Bibliografia básica (mínimo 3)

AZEVEDO, Maria Amélia. **Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro**. São Paulo: Cortez Ed, 1995(*não está disponível)
 BERGER, Peter. L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido; a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.
 CAMPOS, Regina Helena F. (org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008. (*não está disponível)
 SAWAIA, Bader. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, 2005. (*não está disponível)
 SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
 THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

Bibliografia complementar (mínimo 5)

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.
 JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (*não está disponível)
 MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (*não está disponível)
 TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Avaliação de Projetos Comunitários: uma abordagem prática**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
 TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática**. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

Unidade Acadêmica Responsável				CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas			
Código	APS0032	Componente Curricular		OFICINA TEMÁTICA 7: METODOLOGIAS INTEGRATIVAS E DE RESIDÊNCIA SOCIAL			
Semestre	7º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0007			Equivalências:		GPS0047	
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Discutir a concepção teórico-metodológica da Residência Social e estabelecer uma aproximação com ações, projetos, núcleos, laboratórios, programas, organizações, contextos etc. na qual o residente fará a sua imersão além de explorar métodos e técnicas de pesquisa e intervenção participativas e colaborativas, baseadas na integração dos diferentes sujeitos e na gestão criativa dos conflitos que permitam ao residente encarar os desafios da gestão pública e social nos contextos de práticas, levando em consideração as suas múltiplas determinações.							
Ementa							
As bases epistemológicas de uma nova visão de mundo; Edgar Morin e a re-conexão de saberes: multi, inter e trans-disciplinariedade. Howard Gardner e as inteligências múltiplas. O conceito de Metodologias Integrativas. Observar, escutar e agir com base na mente-corporação. Casos de aplicação de metodologia integrativas na gestão pública e social e experiências diretas para se familiarizar com algumas delas. Legislação e Normas de Estágio da UFCA; Resoluções, normas e formulário de estágio em RS do Curso de Administração Pública; A metodologia da Residência Social; A Residência Social como aproximação e apropriação teórico-prático-teórica; Técnicas de elaboração de relatório da residência social.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante . 8. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990. DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant. Gestão com pessoas e subjetividade . São Paulo: Atlas, 2006 FISCHER, Tania. Residência Social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.) Dicionário para Formação em Gestão Social . Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.159-161 SCHOMMER, P. C. e GOMES, I. (Orgs). Aprender se aprende aprendendo: construção							

de saberes na relação entre universidade e sociedade. CIAGS/UFBA, FAPESB, SECTI; CNPQ, 2010

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; Universidade Federal do Ceará. **Gestão social: praticas em debate, teorias em construção**. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008

Bibliografia complementar (mínimo 5)

ALVES, Rubem. **Escutatória**. [s.l.]: 2005. Disponível em: <<http://ouvidoria.petrobras.com.br/PaginaDinamica.asp?Grupo=254&Publicacao=320&APRES=PUBL>>; acesso em: 20 de Abr. 2008.

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Por brisas ou tufões: mapas e planejamentos de imersão em organizações acolhedoras de experiências de Residência Social. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social** do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 237-240 Jun/Nov 2010

BOULLOSA, R. e BARRETO, M. L. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. In SCHOMMER, P. C. e GOMES, I. (Orgs). *Aprender se aprende aprendendo: construção de saberes na relação entre universidade e sociedade*. CIAGS/UFBA, FAPESB, SECTI; CNPQ, 2010, p. 113-129.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa P. (Orgs.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: CIAGS; EDUFBA, 2006. 170 p. (Coleção Gestão Social).

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

8º SEMESTRE

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0033	Componente Curricular	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA PÚBLICA				
Semestre	8º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0026		Equivalências:		GPS0019		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Permitir aos estudantes a compreensão da estrutura político-administrativa brasileira, a realização da escrituração contábil pública, além da controladoria pública, bem como interpretar e gerenciar os dados contábeis da administração pública.							
Ementa							
Noções gerais de contabilidade pública: campo de aplicação, objeto e comparações com a contabilidade empresarial. Estrutura político-administrativa brasileira. Plano de contas aplicado ao Setor Público. Contabilização de operações na Administração Pública. Demonstrações Contábeis do Setor Público. Controladoria e sua aplicação às organizações do setor público.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática . 14ª Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2014. OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Controladoria Governamental . 1ª Ed. Atlas, 2010 SILVA, Lino Martins. Controladoria Governamental: Um enfoque Administrativo . 9ª Ed. Atlas, 2011.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual técnico de demonstrativos fiscais: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios . 2. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. 3 v. CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: Foco na política fiscal, no planejamento e Orçamento Público . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de Auditoria Governamental . 2ª Ed. Atlas, 2014 SILVA, Valmir Leôncio. A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: Uma abordagem							

prática. São Paulo; Atlas, 2012.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0034	Componente Curricular	GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
Semestre	8º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	GPS0023		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Discutir a evolução histórica da administração pública e dos serviços; Compreender o panorama da gestão dos serviços públicos, considerando o federalismo e as diferentes abordagens de gestão; Analisar a realidade brasileira a partir das relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil na produção e oferta dos serviços públicos; Debater o papel da regulação e do controle social para a garantia da qualidade dos serviços públicos.							
Ementa							
Evolução histórica da Administração Pública e dos Serviços. Marcos teóricos e regulatórios da gestão dos serviços públicos. As fronteiras entre o público e o privado na gestão dos serviços. O envolvimento das organizações de mercado e não governamentais na prestação do serviço público. Qualidade dos serviços públicos e as relações entre prestadores e usuários. Regulação e controle social dos serviços públicos – <i>Accountability</i> e Agências Reguladoras. A proposta do Novo Serviço Público. Alianças, redes, parcerias e outras formas locais da produção e gestão dos serviços públicos. Experiências inovadoras na gestão dos serviços públicos							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CACCIA-BAVA, Silvio; SOARES, José A. (org). Os desafios da gestão municipal democrática . São Paulo: CórteX, 1998.							
DALLARI, Dalmo de A.; BRANCO, Adriano M. O Financiamento de Obras e de Serviços Públicos . São Paulo: Paz e Terra, 2006.							
KEINERT, T. M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas . São Paulo: Annablume / Fapesp, 2000.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
CORREA, Henrique Luiz; CAON, Mauro. Gestão de Serviços . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.							
DI PIETRO, Maria S. Z. Direito administrativo . 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas . 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.							
FADUL, Elvia. Redefinição de Espaços e Papéis na Gestão de Serviços Públicos: Fronteiras e Funções da Regulação Social. RAC , v.1, n.1, Jan./Abr. 1997: 55-70.							
FARAH, Marta Ferreira S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. RAP , v. 35, n. 1, 2001. Disponível em http://tinyurl.com/nbd57a							
GUERREIRO RAMOS, A. Administração e contexto brasileiro . 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.							
PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social . ERA, v.45, n.1, Jan./Mar. 2005: 36-49.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0035	Componente Curricular	PESQUISA E INTERVENÇÃO				
Semestre	8º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0030			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Estabelecer a reflexão sobre as bases epistemológicas, teóricas e metodológicas que influenciam a pesquisa em ciências sociais de maneira geral, particularmente no campo de públicas e discutir as diversas possibilidades de pesquisa e intervenção a partir das áreas de atuação profissional do campo de públicas, fornecendo subsídios para a elaboração/aprimoramento do projeto de TCC.							
Ementa							
Escolhas teóricas e metodológicas. Questões técnicas e metodológicas dos processos investigativos e de intervenção no campo de públicas. Parâmetros e procedimentos para							

inserção no campo e diagnóstico da realidade. Coleta, registro e tratamento de dados e informações. Elaboração de projetos de pesquisa e de intervenção. A condução da pesquisa e da intervenção organizacional. As formas de publicização de resultados de pesquisa e intervenção. Seminário de defesa de projetos.

Bibliografia básica (mínimo 3)

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
 MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
 VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006

Bibliografia complementar (mínimo 5)

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
 GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
 GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, RS: Bookman; Artmed, 2009.
 GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2013.
 Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração – EnANPADs.
 Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS.
 Anais dos Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas – ENEPCPs.

Unidade Acadêmica Responsável			CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0036		Componente Curricular	ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS				
Semestre	8º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina	
Pré-requisito	APS0023; APS0025			Equivalências:	GPS0046			
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64	
Objetivos:								
Sensibilizar o estudante para a importância da utilização da ferramenta de projetos no âmbito profissional, como instrumento decisório para a operacionalização do planejamento em qualquer nível de governo e organização pública estatal e não-estatal.								
Ementa								
Conceito de Administração de Projetos, Componente do Planejamento; Plano, Programa, Projeto e Meta; Roteiro do Projeto e seu Gerenciamento; O Projeto como Instrumento Decisório; Tipologia de avaliação de projetos; Aspectos Metodológicos da Avaliação de Projetos.								
Bibliografia básica (mínimo 3)								
ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? guia prático para a elaboração de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002 CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos . 3ed. São Paulo: Atlas, 2008. THIRY-CHERQUES, Hermano R.; PIMENTA, Roberto da C. Gestão de programas e projetos públicos . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.								
Bibliografia complementar (mínimo 5)								
BROSE, Marcus (org.). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos . 2ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. HELDMAN, Kim. Gerencia de projetos - guia para o exame oficial do PMI. 5ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. POSSI, Marcus (org). Gerenciamento de projetos - guia do profissional: abordagem geral e definição de escopo. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. v.1 POSSI, Marcus (org). Gerenciamento de projetos - guia do profissional: aspectos humanos e interpessoais. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. v.2 TENÓRIO, Fernando (coord). Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática . São Paulo: Loyola, 2010.								

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0037	Componente Curricular	RESIDÊNCIA SOCIAL				
Semestre	8º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Atividade
Pré-requisito	APS0032			Equivalências:	GPS0059		
Créditos	06	CH Teórica	-	CH Prática	96	CH Total	96
Objetivos:							
Estimular a construção de uma experiência singular com o campo de atuação profissional, dando conta da sua complexidade e múltiplas referências.							
Ementa							
Trata-se da experiência de imersão em organizações públicas ou sociais, projetos, núcleos, comunidades, associações, contextos de práticas, etc. sob o acompanhamento de um orientador (professor do Curso) e um tutor (no contexto no qual fará a imersão). As normas da Residência Social estão definidas em Resolução interna do Curso e devem ser cumpridas integralmente.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CARRION, Rosinha M.; VALENTIM, Igor Vinícius L.; HELLWIG, Beatriz C. (Org.). Residência solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social . Porto Alegre: UFRGS, 2006.							
FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa P. (Orgs.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino . Salvador: CIAGS; EDUFBA, 2006. 170 p. (Coleção Gestão Social).							
CUNHA, G.M., HOLANDA, P.H.C., VASCONCELOS, C.L. (Org.). Estágio Supervisionado: questões da prática profissional . 1ed. Fortaleza: Edições UFC, 2007.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado . 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.							
MINAYO, Maria Cecília. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80p.							
ROESCH, Sylvia. Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.							
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.							

9º SEMESTRE

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0038	Componente Curricular	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO				
Semestre	9º	Caráter	Obrigatória	Regime	Semestral	Tipo	Atividade
Pré-requisito	APS0035			Equivalências:	GPS0058		
Créditos	04	CH Teórica	-	CH Prática	64	CH Total	64
Objetivos:							
Elaboração criteriosa do trabalho de conclusão do curso de acordo com resolução interna sobre o TCC, utilizando normas e ferramentas adequadas, devendo ser submetido a uma banca composta por três professores avaliadores.							
Ementa							
Trabalho de caráter individual, elaborado sob o acompanhamento de um Professor Orientador, com vistas ao exercício pedagógico de sistematização e de construção teórico-prática do conhecimento ou de formação profissional, versando sobre quaisquer temas relacionados às áreas de conhecimento e ação do Campo de Públicas							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. Monografia no curso de administração . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.							
BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação e tese . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.							
GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. e Belon Ribeiro. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.							
VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração . São Paulo: Atlas, 2005							

Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.							
COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.							
HAIR JR, Joseph; BABIN, Barry; MONEY, Arthur; SAMOUEL, Philip. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração . 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.							
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens, e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.							
POPPER, Karl R. A Lógica da Pesquisa Científica . 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.							
SALOMON, Décio Vieira. Como fazer uma monografia . 11. ed. Belo Horizonte: Inter Livros, 1999.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0039	Componente Curricular	ATIVIDADES COMPLEMENTARES				
Semestre		Caráter	Obrigatória	Regime		Tipo	Atividade
Pré-requisito	-			Equivalências:	ADP001		
Créditos	13,5	CH Teórica		CH Prática		CH Total	216
Objetivos:							
Possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão (Resolução CNE/CES no 01, de 13 de janeiro de 2014)							
Ementa							
Componentes curriculares obrigatórios, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante de acordo com o rege resolução interna do Curso							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							

12.2 Unidades Curriculares Optativas

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0040	Componente Curricular	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0002			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Permitir a compreensão, por parte do estudante, do papel do Estado na economia de mercado, da sua estrutura no contexto brasileiro e de suas formas de financiamento e de realização de despesas.							
Ementa							
As funções do estado na economia de mercado. Intervenção do governo na economia. A teoria dos bens públicos. A estrutura das despesas e as fontes de financiamentos do setor público. Gestão financeira do setor público. A política fiscal. O setor público no Brasil.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.							
REZENDE, Fernando. Finanças Públicas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.							
RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória . 5. ed. São Paulo: LTC, 2009.							

NASCIMENTO, E. R. Gestão Pública . 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
BLEJER, M. I.; CHEASTY, A. Como Medir o Déficit Público : questões analíticas e metodológicas. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 1999.
GOMES, G. M.; MAC DOWELL, M. C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios : o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. Brasília: IPEA, 2000 (Texto para Discussão 706)
GIACOMONI, J. Orçamento público . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
KHAIR, A. A. Lei de Responsabilidade Fiscal : Guia de Orientação para Prefeituras. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.
MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas : a política orçamentária no Brasil. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MEYER, A. (org.). Déficit Público : Conceitos, formas de mensuração e aplicabilidade. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1996.
MUSGRAVE R. A.; MUSGRAVE, P. B. Finanças públicas : teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
NASCIMENTO, E. R. Gestão Pública . 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
VILLARREAL, R. Economia mista e jurisdição do estado: para uma teoria da intervenção do Estado na Economia . Revista de Economia Política, v. 4, n. 4, out/dez, 1984, pp. 62-88.
GRUBER, J. Finanças públicas e políticas públicas . 2. Ed. São Paulo: LTC, 2009
RAMALHO, V. Reverendo a Variedade de Conceitos de Déficit Público . In: MEYER, A. Finanças Públicas: Ensaio Selecionados . Brasília: IPEA, 1997.
STIGLITZ, J.; WALSH, C. Introdução à Microeconomia . São Paulo: Campus, 2003.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0041	Componente Curricular	TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	GPS0037; ADM0353		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Tornar o aluno apto para identificar os elementos epistemológicos que referenciam as organizações como objeto de estudo; Identificar os elementos conceituais e prescritivos que orientam o estudo e a prática das organizações; Identificar os elementos teóricos críticos que compõem as organizações na sociedade contemporânea; Identificar e discutir novas formas organizacionais mais adaptáveis as mudanças contextuais.							
Ementa							
Conceitos Básicos da Teoria das Organizações; Estudos de Organizacional: teorias, metáforas, conversações; Temas ou Enfoques Administrativos: complexidade, poder e conflito, tomada de decisão e comunicação; Organização, Burocracia, Autonomia e Poder; Teoria Social e Análise das Organizações; A Escola de Frankfurt e O Paradigma Crítico na Teoria das Organizações; A Teoria das Organizações no Brasil: raízes do processo organizacional brasileiro, situação atual e perspectivas futuras da administração no País.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
AGOSTINHO, Marcia Esteves. Complexidade e organizações : em busca da gestão autônoma. 1. ed. São Paulo: Atlas. 2003.							
FARIA, Jose Henrique de. Análise crítica das teorias e práticas organizacionais . São Paulo: Atlas, 2007.							
MORGAN, Gareth. Imagens da organização . São Paulo: Atlas, 1996.							
TENÓRIO, Fernando G. Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional. 2ed. Ijuí: UNIJUI, 2002							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
AGOSTINHO, Marcia Esteves. Complexidade e Organizações : em busca da gestão autônoma. 1. ed. São Paulo: Atlas. 2003.							
AKTOUF, Omar. A administração entre a tradição e a renovação . São Paulo: Atlas, 1996. (falta edição)							
_____. Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica . São Paulo: Atlas, 2004.							
CALDAS, Miguel; BERTERO, Carlos Osmar (Orgs.). Teoria das Organizações . 1. ed. São							

Paulo: Atlas, 2007.
 FARIA, Jose Henrique de. **Economia Política do Poder**. Curitiba: Juruá Editora, 2004. Volumes 1, 2, e 3.
 GUERREIRO RAMOS, A. **Administração e Contexto Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
 MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
 MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das Organizações: evolução e crítica**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2001.
 WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**. 1 ed. História, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0042	Componente Curricular	GOVERNO ELETRÔNICO				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	GPS0024		
Créditos	02	CH Teórica	32	CH Prática	-	CH Total	32
Objetivos:							
<p>Proporcionar aos alunos informações e conhecimentos capazes de embasá-los no processo de compreensão e análise crítica da chamada sociedade da informação, dos elementos e usos das novas tecnologias (TIC), especialmente por parte dos governos, e seus efeitos sobre os serviços públicos ofertados, assim como a apropriação desses serviços por parte da sociedade e a interação governo-sociedade. Busca também fomentar estudos, pesquisas e ações na perspectiva de alimentar o processo de desenvolvimento regional (integrado, gerador de oportunidades, humano e sustentável) tendo como um dos meios para este fim as TICs, usando-as de forma inclusiva e inovadora.</p>							
Ementa							
<p>A evolução da sociedade industrial à sociedade da informação; a sociedade em rede, os seus elementos estruturantes e suas relações com o capitalismo informacional; inclusão e exclusão digital; as novas tecnologias (TICs): seus elementos, suas utilizações e os impactos (positivos e negativos) na sociedade, na economia, nos governos e nas organizações, seja no Brasil, na região ou no local; aspectos teóricos e conceituais relativos ao e-governo, à e-governança e à e-administração: suas aproximações e dispersões; as experiências práticas vivenciadas no uso das TICs (e-governo) por parte de governos nacionais, regionais e locais: entraves, avanços, inovações e possibilidades; o uso das TICs objetivando gestão pública e social a serviço de um desenvolvimento humano e sustentável.</p>							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
<p>BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. Ciência da Informação, [S.l.], v. 29, n. 3, Dez. 2000. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999; LEVY, Pierre. O que é o virtual. São Paulo: Ed. 34, 1996; _____. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999; MARTINI, Renato. Inclusão digital & inclusão social. Revista IBICT, v. 1, n. 1, 2005.</p>							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
<p>BRASIL. Portal de Governo Eletrônico Brasileiro. Disponível em < http://www.governoeletronico.gov.br/ >. Acesso em 21 jul. 2015. CASTELLS. A galáxia da Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital. São Paulo: Prentice Hall, 2004. SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital. Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Novos Estudos, Rio de Janeiro, n. 72, Jul. 2005. TURBAN, E.; RAINER JR, R. K.; POTTER, R. E. Administração de Tecnologia da Informação. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p>							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0043	Componente Curricular	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0014			Equivalências:	GPS0042		

Créditos	02	CH Teórica	32	CH Prática	-	CH Total	32
Objetivos:							
Fornecer os elementos conceituais básicos sobre Administração Pública, proporcionando uma compreensão dos mecanismos de controle dos atos da Administração Pública presentes na norma geral do Direito Administrativo e na Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F. e legislação correlata.							
Ementa							
Conceito, finalidade e princípios da Administração Pública; Classificação dos Atos Administrativos e Controle dos Atos da Administração Pública; Classificação e liquidação da despesa pública; Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; Contexto do surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (L.R.F.); Judicialização da política e ativismo judicial, bem como seu impacto nos processos públicos. Direito Fundamentais sociais e políticas públicas: políticas de Estado versus políticas de governo; Novos Mecanismos de Controle dos Atos da Administração Pública; com a operacionalização da L.R.F. e da Lei dos Crimes Contra as Finanças Públicas.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
MARTINS, Ives Gandra da Silva e NASCIMENTO, Carlos Valder (org.). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal . 4ª Edição, São Paulo: Saraiva, 2009.							
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Responsabilidade fiscal . 2. ed. rev. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.							
TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário: o Orçamento na Constituição . 3 ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2008.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88). Coord. Maurício Antônio Ribeiro Lopes. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.							
BRASIL , Lei Complementar 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). www.planalto.gov.br , acesso Legislação Federal, 2009.							
BRASIL , Lei 10.028, de 19.10.2000 (Lei dos Crimes Contra as Finanças Públicas). www.planalto.gov.br , acesso Legislação Federal, 2009.							
FIGUEIRÉDO, Carlos Maurício Cabral. Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal . Recife: Nossa Livraria, 2000.							
FERRAZ, Luciano. Lei de Responsabilidade Fiscal e medidas para a redução das despesas de pessoal: perspectiva de respeito aos direitos dos funcionários públicos estáveis . In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Org.). Aspectos relevantes da lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Dialética, 2001. p.198-205.							
MOTTA, Carlos Pinto Coelho; FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Responsabilidade fiscal: lei complementar n. 101 de 4/5/2000 . 2. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2001							
TOLEDO JÚNIOR, Flávio de; ROSSI, Sérgio Ciquera. O processo orçamentário municipal à vista da Lei de Responsabilidade Fiscal . Portal Interlegis, Brasília. Disponível em: < http://www.interlegis.gov.br/fiscalizacao/20040317105351 >. Acesso em 02 jul. 2004.							

Unidade Acadêmica Responsável				CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas			
Código	APS0044	Componente Curricular	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E MARKETING PÚBLICO				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0025	Equivalências:		GPS0045			
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Proporcionar aos alunos informações e conhecimentos capazes de compreender e analisar criticamente as concepções teóricas da Comunicação social e do Marketing. Especialmente a Comunicação Institucional/Pública e o Marketing Público. E das possibilidades, oportunidades de suas aplicações e de seus efeitos no âmbito da coisa pública (governamental ou não governamental).							
Ementa							
Evolução dos conceitos de comunicação institucional/pública e marketing público e seus múltiplos significados em seus diferentes contextos sócio-histórico; os seus campos e suas relações e interações com o cidadão, os meios midiático, poderes do Estado e governos, partidos políticos, organizações do terceiro setor e da iniciativa privada, os profissionais, pesquisadores e intelectuais de diferentes formações. A relação com outros saberes:							

organizacional, informacional, comunicacional, jurídico, administrativo, gerencial, política, entre outros; e os modos de aplicar estes conceitos. Refletir, pensar e aplicar os conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa, da extensão, da aplicação no dia-a-dia para a melhoria das relações intra-governo, inter-governos, governo-sociedade, governo-iniciativa privado tendo como objetivo maior o interesse público e a defesa do bem comum. Comunicação e Marketing Público e suas ferramentas.

Bibliografia básica (mínimo 3)

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

KOTLER, Philip., LEE, Nancy. **Marketing Público: um guia para um desempenho mais eficaz**. São Paulo: Artmed, 2007. 288 p.

OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

Bibliografia complementar (mínimo 5)

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anita Garibaldi/Associação Vermelho, 2009.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Comunicação Pública**. XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Recife, setembro de 1998. In: ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Curso de Comunicação Pública. Apostila. Junho e julho de 2005.

BRITTOS, Valério (Org.). **Comunicação, informação e espaço público**. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2002.

CHIAS, Josep. **Marketing Público. Por un Gobierno y una Administración al servicio del público**. Madrid (ES): McGrawHill, 1995.

DUARTE, Jorge e VERAS, Luciara Org.). **Glossário da Comunicação Pública**. Brasília (DF): Casa das Musas, 2006.

INTERVOZES. **Políticas Locais para Comunicação Democrática**. Brasília (DF): Coletivo Brasil de Comunicação Social (INTERVOZES), 2008.

LIMA, Nonato e BORTOLOTTI, Plínio. **Mídia e Poder Político na atualidade brasileira**. Fortaleza: Editora UECE, 2009.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo**. Líbero, São Paulo: Fundação Cásper Líbero, Ano II, nº. 3-4, pp. 32-37, 1999.

_____. **Comunicação Pública e Comunicação Global**. Líbero. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, v. 3, no. 6, p. 64 – 69, 2000.

_____; NOBRE, Guilherme. **Comunicação para uma gestão cidadã**. Ceará: Escola de Formação de Governantes. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001.

OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

PERDIGÃO, Alberto. **Comunicação Pública e TV Digital: Interatividade e imperatividade na TV Pública do Ceará**. Fortaleza: UECE, 2010. Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE) para a obtenção do título de Mestre em Junho de 2010.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 2004.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0045	Componente Curricular	COMPRAS CONTRATOS E LICITAÇÕES				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0033			Equivalências:	GPS0044		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Apresentar os conceitos, procedimentos e práticas que envolvem as licitações e contratos na administração pública no Brasil. Para tanto, devese analisar a legislação brasileira e procurar familiarizar os alunos com as práticas a serem observadas pela Administração Pública em relação aos verdadeiros pressupostos dos princípios da isonomia e da moralidade administrativa, bem como, construir uma visão crítica das principais características dos contratos celebrados pela administração pública.							
Ementa							
Compras Públicas: Elementos formais e diferença para a compra privada. Aspectos gerais dos procedimentos licitatórios. Princípios. Modalidades e Tipos de Licitações. Causas Excludentes. O procedimento licitatório. Invalidação dos procedimentos licitatórios. Contratos administrativos.							

Características e modalidades. Extinção dos contratos administrativos.
Bibliografia básica (mínimo 3)
BANDEIRA DE MELLO, Celso A.. Curso de direito administrativo . 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. DI PIETRO, Maria S. Zanella. Direito administrativo . 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010. FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos . São Paulo: Atlas, 2001.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
BRASIL. Licitações e contratos na administração pública: Lei 8.666 de 21/06/66 e Leis complementares . Brasília: EDIPRO, 1998. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo . 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos . 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo . 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. TANAKA, Sônia Yuriko Kanashiro. Concepção dos contratos administrativos . São Paulo: Malheiros, 2007. FORTINI, Cristiana. Contratos administrativos: franquias, concessão, permissão e PPP . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. PRADO, Leandro Cadenas. Licitações e Contratos: A Lei nº 8.666/93 simplificada . 4ª ed. Niterói: Editora Impetus, 2014.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0046	Componente Curricular	FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO NORDESTE				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0002			Equivalências:	GPS0050		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Refletir sobre o processo histórico de formação do Nordeste do Brasil e como esse processo influenciou na atual conformação social e econômica da região.							
Ementa							
Formação política e econômica do Nordeste; O Nordeste e o sistema colonial; As raízes das disparidades regionais; O Estado e a política regional; O processo de industrialização e urbanização do Nordeste; A agricultura nordestina e suas transformações; As estratégias oficiais e as propostas alternativas para o Nordeste.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina , Editora: ATLAS, 4ª edição, 1987. GUIMARAES NETO, Leonardo. Introdução a Formação Econômica do Nordeste , Ed. MASSANGANA. 2000 RIBEIRO JÚNIOR, José. Colonização e monopólio no nordeste brasileiro . São Paulo: Hucitec, 1976.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste . 6ªed. São Paulo: Cortez, 2005. CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. CASTRO, Iná E. de. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste . In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 283-324, 2005. PELLEGRINO, A. C. G. T. O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas 2003. PERRUCCI, Gadiel. Nordeste, uma revisão necessária , in Revista brasileira de história, São Paulo: 1: 25-38, mar. 1981. VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Coronel, Coronéis - Apogeu							

e Declínio do Coronelismo no Nordeste. Editora: Bertrand Brasil .							
Unidade Acadêmica Responsável			CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas				
Código	APS0047	Componente Curricular	TOPICOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0012			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Reconhecer as políticas públicas como campo multidisciplinar e multidimensional; Possibilitar um espaço para o debate e discussão de temas e problemas emergentes na agenda pública contemporânea; Envolver os estudantes em atividades práticas de tomada de decisões públicas e na criação de alternativas para o atendimento às demandas sociais e a solução de problemas de pública relevância, nos mais diversos contextos e setores de atuação.							
Ementa							
Políticas públicas em perspectiva comparada. Pluralismo epistemológico e novas abordagens em políticas públicas e processos de governo. Pesquisas em políticas públicas: o conhecimento estabelecido, questões controversas e perguntas para futuras pesquisas. Temas emergentes. Tomada de decisões públicas e formulação de alternativas.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2010.							
LEVY, Evelyn; DRAGO, Pedro Anibal. Gestão Pública no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Fundap, 2005.							
WU, Xu; RAMESH, Michael; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BOULLOSA, Rosana. MIRANDO AO REVÉS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: notas sobre um percurso de pesquisa. Pensamento & Realidade , v. 28, n. 3, p. 67-84, São Paulo, 2013.							
COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.							
OLLAIK, Leila Giandoni. MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. RAP , v. 45, n. 6:1943-67, Rio de Janeiro, nov./dez. 2011.							
PROCOPIUCK, Mario. Políticas públicas e fundamentos da administração. São Paulo: Atlas, 2013.							
SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.							

Unidade Acadêmica Responsável			CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas				
Código	APS0048	Componente Curricular	PLANEJAMENTO DE CIDADES E TERRITÓRIOS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	GPS0028		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Proporcionar elementos para se pensar e agir sobre o planejamento e a gestão de cidades e territórios no mundo contemporâneo, caracterizado pela complexidade e imprevisibilidade; Discutir os múltiplos olhares sobre as cidades contemporâneas e as diversas lógicas de planejamento e gestão urbana e territorial.							
Ementa							
A construção multidimensional das cidades e territórios. A dimensão territorial do planejamento e das políticas. Planejamento urbano e territorial; As lógicas de planejamento; Intervenção estatal e as políticas públicas territoriais; Instrumentos do planejamento territorial e urbano no Brasil contemporâneo. A ideia de Reforma Urbana. A complexidade do ambiente e da dinâmica urbana e as novas abordagens do desenvolvimento das cidades. A dimensão normativa do desenvolvimento urbano: Estatuto da Cidade, planos diretores e setoriais, função social e ambiental da propriedade, instrumentos da política urbana. Bem-estar urbano. Gestão e							

governança metropolitana.
Bibliografia básica (mínimo 3)
BRANDAO, Antônio Carlos. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global . Campinas, SP: UNICAMP, 2012. LIMA, Antônia Jesuíta de (Org). Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. RISÉRIO, Antônio. A Cidade no Brasil . São Paulo: Editora 34, 2012.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
BUENO, Laura Machado de Mello. CYMBALISTA, Renato. (Org.). Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial . São Paulo: Annablume, 2007. FISCHER, Tânia. Gestão do Desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação . Rio de Janeiro, Casa da Qualidade, 2002. FISCHER, Tânia. Gestão Contemporânea. Cidades estratégias e organizações locais . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996. HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades . 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. Plano Diretor E Planejamento Estratégico Municipal: introdução teórico-conceitual. Revista de Administração Pública , v. 41, n. 2, 2007. ROLNIK, Raquel. Regulação urbanística no brasil – conquistas e desafios de um modelo em construção. In: Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social. Anais... PUCAMP, 2000. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção . São Paulo: EDUSP, 2002. SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL : Observatório Social da América Latina . Ano 6, n. 16, jun./ 2005, Buenos Aires: CLACSO, 2005. SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território . 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. STEINBERGER, Marília (Org.). Território, Estado e políticas públicas espaciais . Brasília: Ler Editora/CNPq, 2013.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0049	Componente Curricular	GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E PÚBLICAS NÃO-ESTATAIS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0013			Equivalências:	GPS0051		
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Situar as organizações sociais e as públicas não estatais no âmbito da gestão; refletir sobre a gestão em organizações sociais, apontando as práticas e ferramentas usualmente.							
Ementa							
Terceiro setor: definições e contexto. Conceito de público e público não-estatal. As organizações sociais como campo de atuação do gestor. Tipos de organizações sociais (OSs). Relação das OSs com o Estado. Especificidades da gestão de OSs. Gestão Funcional e Gestão por Projetos em OSs. Sustentabilidade e captação de recursos.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
DUNCAN, Pedro; AZEREDO, Beatriz. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social . Brasília: AS/GESET. RELATO SETORIAL N. 3., Julho, 2001. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/tsetor.pdf DUNCAN, Pedro; AZEREDO, Beatriz. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social . Brasília: AS/GESET. RELATO SETORIAL N. 3., Julho, 2001. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/tsetor.pdf INOJOSA, Rose Marie. Redes de Compromisso Social . Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública, V. 33, N.5, set./outubro, 1999, p. 115-141							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
FERRAREZI, Elisabete. O Novo Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil . In: Encontro de la Red Latinoamericana y del Caribe de la Sociedad Internacional de Investigación del Tercer							

Sector (ISTR), 3, 2001, Buenos Aires. Perspectivas Latinoamericanas Sobre el Tercer Sector, 2001. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/ferrarezi.pdf> (consultado em 07/2008)

FRANÇA FILHO, G. C. **Gestão Social: Um Conceito em Construção**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10, 2003, Salvador. Anais. CD-Rom, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação**. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE: O mundo empresarial e a questão social, 5, 2006, Porto Alegre. Disponível em: http://www.fee.com.br/5workshop/pdf/mesa06_genauto.pdf

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, V. 13, N.2, mai./ago., 2004, p.20-31. Disponível em: www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0050	Componente Curricular	CULTURA E GESTÃO DA MEMÓRIA SOCIAL				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0001	Equivalências:		GPS0026			
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Explicitar a importância da cultura como território de saberes e fazeres construtores de tecnologias intelectuais a fim de contribuir para que os estudantes percebam as formas de gestão da memória social que se constituem como sistemas cognitivos humanos e se expressam através de suas técnicas de comunicação, informação e armazenamento, compreendendo o que chamamos de patrimônio cultural imaterial, a fim de possam reconhecer e mapear a produção do conhecimento dessa memória social presente na Região do Cariri.							
Ementa							
Discussão sobre conceitos de cultura, memória social e coletiva; Hibridismo cultural; Tradição e identidade cultural na pós-modernidade; Identidade e diferença; O direito à memória; Concepção de patrimônio cultural imaterial; Análise das tecnologias intelectuais, orais, escritas e virtuais como recursos da memória social e coletiva; A memória coletiva das comunidades tradicionais locais; Os desafios do poder público e das organizações da sociedade civil na gestão da memória coletiva; Casos e exemplos de ações que compreendem a gestão da memória social; Aproximação com grupos, comunidades, organizações e pessoas inseridas em contextos de valorização da memória social.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna . São Paulo: Companhia de Bolso, 2010							
CANCLINI, Nestor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade . 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000.							
GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.							
HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade . 4º ed. Rio de Janeiro: Editora: DP&A, 2000.							
LÉVY, Pierre. Cibercultura . São Paulo. Ed. 34, 1999.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
CORDEIRO, D.S.A. Memória coletiva de culturas do Nordeste . Ciências Sociais Unisinos, 47(3): 249-255, setembro/dezembro 2011							
FENTRESS, James & CHRIS Wickham. Memória Social: novas perspectivas sobre o passado . Lisboa: Teorema. 1992.							
GOMES, Ângela de Castro (Org.). Escritas de si: escrita da história . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.							
HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva . São Paulo: Edições Vértice. 2006.							
ITAÚ CULTURAL. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial In: Revista do Observatório Itaú Cultural . OIC – n. 4, jan/mar. 2008. São Paulo, 2008.							
MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política . Belo Horizonte: UFMG, 1998.							
MORIN, Edgar. A cabeça bem feita . Repensar a reforma reformar o pensamento. Rio de Janeiro: bertrand, 2006.							
MOURA, Gyl Giffony Araújo. A construção da memória social como política Pública: o caso do centro cultural bom jardim, Em fortaleza, ceará . Rio de Janeiro: 2012. Disponível							

em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss292.pdf>.
 acesso em: 29/11/2014
 WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. ORG: SILVA, Thomaz Tadeu. Petrópolis: Vozes, 2000.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0051	Componente Curricular	CULTURA, CRIATIVIDADE E GESTÃO.				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Analisar as potencialidades da cultura e da economia criativa na promoção do desenvolvimento; Compreender o papel da criatividade na viabilização de formas inovadoras de gestão; Discutir a gestão da cultura e dos negócios criativos, bem como as políticas de fomento à cultura e à economia criativa; Promover a aproximação dos estudantes com experiências e práticas de fomento à cultura e economia criativa local.							
Ementa							
As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa. Cidades e territórios criativos. Estado e políticas públicas de cultura e economia criativa. Gestão e políticas culturais. Economia da cultura e do simbólico. Gestão de empreendimentos criativos. Experiências de fomento à cultura e economia criativa. Tendências recentes: economia colaborativa e do compartilhamento.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
FLORIDA, Richard. A ascensão da classe criativa . Porto Alegre: L&PM Editores, 2011. FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. SILVA, Frederico A. Barbosa da. Indicador de desenvolvimento da economia da cultura . Brasília: IPEA, 2010.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
FURTADO, Celso. Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura . Rosa Freire D'Aguiar Furtado (org.). Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012. FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LEITÃO, Cláudia. GUILHERME, Luciana. Cultura em Movimento: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão . Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014. LEITÃO, Cláudia. GUILHERME, Luciana. OLIVEIRA, Luiz Antônio G. de. GONDIM, Raquel. Indústrias criativas: alternativa de desenvolvimento regional . Liinc em Revista , v.7, n.2, setembro/2011, p. 538 – 555. LEITÃO, Cláudia. GUILHERME, Luciana. OLIVEIRA, Luiz Antônio G. de. GONDIM, Raquel. "Nordeste Criativo" e desenvolvimento regional: esboço de uma metodologia para o fomento da economia criativa no nordeste brasileiro. Extraprensa , v.3, n.3, 2010. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares . Salvador: EDUFBA, 2007. SILVA, Francisco Ranieri Moreira. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. Revista NAU Social , v.3, n.4, p. 111-121, Mai./Out., 2012. VALE, Cleonísia do. CUNHA, Eduardo. OLIVEIRA, Marcus Vinicius. Diálogo entre a economia solidária e a economia criativa no Projeto Fomento à Arte e à Economia Solidária na Região do Cariri. Bahia análise & dados , Salvador, v. 22, n. 4, p.639-651, out./dez. 2012							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0052	Componente Curricular	TECNOLOGIAS SOCIOAMBIENTAIS E PERMACULTURA				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	GPS0055		
Créditos	04	CH Teórica	28	CH Prática	36	CH Total	64
Objetivos:							

Favorecer ao estudante uma reflexão crítica sobre a utilização das tecnologias convencionais, apresentar a permacultura, no que toca aos seus princípios, ética e práticas e desenvolver ações práticas ligadas à essas temáticas.
Ementa
Tecnologia Apropriada e Tecnologia Social. Tecnologia social e economia solidária. Tecnologia social e meio ambiente: ecologia profunda e o princípio responsabilidade. Permacultura: histórico, princípios, contexto e práticas.
Bibliografia básica (mínimo 3)
CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. HOLMGREN, D. Permacultura: Princípios e Caminhos Além da Sustentabilidade. Porto Alegre, RS: Via Sapiens. 2013 MOLISSON, B. Introdução à Permacultura. Brasília, DF : PNFC - Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável, 1998
Bibliografia complementar (mínimo 5)
CUNHA, E. V. A Sustentabilidade em Ecovilas: Práticas e Definições a Partir da Economia Solidária. Tese (Doutorado em Administração). Núcleo de Pós-Graduação em Administração – Escola de Administração – UFBA. 2012. DAGNINO, R; BRANDÃO, F. e NOVAES, H. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In DE PAULO, Antonio e outros (ed.): Tecnologia Social , uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. p. 15-64. 2004. JONAS, H. O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto Editora: PUC-Rio, 2006. NAESS, A. Ecology, Community and Lifestyle: Outline of an Ecosophy. Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1989. RAINHO, Lúcia Cristina da Silva. As tecnologias Ambientais nas Ecovilas: Um Exemplo da Gestão da Água. 2006. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, UFRJ, Rio de Janeiro. THIELEN, H. Ecologia Crítica. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0053	Componente Curricular	MOVIMENTOS SOCIAIS, PODER LOCAL E PARTICIPAÇÃO.				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	GPS0053		
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Fomentar pensamento crítico e reflexivo sobre os contextos urbanos e processos emancipatórios populares; a trajetória dos movimentos sociais e a sua configuração atual.							
Ementa							
Processo histórico: gênese, afirmação e refluxo do movimento social. Questões conceituais. Relação dos movimentos sociais com o Estado e as classes sociais. Tendências dos movimentos sociais: o urbano, o rural. Análise de experiências de movimentos sociais: particularidades e especificidades. Base histórico-conceitual sobre movimentos sociais: conceitos clássicos e contemporâneos sobre movimentos sociais. Novos movimentos sociais. Trabalho social com comunidades: potencial político do empoderamento na perspectiva do controle social de políticas públicas.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
ARANTES, Antonio Augusto (org.). O espaço das diferenças. São Paulo: Papyrus, 2000. FISCHER, Tânia(Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. GOHN, Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e contemporâneos. São Paulo. Ed. Loyola, 1997. SOBOTTKA, Emil Albert. Organizações e movimentos sociais. In: CIVITAS: Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. v. 2, n. 1, jun. 2002							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
CARDOSO, Ruth Caria Leite. Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Cadernos Cebrap. n. 3 1987. KURZ, Robert. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 1991.							

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Notas pra uma discussão sobre “movimentos sociais urbanos” In: Movimentos Sócios urbanos, minorias étnicas e outros. Brasília, ANPOCS, 1983.
 MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
 _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0054	Componente Curricular	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0003			Equivalências:	GPS0049		
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Sensibilizar os estudantes sobre a importância do empreendedorismo na gestão pública e social, a partir da compreensão da sua importância na sociedade atual, bem como permitir a aquisição de capacidades específicas para o desenvolvimento de um comportamento empreendedor.							
Ementa							
Conceitos Básicos em Empreendedorismo; Empreendedorismo: Uma Breve Contextualização; tipologia de empreendimentos; O Empreendedorismo Social e Sua Importância Para o Cenário Econômico, Político e Social no Mundo; A Inovação Social e o Empreendedorismo na Sociedade do Conhecimento; Empresas e Negócios Sociais.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antônio. Plano de negócios . 2ed. São Paulo: Manole, 2011. OLIVEIRA, Edson M. Empreendedorismo social: da teoria á prática, do sonho a realidade . Rio de janeiro: Qualitymark, 2008. SALLES, Ricardo H. Plano de negócios para cooperativas e associações . Rio de Janeiro: DP&A/FASE, 2001.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY. Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócios para organizações . 1. ed. Uberaba: Fundação Peirópolis, 2001. FIORINI, Carlos G.; ZAMPAR, Antônio C. Cooperativismo e empreendedorismo . São Paulo: Pandorga, 2015. GUERREIRO, Evandro P. Empreendedorismo e negócio social: intervisão de aprendizagem organizacional . Rio de Janeiro: Luminária, 2015. SCHAEFER, Christopher; VOORS, Tÿno. Desenvolvimento de iniciativas sociais - da visão inspiradora à ação transformadora . 2ed. São Paulo: Antroposófica/Instituto Fonte, 2005. YUNUS, Muhammad. Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade . 1ed. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2010.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0055	Componente Curricular	ORGANIZAÇÕES, GÊNERO E RAÇA				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0001			Equivalências:	GPS0054		
Créditos	04	CH Teórica	50	CH Prática	14	CH Total	64
Objetivos:							
Refletir sobre as políticas públicas quando se propõe à superação das múltiplas formas de desigualdades especificamente gênero e raça.							
Ementa							
Novas formas de extensão da cidadania civil: a extensão dos direitos das mulheres e o fortalecimento dos movimentos da raça negra. As mulheres e os negros nos movimentos populares. A diferenciação por gênero e raça nas lideranças dos movimentos sociais. Gênero em movimento: diferentes aspectos do feminismo. Raça em movimento: diferentes aspectos do movimento social negro. O direito à diferença e à identidade nas suas diferentes dimensões e os novos canais de sua expressão. A dimensão de gênero, raça e etnia como indicadores para							

processos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
Bibliografia básica (mínimo 3)
CASTRO, Mary Garcia. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho : Notas sobre impasses teóricos. Cad. CRH, Salvador, 1992, p. 80-105. FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas . Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2004, p. 47-71. FRANZONI, Gleidsmara Cardozo. O feminismo e a construção do conceito de gênero . In: GT- TEORIA FEMINISTA. S/d. p. 21-34.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil . S/d, p. 01-16. SILVEIRA, Maria Lúcia Da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau. SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Org.s). Políticas públicas e igualdade de gênero . São Paulo: Coordenadoria Especial da ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional . São Paulo: Brasiliense, 2003. SANTOS e LOBATO. Ações afirmativas : Políticas Públicas contra as desigualdades raciais – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças : Cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0056	Componente Curricular	SOCIEDADES COMPLEXAS, MULTICULTURALISMO E DIREITOS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0014			Equivalências:	GPS0057		
Créditos	04	CH Teórica	32	CH Prática	32	CH Total	64
Objetivos:							
Proporcionar aos discentes a compreensão do conceito de Sociedades Complexas, bem como a capacidade de entender a realidade em que vive no contexto multicultural, polissêmico e cosmopolita das sociedades contemporâneas.							
Ementa							
Sociedades complexas e direitos humanos, globalização cultural e econômica, direitos humanos e multiculturalismo, políticas públicas voltadas a afirmação dos direitos humanos, minorias sociais, terceiro setor, política de cotas e avaliação das políticas compensatórias.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
STRAUSS, L. Direito Natural e História – Biblioteca de Teoria Política, Edições 70, LDA, 2009. RAWLS, J. Uma teoria da Justiça , 2ª Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2002 STRAUSS, L. Direito Natural e História – Biblioteca de Teoria Política, Edições 70, LDA, 2009. RAWLS, J. Uma teoria da Justiça , 2ª Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2002							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
CROSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial . São Paulo: Moderna, 1999. FLORES, J. H. Os direitos humanos no contexto da globalização: três precisões conceituais . IN: Rev. Lugar Comum, nº 25/26. 2001 GENTILI, P. A. A. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo , 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. GEERTZ. C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa ; tradução de Vera Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito . Tradução de Leopoldo Waizbord. Mana 11 (2) 2005.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0057	Componente Curricular	DIREITOS HUMANOS E DIFUSOS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0014			Equivalências:	GPS0030; GPS0032		

Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Disponibilizar aos discentes as informações necessárias para o correto entendimento da evolução dos direitos humanos, bem como os instrumentos necessários para sua efetivação como interesses transindividuais, que se consolidam em direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.							
Ementa							
Noções, pressupostos, classificação (histórica e dimensional) e desafios dos direitos humanos na atualidade. Dignidade da pessoa humana, universalização dos direitos humanos na comunidade internacional. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Proteção internacional dos direitos humanos, acepção do termo interesse, direito estatal das coletividades, os novos sujeitos sociais e as novas formas de expressão dos direitos. A instrumentação dos direitos difusos: legitimação para agir e a tutela dos interesses difusos.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
HERKENHOFF, J. B. Gênese dos Direitos Humanos . Aparecida, SP. Editora Santuário, 2002. MANCUSO, R. C. Interesses Difusos: conceito e legitimação para agir , 7ª Ed. Revisada, atualizada e ampliada, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011. MAZZILLI, H. N. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, Patrimônio Cultural, Patrimônio Público e outros interesses . 25ª Ed- São Paulo, Saraiva, 2012.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
CLAUDE, Richard P. (org). Educação em direitos humanos para o século XXI . São Paulo: Edusp. 2007. COMPARATO, F. Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 CROSSODOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial . São Paulo: Moderna, 1999. FLORES, J. H. Os direitos humanos no contexto da globalização: três precisões conceituais . IN: Rev. Lugar Comum, nº 25/26. 2001 FLORES, Joaquin H. Teoria Crítica dos direitos humanos . Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009 RIBEIRO, Marcos Vinicius. Direitos humanos e fundamentais . Campinas: Russell. 2009.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0058	Componente Curricular	GESTÃO E INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0016	Equivalências:		GPS0052			
Créditos	04	CH Teórica	40	CH Prática	24	CH Total	64
Objetivos:							
Proporcionar ao estudante o contato teórico e prático com a ideia de incubação em economia solidária, seus princípios, desafios, potencialidades e limitações, reconhecendo as incubadoras (e a incubação, de forma mais geral) como campo de atuação profissional.							
Ementa							
Noções de associativismo, cooperativismo e empreendimentos econômicos solidários; Diferenças entre gestão de empresas, gestão pública (governamental), gestão de organizações sociais e gestão de empreendimentos econômicos solidários; Gestão de associações e Cooperativas Populares; Definição de incubação de EES, e suas diferenças com relação à incubação tradicional; Educação popular e incubação; Metodologias de incubação: tipologia, fases e avaliação; O papel das instituições de apoio e fomento; Tendências da economia colaborativa e compartilhada; Aproximação com experiências locais de associativismo, cooperativismo e empreendimentos econômicos solidários.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
NUNES, D. Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária . Uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo, SP: Editora Annablume. 2009 FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia . Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Tera. 43.a ed. 2011 (370.115 F934p) GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. Educação Comunitária e Economia Popular . São Paulo, SP. Cortez Editora, 2005. HESPANHA, P. et al. Dicionário Internacional da Outra economia . São							

Paulo:Almedina,2009.
Bibliografia complementar (mínimo 5)
CANÇADO, A. C.. Incubação de Cooperativas Populares : Metodologia dos Indicadores de Desempenho. 1.a Ed. 2007.
FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA E. V. Incubação de Redes Locais de Economia Solidária : lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. Revista O&S - Salvador, v.16 - n.51, p. 725-747 - Outubro/Dezembro - 2009.
HIGUCHI, A.K.; MACHADO, H.P.; TEIXEIRA, M.G. Incubadoras de Cooperativas Populares : Desafios e Caminhos para a Superação. X Colóquio sobre o poder local, Salvador. Anais... 2006.
NUNES, Débora; VASCONCELOS, Nilton. Economia Solidária e Metodologias de Incubação . X Colóquio sobre o poder local, Salvador. Anais... 2006
RIGO, A. S.; CANÇADO, A.C.; SILVA JR, J. (Orgs) Casos de ensino: cooperativismo e associativismo . Petrolina: Gráfica Franciscana, 2011.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0059	Componente Curricular	ELEIÇÕES E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Apresentar os conceitos básicos para o estudo das instituições políticas nos sistemas políticos modernos, bem como ilustrar a aplicação desses conceitos na análise dos condicionantes histórico-culturais para o entendimento da cultura política nacional e a dinâmica de funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, destacando a questão da participação política e o diálogo entre democracia “representativa” e democracia “participativa”.							
Ementa							
Condicionantes sócio históricos da política brasileira; Cultura política, instituições políticas e relações de poder; Sistema representativo e partidos políticos no Brasil; A lógica partidário-eleitoral e a crise de legitimidade; As reformas políticas-eleitorais; Estudos sobre o voto e o comportamento do eleitor; Diálogos entre democracia representativa e democracia participativa; A nova democracia brasileira e mundial.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BOBBIO, Norberto. Qual democracia? São Paulo: Ed. Loyola, 2010.							
ARENDRT, Hannah; ABRANCHES, Antonio. A dignidade da política . 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.							
LEMENHE, Maria Auxiliadora de Abreu Lima; CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Política, cultura e processos eleitorais . Fortaleza: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2006.							
FORTE, Elaina Cavalcante. Administração pública democrática : aspectos teórico-práticos da participação popular. 2015. 77 f. TCC (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza-CE, 2015							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
ALVES, Rubem. Conversas sobre política . Campinas, SP: Versus, 2002.							
BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia . Trad. Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000							
BRAGA, Maria do S. Eleições e democracia no Brasil . RBCP. N. 4. 2010. PP 43-73							
BRUHNS, Hinnerk. O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas. Revista Estudos Políticos . N 4. 2012. PP. 61 a 77							
CHATELET, François. História das Ideias Políticas : Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.							
GONDIM, Linda Maria de Pontes. Clientelismo e Modernidade nas Políticas Públicas : os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994). Ijuí: UNIJUÍ, 1998							
LASSANCE, Antonio. Presidencialismo, federalismo e construção do Estado Brasileiro. In CARDOSO JR, José Celso & BERCOVICI, Gilberto. República. Democracia e Desenvolvimento . Brasília: Ed. Ipea. Vol. 10, 2013							
LEFORT, Claude. Pensando o político . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991							
SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários ; RJ: Zahar, 1982.							

SCHMITT, Rogerio. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**; RJ: Zahar, 2000.
TAFNER, Paulo. **Proporcionalidade e Exclusão no sistema Político-eleitoral Brasileiro**. Rio de Janeiro: Textos Para Discussão nº 450 IEPA/IUPERJ, 1996.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0060	Componente Curricular	SOCIOLOGIA DO PODER				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0001			Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática	-	CH Total	64
Objetivos:							
Discutir o poder e suas representações de maneira multireferencial a fim de compreender o papel histórico das instituições de poder e dominação associando-as às práticas das diferentes classes, estamentos, grupos e atores sociais, vinculado a uma interpretação crítica do processo civilizatório e da perspectiva da realização do ideal da liberdade humana.							
Ementa							
O debate teórico-conceitual sobre o poder; Poder e estrutura social no Brasil; Diferentes tipos e manifestações de poder; Poder como dominação; O poder simbólico; Cultura e poder; A constituição das elites políticas no Brasil; Biopolítica, direito e controle social; Redefinições institucionais dos espaços de poder.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
CHAUÍ, Marilena de Sousa. O que e ideologia . 2. ed. Sao Paulo: Brasiliense, 2001. DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil . 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. FARIA, José Henrique de. Economia política do poder . Curitiba, PR: Juruá, 2008. FLEURY, Maria Tereza Leme; SILVA, Marcia Terra da; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996 FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992 LEBRUN, Gérard. O que é poder . São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos)							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
BEZERRA, Marcos O. Corrupção: um estudo sobre poder político e relações pessoais no Brasil . Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995. BOURDIEU P. O Poder Simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade . “Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders”, pp. 19-50. Jorge Zahar, 2000 (1965) Raymundo Faoro, Os donos do poder , 3ª ed., Rio de Janeiro, Globo, 2001, CARVALHO, José M. Estudos de poder local no Brasil . Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, n. 26, 1969, pp. 231-247. DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978 FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. Revista de Administração Pública . Rio de Janeiro, v. 4, 1992, pp. 105-113. MARTINS, José S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta . São Paulo: HUCITEC, 1994. MILLS, C. Wright. A elite do poder . Rio de Janeiro: Zahar, 1962. PALMEIRA, Moacir. Nordeste: mudanças políticas do século XX. Cadernos Brasileiros , n. 37, 1966, pp. 67-78. SEIDL, E. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites . In: SEIDL, E; GRILL, I. G. (org.). As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Cadernos IPPUR , ano XV, n.2, ago-dez, 2001 - ano XVI, n.1, jan-jul 2002, pp. 13-32							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0061	Componente Curricular	GESTÃO AMBIENTAL E ORGANIZAÇÕES				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0006			Equivalências:	GPS0034		

Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Construir um processo de reflexão sobre o contexto e a prática da Gestão Ambiental, compreendendo o papel do Estado e das Políticas Públicas na definição dessa relação.							
Ementa							
Gestão ambiental: conceito, princípios e histórico. Métodos e instrumentos para a gestão ambiental. Sistemas de gestão ambiental (ISO 14000). Demonstração de Informação de Natureza Ambiental – DINA. Impactos ambientais: objetivos, conceitos. Fundamentos sobre Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Políticas públicas, Gestão Ambiental e Desenvolvimento - o Estado promovendo interação entre meio ambiente e sociedade. Políticas Públicas Ambientais. Educação Ambiental. Legislação Ambiental. A legislação brasileira da área de meio ambiente.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial : conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.							
DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental : Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Ed. Atlas. 2011.							
SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão Ambiental : instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
ACADEMIDA PERSON. Gestão Ambiental . São Paulo: Ed. Pearson, 2011.							
ANDRADE, Rui Otávio Bernandes de; TAKESHY, Tachizawa; CARVALHO, Ana Barreiros. Gestão Ambiental – Enfoque Estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável . 2ª Ed. São Paulo. Editora Pearson Makron Books. 2002.							
PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. Sustentabilidade, Responsabilidade Empresarial e Meio Ambiente . São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.							
PUPPIM DE OLIVEIRA, José Antônio. Empresas na Sociedade - sustentabilidade e responsabilidade social . 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2008.							
TAKESHY, Tachizawa. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa . São Paulo. Ed. Atlas, 2010.							

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0062	Componente Curricular	GLOBALIZAÇÃO E GOVERNANÇA INTERNACIONAL				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito	APS0019			Equivalências:	GPS0040		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Construir uma compreensão sobre os fundamentos da globalização e da governança internacional e fornecer subsídios para interpretar a realidade a partir dos contextos dos fenômenos multilaterais e de cooperação entre as nações na sociedades contemporâneas.							
Ementa							
Contextos de Constituição do Fenômeno da Globalização: da Idade Antiga ao Século XXI; Globalização Política, Econômica e Cultural. Multilateralismo e Os Atores Internacionais. As Grandes Questões da Agenda Internacionais. Grupos Internacionais de Poder: G20, G8, BRICS; Comunidade Econômicas e Políticas; As relações internacionais na América Latina; As relações internacionais do Brasil.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
GONÇALVES, Alcindo; COSTA, José A. F. Governança global e regimes internacionais. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.							
MAGNOLI, Demétrio. Relações internacionais - teoria e história. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2013.							
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. 19ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.							
Bibliografia complementar (mínimo 5)							
CERVO, Amado L. Relações internacionais da América Latina - de 1930 aos nossos dias. 3ed. São Paulo, Saraiva, 2013.							
LAZAROU, Elena. Multilateralismo nas relações internacionais - visões cruzadas. Rio de							

Janeiro: Campus-Elsevier, 2014.
 NOGUEIRA, Gislene. **BRICS** – potencial de desenvolvimento e desafios para a construção de um novo cenário econômico mundial. São Paulo: Editora Saint Paul, 2013.
 SALVO, Mauro. **A Inserção das economias emergentes e a distribuição de poder no cenário político internacional**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
 ZANETTI, Augusto. **O mercosul** - dimensões do processo de integração na América do Sul. São Paulo: Editora Claridade, 2015. Coleção saber mais.

Unidade Acadêmica Responsável		CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas					
Código	APS0063	Componente Curricular	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAIS E ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:	-		
Créditos	04	CH Teórica	48	CH Prática	16	CH Total	64
Objetivos:							
Compreender as organizações e suas repercussões na subjetividade dos sujeitos nos espaços de trabalho.							
Ementa							
O que é trabalho. O sentido ontológico do trabalho. Trabalho e humanização. História das relações sociais de produção. O trabalho na sociedade contemporânea. Aspectos sociais e psicológicos da organização do trabalho. A Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trabalho. Gestão de Pessoas. Saúde do Trabalhador.							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. Psicologia aplicada à Administração; uma abordagem interdisciplinar . São Paulo: Saraiva, 2005. CODO, Wanderley (Org.). Indivíduo, trabalho e sofrimento . Petrópolis: Vozes, 1993. SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações . São Paulo: Saraiva, 2006. DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E. e BASTOS, A. V. B. (Eds.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2004							
Bibliografia Complementar (mínimo 5)							
CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações . São Paulo: Pioneira, 2004. _____, Idalberto. Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. FIORELLI, José Osmir. Psicologia para administradores . São Paulo: Atlas, 2000. VERGARA, Sylvia. (Org.). Gestão com Pessoas e Subjetividade . São Paulo: Atlas, 2001. SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (org.). Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão . Porto Alegre: Artmed, 2008.							

Unidade Acadêmica Responsável		CAR					
Código	CAR0010	Componente Curricular	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS				
Semestre		Caráter	Optativa	Regime	Semestral	Tipo	Disciplina
Pré-requisito				Equivalências:			
Créditos	04	CH Teórica	64	CH Prática		CH Total	64
Objetivos:							
Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais; Discutir as especificidades do sujeito surdo e sua respectiva identidade; Contribuir para a inclusão educacional dos alunos surdos e desenvolver a habilidade básica para uma comunicação em Libras.							
Ementa							
Fundamentos historicoculturais da Libras e suas relações com a educação dos surdos. Parâmetros e traços lingüísticos da Libras. Cultura e identidades surdas. Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Uso do espaço. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Diálogos em língua de sinais							
Bibliografia básica (mínimo 3)							
FELIPE, Tanya. LIBRAS em contexto: curso básico (livro do estudante). 2.ed. ver.							

MEC/SEESP/FNDE. Vol I e II. Kit: livro e fitas de vídeo.
 SKLIAR, Carlos. **Surdez**: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1997
 SACKS, Oliver. **Vendo vozes**. Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
 QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Colaboração de Lodenir Becker Karnopp. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

Bibliografia complementar (mínimo 5)

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos** – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
 CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

13. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

13.1 – Estrutura Física

Para o seu adequado funcionamento, o curso de Administração Pública e Gestão Social necessita da seguinte estrutura física: 05 salas de aula com capacidade para 60 pessoas; 01 laboratório de informática com capacidade para 50 usuários; 02 salas para laboratórios de prática: 01 de gestão pública e 01 de gestão social; 01 sala para a coordenação do curso; 01 sala de reunião; 08 gabinetes para professores; 05 salas para funcionamento dos núcleos de pesquisa, extensão e cultura do curso; 02 salas para as organizações estudantis (centro acadêmico e empresa jr.). Os estudantes e professores do curso utilizarão ainda a biblioteca central e o auditório da universidade, localizados no Campus Juazeiro do Norte.

Com o ingresso anual de 50 novos estudantes, somado à ampliação da carga horária do curso e, conseqüentemente, do número de semestres, teremos sempre 04 salas de aula utilizadas para a oferta das disciplinas obrigatórias e 01 sala de aula utilizadas para as disciplinas optativas e para atividades como TCC e Estágio Curricular em Residência Social. As salas de aulas serão utilizadas preferencialmente no turno da noite, tendo em vista a oferta noturna do curso, podendo eventualmente serem utilizadas em outros períodos para atividades diversas. O quadro 10 apresenta um detalhamento da estrutura física necessária ao curso.

QUADRO 10 – Infraestrutura necessária para o funcionamento do Curso

Quant.	Espaço Físico	Equipamentos por espaço físico	Utilização
05	Sala de aula (cap. 60 pessoas)	60 carteiras escolares; 01 conjunto de mesa e cadeira p/ professor; 01 conjunto de projeção multimídia; 01 quadro-branco grande	Atividades de Ensino
01	Laboratório de Informática (cap. 50 usuários)	50 computadores desktop; Bancada para 50 computadores; 50 cadeiras giratórias; 01 conjunto de projeção multimídia; 01 quadro-branco grande.	Atividades de ensino e pesquisa
02	Sala/laboratório de práticas de gestão pública e gestão social	05 computadores desktop; bancada para 05 computadores; 05 cadeiras giratórias; mesa de reunião para 10 pessoas; 10 cadeiras; 02 armários com chave, 01 impressora.	Atividades de ensino, pesquisa, extensão e prática profissional
01	Sala para a coordenação do curso	01 conjunto de mesa em L, 01 cadeira giratória, 01 computador Desktop, 02 cadeiras fixas, 01 impressora; 01 armário fechado com chave; 01 mural/quadro de avisos	Atividades administrativas e atendimento aos estudantes
01	Sala de reunião	01 mesa de reunião para 20 pessoas; 20 cadeiras giratórias; 01 conjunto de projeção multimídia; 01 quadro branco	Reuniões diversas; Funcionamento do NDE
08	Gabinetes para professores	02 conjuntos de mesas em L, 02 cadeiras giratórias, 04 cadeiras fixas, 02 computadores desktop; 02 armários fechados com chave.	Atividades acadêmicas, orientação e atendimento aos estudantes
05	Salas para os núcleos de pesquisa, extensão e cultura ligados ao curso: Tamanho equivalente ao dobro de um gabinete.	02 computadores desktop, 01 conjunto de mesa em L, 01 mesa para PC, 02 cadeiras giratórias, 01 impressora, 01 armário fechado com chave, 01 mesa de reuniões pequena, 08 cadeiras fixas.	Atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura
02	Salas para as organizações estudantis (Centro Acadêmico e Empresa Jr.)	01 computador desktop, 01 impressora, 01 conjunto de mesa em L, 01 cadeira giratória, 01 armário fechado com chave, 01 mesa de reuniões pequena, 10 cadeiras fixas, 01 mural/quadro de avisos.	Atividades estudantis e de prática profissional

13.2 – Recursos Humanos

Tendo em vista a ampliação da carga horária total do curso em função da adequação às novas DCN's da área de Administração Pública, bem como a reorganização curricular, com a definição dos eixos temáticos e unidades curriculares, a demanda docente para o pleno funcionamento do Curso de Administração Pública em Gestão Social é de 13 professores efetivos, contratados em regime de 40h/DE. Os professores do curso de Administração Pública e Gestão Social são lotados no Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, e atendem às demandas deste e dos demais cursos do Centro.

O cálculo da demanda docente levou em consideração os setores de estudo (unidades curriculares) que integram o curso e os componentes curriculares obrigatórios. O curso possui as seguintes unidades curriculares, distribuídas nos dois eixos temáticos já mencionados, bem como em um eixo transversal:

- a) Estado e Sociedade;
- b) Gestão Social;
- c) Gestão Pública e Políticas Públicas;
- d) Contabilidade e Finanças Públicas;
- e) Direito
- f) Economia
- g) Epistemologia e metodologia
- h) Administração

O quadro 11 apresenta uma distribuição da demanda docente em função de cada setor de estudo e de seus componentes curriculares obrigatórios.

QUADRO 11 – Demanda de docentes por unidade curricular

Eixo Temático	Unidade Curricular	Componente Curricular Obrigatório	Quant. Disc.	Demanda docente
Democracia e Sociedade	Estado e Sociedade	- Fundamentos de Ciências Sociais - Epistemologia das Ciências Sociais - Estado, Sociedade e Economia Brasileira - Democracia e Sociedade - Oficina Temática 1 – Introdução à Universidade e ao Curso	05	04
	Gestão Social	- Desenvolvimento e Sustentabilidade - Gestão Social e Território - Psicologia Social e Trabalho com Comunidade - Socioeconomia e Economia Solidária	06	

		- Oficina Temática 2 – Representações sociais e esfera pública - Oficina Temática 7 – Metodologias Integrativas e de Residência Social		
	OPTATIVAS	- Optativa 1 - Optativa 2 - Optativa 3	03	
Estado e Governança Pública	Gestão Pública e Políticas Públicas	- Estado e governança Pública - Fundamentos de Políticas Públicas - Planejamento e Gestão de Políticas Públicas - Análise e avaliação de Políticas Públicas - Gestão de Serviços Públicos - Oficina Temática 4 – Participação - Social e Políticas Públicas - Oficina Temática 6 – Análise de Indicadores	07	05
	Contabilidade e Finanças Públicas	- Fundamentos da Contabilidade - Gestão Tributária - Finanças e Orçamento Público - Contabilidade e Controladoria Pública - Oficina Temática 5 – Ética, Controle Social e Transparência.	05	
	OPTATIVAS	- Optativa 4 - Optativa 5 - Optativa 6	03	
Áreas Transversais	Direito	- Instituições de Direito Público e Privado - Direito Constitucional - Direito Administrativo	03	04
	Economia	- Fundamentos de Economia	01	
	Epistemologia e metodologia	- Metodologia do Trabalho Científico - Estatística - Métodos e Técnicas de Pesquisa - Pesquisa e Intervenção - Produção Textual	05	
	Administração	- Introdução à Administração e à Administração Pública - Elaboração e Avaliação de Projetos - Tecnologias da Informação e da - Comunicação aplicada à Gestão Pública - Oficina Temática 3 – Organizações, Interorganizações e Redes	04	
	OPTATIVAS	- Optativa 7 - Optativa 8	02	
Componentes Gerais*		- Residência Social (Estágio) - Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - Atividades Complementares	03	
TOTAIS			47	13

* Os componentes curriculares compreendidos como Componentes Gerais serão ministrados por quaisquer membros do corpo docente do Curso, respeitados os limites de carga horária disciplinados pela Universidade Federal do Cariri.

14. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

O curso orienta suas ações a partir de alguns princípios pedagógicos norteadores, como a integração disciplinar (interdisciplinaridade), a valorização dos saberes já acumulados pelos estudantes (pedagogia da alternância), a horizontalidade nas relações entre todos os envolvidos no curso (democracia interna), a valorização das diferentes perspectivas e abordagens metodológicas presentes nos diversos agentes do curso, especialmente entre os professores (pluralidade) e a busca pela integração entre a teoria e a prática.

Para concretizar estes princípios, o curso propõe, para além da realização das atividades próprias de cada professor em suas disciplinas, as seguintes estratégias pedagógicas:

a) Utilização de mais de um professor por disciplina: a utilização de mais professores por disciplina, visa a interação dialógica entre pontos de vista distintos ou complementares no processo de ensino;

b) Realização de oficinas temáticas: estas oficinas são atividades orientadas para resolução de problemas sociais, com temas interdisciplinares, com duração de 64 horas em cada semestre, compondo este tempo entre horários em sala de aula e atividades práticas, preferencialmente no formato de atividade de extensão e vinculadas à projetos ou programas ligados ao curso, devendo perfazer pelo menos 50% da carga horária da disciplina.

Estas oficinas devem também cumprir a função de articular e integrar as disciplinas de cada semestre. Para isto, pode-se lançar mão de atividades como seminários integradores, debates com atores da comunidade externa à universidade (como governantes municipais, técnicos de instituições governamentais, líderes e técnicos de organizações da sociedade civil e docentes de outras instituições de ensino).

c) Ensino à distância: o curso deverá privilegiar o uso das ferramentas de EAD, ofertando, inclusive disciplinas inteiramente nesta modalidade. Além disto, sugere-se que a realização das disciplinas presenciais contenha forte aplicação de recursos de ensino a distância e outras atividades que não utilizem a sala de aula como espaço das operações didático-pedagógicas do curso.

d) Integração entre as disciplinas aos núcleos de conhecimento do curso e à projetos e programas existentes. Este ponto será abordado logo adiante (na apresentação dos núcleos de conhecimento), mas o curso trabalha na perspectiva de que as disciplinas, assim como as atividades, sejam ofertadas de forma integrada aos núcleos já existentes (ou que eventualmente sejam criados) dentro do curso (ou que

possuam alguma relação temática ou metodológica em este). A ideia é permitir a formação integrada dos estudantes, combinando o aspecto de conteúdo com metodologias que incluam o seu envolvimento com as atividades de pesquisa, extensão e cultura desenvolvidas por estes núcleos.

e) Realização de encontro pedagógico semestral. A perspectiva é que os professores, juntamente com os estudantes e técnicos envolvidos com o curso possam ter um espaço formalmente instituído e periódico para a realização do planejamento conjunto e integrado das disciplinas e atividades de cada semestre. Neste momento, devem ser privilegiadas as questões que apontem para os princípios elencados no primeiro parágrafo desta seção.

14.1. Núcleos de Conhecimento do Curso

A Universidade Federal do Cariri define como um de seus princípios institucionais o aprofundamento da relação entre o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura, entendendo estas quatro dimensões como pilares da universidade e bases para a realização do conhecimento. Neste sentido, e contribuindo para o cumprimento dos princípios institucionais da universidade na qual se insere, o curso de Administração Pública e Gestão social fomenta a criação e manutenção de Núcleos de Conhecimento coordenados por professores do curso.

Estes núcleos são criados a partir da diversidade de temas que permeiam o campo da gestão pública e social e da pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas dos sujeitos do curso, particularmente os docentes. Funcionam como espaço profícuo de desenvolvimento de práticas de pesquisa, extensão e cultura, em articulação com as atividades de ensino. Por meio de seus programas, projetos e ações, os núcleos de conhecimento são ainda importantes ambientes de inserção da UFCA na sociedade e de envolvimento da comunidade acadêmica com questões latentes do território do Cariri e com a construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Além da preocupação com o local, ressalta-se também a interação destes núcleos com outros organismos regionais, nacionais e internacionais, por meio da inserção em redes, estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de projetos de cooperação com outras universidades, centros de pesquisa e instituições públicas e privadas.

Desde antes da criação do curso de Administração Pública e Gestão Social, alguns núcleos de pesquisa e extensão já existentes na universidade tinham forte aderência aos temas do campo de públicas e da gestão social. Alguns destes núcleos

já são consolidados e reconhecidos nacionalmente por sua contribuição no desenvolvimento de ações de relevância social e na construção de conhecimentos. O quadro 12 expõe a relação dos núcleos de conhecimento de alguma forma relacionados ao curso quando da elaboração deste projeto pedagógico.

QUADRO 12 – Núcleos de Conhecimento do Curso

Núcleo de Conhecimento	Coordenação	Área de atuação
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS)	Profa. Waléria Maria Menezes Morais Alencar	Gestão Social
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS)	Prof. Augusto de Oliveira Tavares	Economia Solidária
Núcleo de Pesquisas e Práticas Contábeis e Administrativas (NPPCA)	Prof. Milton Jarbas Rodrigues Chagas	Contabilidade e finanças públicas
Observatório de Políticas Públicas para Territórios (OPPTE)	Profa. Verônica Salgueiro do Nascimento	Desenvolvimento territorial

14.2. Tecnologias da Informação e da Comunicação no processo de ensino-aprendizagem

Face às demandas por ferramentas informacionais que delineiem um espaço amplo e democrático de debates, estudos e pesquisa o Curso lança mãos das TICs a fim de proporcionar uma aprendizagem ativa e colaborativa, facilitando as relações educacionais a partir do momento em que relacionamos os espaços presenciais e virtuais.

As práticas pedagógicas são, nesse sentido, construídas com métodos e abordagens diversificadas, a partir de processos que levam em conta as possibilidades e limitações dos espaços físicos da educação tradicional, valorizando novas e instigantes formas de ensino-aprendizagem com o uso transversal das tecnologias da informação e da comunicação.

A UFCA dispõe de rede *wi-fi* livre e de um sistema integrado de gestão de atividades acadêmicas (SIGAA), o que facilita o acesso de estudantes e professores à diferentes formas de comunicação e compartilhamento de dados e informações. Para bem utilizar esses e outros recursos, lançamos mão das seguintes iniciativas:

a) Utilização do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA

O Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmicas – SIGAA compreende ferramentas para a organização dos processos institucionais, capazes de atingir todos os estudantes. Nesta ferramenta são utilizados os fóruns e enquetes como espaço de discussão dos professores com os estudantes e dos estudantes entre si, tanto os matriculados em uma mesma disciplina, como a totalidade dos matriculados.

O fórum é uma ferramenta que permite a discussão de temas diversos, podendo ser mediados pelos professores, como atividades não-presenciais, complementando o ensino tradicional onde todos podem colaborar na construção do conhecimento e das rotinas de aprendizagem.

Além dos fóruns e enquetes, os professores enviam atividades gerenciadas pela ferramenta, facilitando o processo educativo ao reunir as informações de forma sistemática, assim como postam conteúdos de código-aberto para todos os estudantes, planos de aula, calendário de planejamento das atividades, notícias e até avaliações, perfazendo um espaço de integração que complementa os conteúdos ministrados em sala de aula ou utilizados como instrumento formal de educação à distância em até 20% do conteúdo programático da disciplina.

b) Utilização de sites, blogs e redes sociais.

Como ferramentas massificadas de acesso: sites, blogs e redes sociais possuem conteúdos e formas diversas. Cabem-nos mapear estes conteúdos juntamente com os estudantes, possibilitando acesso em tempo real à situações e problemas, informações e conhecimentos, que complementam a atividade docente.

O blog do Campo de Públicas (<https://campodepublicas.wordpress.com/>) é um exemplo de conteúdo virtual essencial à sala de aula. Nesse espaço de informação, conhecimentos e discussões, estudantes do campo de públicas em todo o Brasil tem acesso à publicações que estão sendo discutidas pelos participantes, que além de informar, disponibilizam artigos de opinião relevantes aos estudos de políticas públicas e administração pública em todo o Brasil.

Outros sites de referência são o da Escola do Terceiro Setor, Observatório do Plano Nacional de Educação, Portais Institucionais do Governo Federal, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PORVIR, site da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e o Blog do Professor Ladislaw Dowbor. Todos já mapeados quanto a sua relevância acadêmica.

Quanto às redes sociais, o cuidado está na quantidade e na qualidade da informação veiculada, nem sempre adequada ao debate acadêmico. No entanto,

estas ferramentas massificadas já fazem parte do cotidiano de estudantes e professores e podem ser utilizadas como um importante espaço de comunicação praticamente simultânea, tornando-se também um espaço virtual de aprendizagem. Nossa estratégia é a de refletir com os estudantes sobre a sua utilização e, ao mesmo tempo, aproximar-nos dessa nova linguagem relacional, compreendendo a perspectiva do pensamento, sentimento e ações ali manifestadas.

Tal estratégia fomenta a autonomia do estudante, valoriza sua individualidade, sem, contudo, deixar que este se perca em um turbilhão de informações sem contexto. O papel do professor é o de mediador/facilitador; apresentando informações relevantes e reconhecendo também, a relevância das informações apresentadas pelo estudante. Cabe-nos, portanto, uma atitude horizontal e dialogada nessa direção.

c) Implementação das Tecnologias da Informação e da Comunicação

A utilização de *softwares* servem de base para fomentar nos professores e estudantes maior autonomia quanto aos saberes e fazeres acadêmicos, facilitando a pesquisa de conteúdo e a troca de informações diante aos desafios de sociedade contemporânea, altamente conectada através da rede mundial de computadores.

Mendeley e *JabRef* são duas ferramentas gratuitas para a manutenção de um acervo pessoal de textos e artigos, sendo ótimos gerenciadores de conteúdo para fichamentos e anotações. Optamos pelo uso do *Mendeley* por sua capacidade de integrar conteúdos em espaço virtual, utilizando uma nuvem de computadores disponível no próprio programa, o que facilita o estudo em rede.

Os usuários podem trocar informações e textos diretamente de seus computadores, *smartphones* e *tablets*; tendo acesso e compartilhando conteúdos, dúvidas e análises em tempo real, tanto com seus colegas e professores como a partir de diversos grupos espalhados na ferramenta.

Outra estratégia metacognitiva utilizada a partir das TICs, é o uso de mapas mentais e conceituais. O estudante pode elaborar mapas de estudo a partir dos conceitos explicitados em sala de aula, ilustrando seu aprendizado a partir da organização espacial destes conhecimentos e de suas pesquisas, inter-relacionando temas e conteúdo com as quais pode reunir o todo complexo de forma gráfica.

Softwares livres como o *CMAtools* e o *Xmind* facilitam essas tarefas, organizando as ideias do estudante para uma melhor visualização espacial que inter-relaciona estes conteúdos de forma a trabalhar competências como a análise de conteúdo relevante e poder de síntese. Ambos estão disponíveis para múltiplas plataformas e sistemas.

Este conjunto de *softwares* (*Mendeley*, *CMAtools* e *Xmind*) estão ligados a aprendizagem autônoma por meio da organização e gestão dos saberes, sendo ferramentas que complementam a sala de aula e dialogam com a metacognição por facilitar a relação de aprendizagem do aluno consigo mesmo, ou seja, de forma autônoma.

Para implementar a proposta de utilização desses *softwares*, contamos com o aporte de conhecimentos técnicos que serão facilitados por professores com experiência no uso destes programas e do Laboratório Interdisciplinar de Jogos Colaborativos (LIJC). Este Projeto de Extensão (Edital PROEX/UFCA Nº 07/2015) tem larga experiência em tecnologias informacionais, oferecendo espaços de aprendizagem dinâmico através de oficinas, minicursos e palestras para estudantes e professores.

Os estudantes poderão utilizar diversas plataformas pessoais para utilizar programas, bem como os laboratórios de informática da Universidade Federal do Cariri, uma vez que estes *softwares* podem ser facilmente adquiridos e instalados em qualquer sistema.

A adoção destas ferramentas será processual a fim de naturalizar seu uso no cotidiano dos estudantes de forma transversal. No entanto, estão diretamente integradas com as disciplinas como: Métodos e Técnicas de Pesquisa; Governo Eletrônico, TICs aplicadas à Gestão Pública; Ética, Controle Social e Transparência, Gestão de Serviços Públicos, Elaboração e Avaliação de Projetos e Pesquisa e Intervenção, o que facilita o processo de aquisição das competências e habilidades que elas proporcionam.

Desta forma, atendemos ao objetivo de facilitar o aprendizado, oportunizar a gestão do conhecimento e valorizar a autonomia em todo o processo de construção do conhecimento. Em última instância, estamos desenvolvendo as habilidades e competências necessárias ao diagnóstico claro e preciso das políticas públicas e sociais voltados para a melhoria da gestão dos serviços públicos e da própria administração pública, através da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação.

15. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO AO DISCENTE

A UFCA dispõe de amplas políticas institucionais de apoio ao discente coordenado pela DAE - Diretoria de Assistência Estudantil, criada em 2013 com o

objetivo de atender os diversos aspectos relativos à política de assistência aos estudantes. Assim como também conta com a Coordenadoria de Acessibilidade que fomenta e acompanha ações inter-setoriais, assegurando condições de acessibilidade as pessoas com deficiência na UFCA e estimula o desenvolvimento da cultura inclusiva.

Entre as ações específicas do Curso, podemos destacar encontros de apoio individual e coletivo. Do ponto de vista individual, são realizados momentos de orientação, de acordo com o agendamento realizado através de e-mail encaminhado à Coordenação. Os professores se revezam para acompanhar os estudantes que demonstram alguma dificuldade com o conteúdo das disciplinas ou mesmo que precisam de um momento de escuta quanto às questões que envolvem o seu cotidiano e interferem no desempenho acadêmico.

Do ponto de vista coletivo, é uma prática do Curso, reunir os estudantes em assembleia, pelo menos duas vezes por semestre, tanto para avaliar e planejar coletivamente as ações do Curso quanto para trocar experiências entre os semestres. Merece destaque a semana de recepção dos ingressantes e integração entre turmas, realizada durante a primeira semana de aula, com a utilização de metodologias integrativas, dinâmicas, atividades lúdicas, além das tradicionais explicações sobre o funcionamento do curso, do campus e da vida de estudante na Universidade.

Os diferentes projetos de ensino, extensão, pesquisa e cultura, coordenados pelos professores do curso, oportunizam aos estudantes, concorrerem a bolsas que, para além do incentivo financeiro, representam uma oportunidade de integração entre teoria e prática.

16. AVALIAÇÃO

16.1. Do Processo de Aprendizagem Discente

A avaliação do rendimento escolar no curso de Administração Pública e Gestão Social é feita em conformidade com a resolução n. 15/2014 do CONSUP da UFCA de 23 de abril de 2014, como regula o seu artigo primeiro:

Art. 1 Para avaliação do rendimento escolar, serão considerados três tipos de componentes curriculares: disciplinas, módulos e atividades.
§ 1º Disciplina é o conjunto de estudos e atividades correspondentes a um plano de ensino e programa desenvolvidos num período letivo, com um mínimo de horas prefixadas.

§ 2º Módulo envolve a integração de disciplinas e a fusão de conteúdos de formação relativas ao desenvolvimento profissional em uma respectiva área.

§ 3º Atividades englobam monografias ou trabalhos equivalentes de conclusão de curso, estágios, internatos e outras formas de treinamento em situação real de trabalho.”

A avaliação abrange sempre a assiduidade e a eficiência, ambas eliminatórias. A verificação da eficiência em cada disciplina é realizada progressivamente durante o período letivo e, ao final deste, utilizando as formas e instrumentos de avaliação definidos pelo professor da disciplina e indicados no plano de ensino.

É assegurado ao aluno a segunda chamada das provas, desde que solicitada, por escrito, em período definido pela Coordenação do curso, após a realização da prova em primeira chamada. É facultado ao aluno, após o conhecimento do resultado da avaliação, solicitar justificadamente a respectiva revisão, encaminhando o pedido ao Coordenador do curso.

Na verificação da assiduidade, será aprovado o estudante que cumprir no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina. Na verificação da eficiência, será aprovado por média o estudante que alcançar, ao final da disciplina, uma média igual ou superior a 7,0 (sete).

O estudante que apresentar, ao final da disciplina, nota média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), será submetido à avaliação final, cuja nota precisará ser igual ou superior a 4,0 (quatro). Para ser aprovado, após submetido à avaliação final, o estudante deverá apresentar uma média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Especialmente nas avaliações ao longo da disciplina, estimula-se no curso a adoção de sistemas diferenciados e inovadores de avaliação, que possam abarcar outras dimensões relacionadas com o ensino-aprendizagem e promover uma maior aproximação entre os diversos componentes curriculares do curso.

16.2. Do Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico do curso de Administração Pública e Gestão Social será continuamente avaliado tendo em vista a necessidade de observar os impactos e resultados gerados pela proposta.

Seguindo o que determina a primeira primeira versão aprovada do PPC do curso, que previsa uma avaliação anual do projeto até a graduação da sua primeira turma de alunos, a avaliação deste documento deverá ser realizada após transcorrido

um ano da sua aprovação. Tal avaliação envolverá a participação do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado do Curso, Conselho do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, estudantes do curso e egressos, bem como outros atores envolvidos no processo e/ou impactados pelas ações do curso.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto pedagógico é fruto de um processo de revisão do PPC antigo que envolveu, ao longo de pouco mais de um ano, o NDE do Curso, seu Colegiado e os estudantes em momentos específicos, chamados a contribuir com sugestões. Portanto foi um trabalho feito por muitas mentes e mãos que dedicaram várias horas à avaliar o que curso que temos e planejar o que queremos a partir de uma reflexão sobre as peculiaridades organizacionais, tecnológicas, sociais, econômicas e políticas existentes na Região do Cariri, como *locus* de nossas ações imediatas, mas sem descuidar do contexto nacional e global que desafiam a atuação profissional de um gestor público e social.

Animados pelo crescimento e reconhecimento do Campo de Públicas, que agrega de forma multidisciplinar cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Políticas Públicas e Gestão Social, além de outras denominações que vão surgindo dentro do universo de reconhecimento que a coisa pública tem uma dinâmica própria cujos limites de uma administração geral, privada ou mesmo a Administração Pública tradicional, centrada no Estado, não alcança, tanto do ponto de vista de uma epistemologia quanto das práticas profissionais.

Somos reconhecidos e nos reconhecemos, dentro do Campo, como um Curso que oferece uma formação generalista, capaz de conduzir o egresso tanto para uma atuação mais centrada na esfera do Governo quanto da Sociedade, mas, sobretudo, nas múltiplas combinações de ações públicas que se manifestam nessa relação, o que chamados mais especificamente de Esfera Pública, espaço no qual se manifestam diferentes formas de articulações técnico-políticas que desafiam a formação profissional de um gestor público e social atento às mudanças estruturais e conjunturais contemporâneas.

Finalmente, a expectativa é que este Projeto Pedagógico Curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA possa contribuir, enquanto se mantiver atual, para formar Gestores Públicos e Sociais com as competências e habilidades necessárias para a promoção das transformações sociais tão requeridas

em nossa sociedade atual, sempre comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região do Cariri e de todos os contextos que a cercam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014, seção 1, pags. 17/18. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=17&data=14/01/2014> Acesso em: 12/08/2014.

Brasil. Ministério da Educação. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. Brasília, 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf Acesso em: 12/08/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 266/2010, de 10 de Dezembro de 2010. Deliberação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública. Diário Oficial, Brasília, 19 dezembro 2013, seção 1, p. 117. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9374&Itemid=9374 Acesso em: 11/08/2014.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996, seção 1, p. 27833 a 27841. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 07/07/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, seção 1, p.6. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf Acesso em: 07/07/2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de setembro 2008, seção I, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm Acesso em: 07/07/2014.

BRASIL. Presidências da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação ; n. 125). Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 11/11/2015

IX FÓRUM DE COORDENADORES E PROFESSORES DO CAMPO DE PÚBLICAS. Carta de Brasília. Brasília-DF, 11 e 12 de abril de 2013
PIRES, Valdemir, (et.all). **Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social**, 6(3), jul-set 2014, 110-126.

TAVARES, G.; CUNHA, E.; SILVA JUNIOR, J. Os limites e desafios da formação em Gestão Pública e Gestão Social no Curso de Administração Pública da UFC Campus Cariri. Disponível em: http://admpublica.cariri.ufc.br/index.php?view=article&catid=2%3Aadm-publica-informa&id=232%3Aos-limites-e-desafios-da-formacao-em-gestao-publica-e-gestao-social-no-curso-de-administracao-public&format=pdf&option=com_content&Itemid=4. Acesso em: 05/07/2014.

UFCA/CAMEX – Resolução Nº 01/2014 - CAMEX, de 08 de Setembro de 2014 que dispõe sobre as orientações para integração curricular da extensão nos projetos de cursos.

UFCA/CEG/PROEN. Orientações para a Estruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação da UFCA. Juazeiro do Norte, Abril de 2014.

CAPGS/NDE Nº 01/2015 de 11 de Novembro de 2015 que dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Administração Pública e Gestão Social.

CAPGS/NDE Nº 02/2015 de 11 de Novembro de 2015 que dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado em Residência Social do Curso de Administração Pública e Gestão Social.

CAPGS/NDE Nº 03/2015 de 11 de Novembro de 2015 que dispõe sobre as Atividades Complementares do Curso de Administração Pública e Gestão Social.

UFCA/CONSUPI. Resolução N.º 10/2015 de 11 de Março de 2015. Dispõe sobre aproveitamento de componentes curriculares nos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri.

APÊNDICES

APENDICE 1 - Resolução de Trabalho de Conclusão de Curso

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

CAPGS/NDE - RESOLUÇÃO Nº 01/2015 de 11 DE NOVEMBRO DE 2015 QUE DISPÕE SOBRE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º De acordo com a Resolução CNE/CES Nº 1 de 13 de Janeiro de 2014, que institui as DCN's dos curso de bacharelado em Administração Pública, no seu Artigo 6º, Parágrafo Primeiro, item XI, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é item obrigatório e pode assumir as seguintes modalidades “monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio”

Artigo 2º No Curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA, o TCC consiste de um trabalho de caráter individual, elaborado sob o acompanhamento de um Professor Orientador, com vistas ao exercício pedagógico de sistematização e de construção teórico-prática do conhecimento ou de formação profissional, versando sobre quaisquer temas relacionados às áreas de conhecimento e ação do Campo de Públicas.

Capítulo II – DA CONSTITUIÇÃO E ELABORAÇÃO

Artigo 3º O TCC é componente curricular obrigatório do curso e requisito parcial para obtenção do título do Bacharel em Administração Pública e Gestão Social.

Parágrafo Único - A construção do trabalho se dará em duas etapas, devendo a primeira ser realizada preferencialmente no 8º semestre do curso, na disciplina Pesquisa e Intervenção, e a segunda etapa preferencialmente no 9º semestre do curso, na atividade de TCC.

Artigo 4º A elaboração do projeto de TCC ocorrerá no 8º semestre dentro da disciplina Pesquisa e Intervenção, que tem caráter obrigatório e é composta por 4 créditos, totalizando 64 horas.

Artigo 5º Ao final da disciplina o estudante deverá apresentar um projeto de pesquisa ou um projeto de intervenção organizacional.

Artigo 6º O projeto de pesquisa deverá conter o seguinte:

- a. o problema a ser investigado,
- b. a questão de pesquisa,
- c. os objetivos
- d. as justificativa para a realização do estudo
- e. as escolhas teóricas e metodológicas

Parágrafo Único - Caso o estudante opte pela elaboração de um projeto de pesquisa, o produto esperado do seu TCC será uma monografia.

Artigo 7º O projeto de intervenção organizacional deverá apresentar:

- a. uma caracterização do contexto de intervenção, indicando a organização onde a intervenção será realizada, o campo de atuação, a área para a qual se volta a intervenção, os objetivos e as ações propostas;
- b. a justificativa para a realização da intervenção, elencando as contribuições para a formação do estudante e para o aprimoramento das práticas profissionais;
- c. o referenciais teóricos e metodológicos que sustentam a ação.

Parágrafo Único - Caso o estudante opte pela elaboração de um projeto de intervenção organizacional, o produto esperado do seu TCC será um Relatório de Intervenção.

Artigo 8º A qualificação do projeto de TCC em banca examinadora será um requisito parcial para aprovação do estudante na disciplina Pesquisa e Intervenção.

Parágrafo Único - A banca de qualificação do projeto de TCC estará prevista no calendário da disciplina e será formada pelo professor orientador do estudante e por mais 02 professores convidados.

Artigo 9º A elaboração e defesa do TCC ocorrerão no 9º semestre do curso, no âmbito da atividade de TCC, com duração de 64 horas.

Artigo 10 O TCC deverá observar e seguir, obrigatoriamente, as diretrizes fixadas no Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso da universidade.

Artigo 11 A finalização do TCC do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri, em conformidade com a NBR 14724/2011, cumprirá, necessariamente, as seguintes etapas:

- a. Aprovação pelo professor-orientador do TCC e determinação da data da apresentação.
- b. Apresentação a uma banca composta pelo professor-orientador e mais dois avaliadores.
- c. Depósito da versão final na biblioteca, com as alterações propostas pela banca.

Capítulo III – DAS FORMAS

Artigo 12 - O TCC poderá assumir as seguintes formas:

- a. Monografia
- b. Relatório de Intervenção
- c. Artigo científico (publicado em revista qualificada)

§ 1º A **monografia** consistirá em um texto dissertativo-argumentativo contendo os resultados do percurso de investigação científica trilhado pelo estudante, sob orientação do professor-orientador, a partir do projeto de pesquisa anteriormente elaborado, devendo explicitar, não necessariamente nesta ordem e/ou com esta nomenclatura: introdução, escolhas teóricas, percurso metodológico, análise e discussão dos resultados e referências.

§ 2º O **relatório de intervenção** deverá descrever as ações implementadas pelo estudante a partir do projeto de intervenção anteriormente elaborado, contendo um diagnóstico da organização escolhida, o tipo e a forma de intervenção, as ações implementadas, os resultados alcançados, os desafios enfrentados e o aprendizado obtido, bem como as contribuições da intervenção para a formação do estudante, para a organização e para o aprimoramento das práticas profissionais.

§ 3º O **artigo científico** será aceito como TCC, desde que tenha sido publicado ou aceito para publicação em periódico ranqueado no sistema Qualis CAPES e que os autores sejam exclusivamente o estudante e o professor-orientador seja co-autor.

§ 4º Eventualmente, serão admitidos outros formatos de TCC desde que estejam relacionados às áreas de conhecimento e ação do Campo de Públicas, sejam construídos em conformidade com as diretrizes do curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA e tenham anuência do Colegiado do Curso.

Artigo 13 Tanto a Monografia como o Relatório de Intervenção, representam uma continuidade da atividade realizada na disciplina Pesquisa e Intervenção.

Capítulo IV – DA ORIENTAÇÃO

Artigo 14 O processo de elaboração do TCC será acompanhado por um professor-orientador, que deverá ser um docente do quadro de pessoal da UFCA, preferencialmente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA.

Parágrafo Único – Será admitido o acompanhamento por um co-orientador, desde que em comum acordo com o professor-orientador.

Artigo 15 A definição do professor-orientador será feita de acordo as linhas de pesquisa e áreas de conhecimento do mesmo.

§ 1º A área de atuação e linhas de pesquisas dos professores-orientadores serão informadas aos discentes pelo coordenador de TCC no início do semestre.

§ 2º O mesmo professor orientador deverá, preferencialmente, acompanhar o discente desde a elaboração do projeto de TCC, na disciplina Pesquisa e Intervenção, até a defesa do TCC e depósito da versão final na biblioteca.

Artigo 15 Cada professor poderá orientar no máximo 5 (cinco) estudantes de TCC por semestre.

Artigo 16 O professor orientador acompanhará o estudante através de formulários próprios para controle com relação à realização do trabalho final, a critério do Coordenador do TCC.

Capítulo V - DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 17 Integram o processo de planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação do TCC: o coordenador de TCC, o professor da disciplina de Pesquisa e Intervenção, os professores-orientadores, o colegiado do curso, os estudantes e a banca examinadora.

Artigo 18 São atribuições do Coordenador de TCC:

- a. criar, disponibilizar e manter atualizados os documentos referentes ao TCC;
- b. auxiliar os estudantes no processo de identificação do professor-orientador;
- c. dar conhecimento ao colegiado do curso das ações referentes ao TCC;
- d. organizar as bancas de defesa de TCC;
- e. submeter à apreciação do colegiado do curso o calendário de atividades de TCC;
- f. zelar pelo equilíbrio do número de orientandos por professor-orientador;
- g. enviar, com a antecedência necessária, cópia do TCC para os membros da banca examinadora;
- h. Divulgar, com a antecedência necessária, a realização das bancas de defesa pública de TCC do Curso de Administração Pública

Artigo 19 São atribuições do professor da disciplina de Pesquisa e Intervenção:

- a. elaborar e divulgar o plano da disciplina e o cronograma das atividades;
- b. promover discussões que ajudem os estudantes na identificação do tema de TCC;
- c. auxiliar os estudantes no processo de identificação do professor-orientador;
- d. acompanhar a elaboração dos projetos de TCC;
- e. organizar as bancas de qualificação dos projetos de TCC.

Artigo 20 São atribuições do professor orientador:

- a. avaliar a relevância do tema a ser desenvolvido pelo estudante;
- b. prestar orientação técnico-científica na elaboração do projeto e na execução do TCC;
- c. fazer sugestões de bibliografia e indicação de demais fontes de consultas e pesquisas;
- d. sugerir os nomes para compor a banca examinadora do TCC
- e. manter uma postura ética em relação ao estudante;
- f. comunicar à coordenação de TCC quaisquer acontecimentos que impliquem modificações na execução do TCC e no cumprimento do cronograma;
- g. presidir a banca de defesa do TCC;
- h. comunicar à coordenação de TCC o resultado da defesa, a fim de que seja homologado em colegiado.

Artigo 21 São atribuições do colegiado do curso:

- a. homologar o calendário de atividades do TCC;
- b. homologar a indicação dos professores-orientadores e dos temas de TCC;
- c. homologar as bancas examinadoras o resultado das defesas de TCC.

Artigo 22 São atribuições do estudante de TCC:

- a. eleger um tema de TCC, a partir das especificidades do Campo de Publicas e do curso de Administração Pública e Gestão Social da UFCA
- b. indicar um professor-orientador, tendo em vista as linhas de pesquisa e áreas de conhecimento do mesmo;
- c. cumprir os prazos definidos pela coordenação de TCC e homologados pelo colegiado do curso;
- d. entregar, nos prazos estipulados, a documentação exigida para a atividade de TCC;
- e. manter uma postura ética na relação com o professor-orientador;
- f. comunicar à coordenação de TCC quaisquer acontecimentos que impliquem modificações na execução do TCC e no cumprimento do cronograma;
- g. entregar, com antecedência mínima de 15 dias corridos, cópias do TCC para serem enviadas aos membros da banca examinadora;
- h. entregar, no prazo estipulado no cronograma, a versão final do TCC com as adequações sugeridas pela banca.

Artigo 23 São atribuições da banca examinadora:

- a. ler e tecer considerações sobre o TCC defendido;
- b. sugerir adequações necessárias ao aprimoramento do TCC;
- c. decidir o resultado da banca e atribuir nota ao TCC defendido.

Capítulo VI - DA DEFESA

Artigo 24 A defesa do TCC consistirá em uma avaliação pública mediante banca examinadora composta por 3 membros, sendo um deles o professor-orientador.

Parágrafo Único – A banca examinadora será composta preferencialmente por professores pertencentes ao quadro docente da UFCA, admitindo-se a participação de, no máximo 01 membro externo, que poderá ser um professor ou profissional, desde que possua formação acadêmica e reconhecida experiência na área.

Artigo 25 A defesa do TCC deverá ser realizada até o final do período letivo de conclusão do curso, em local e horário definidos pelo Coordenador do TCC e publicado em meios de divulgação até 15 dias antes da data de defesa.

§ 1º No ato da defesa, o discente terá entre 15 e 20 minutos para sua apresentação e em seguida, cada membro da banca terá até 15 minutos para suas considerações e arguições.

§ 2º Por ser a defesa do TCC um ato público, qualquer pessoa interessada poderá participar como ouvinte.

§ 3º A avaliação do TCC será registrada em formulário próprio, após a defesa pública, onde cada membro da banca examinadora atribuirá nota de zero (0) a dez (10), considerando os aspectos de conteúdo do trabalho escrito e de sua defesa.

Artigo 26 Serão considerados como critérios de avaliação pela banca examinadora a capacidade de articulação e organização lógica de ideias; clareza e objetividade na redação do texto; relação entre a abordagem teórica e a execução prática; segurança do conteúdo exposto na apresentação e respostas dadas aos questionamentos formulados.

Artigo 27 Os resultados das avaliações devem ser expressos em termos de 'aprovado', 'aprovado com restrições' ou 'reprovado', incluindo a nota determinada pela média aritmética dos membros da banca.

§ 1º Caso o TCC apresentado pelo discente seja considerado 'aprovado com restrições', a banca examinadora poderá solicitar alterações e, caso julgue necessário, agendar uma nova defesa.

§ 2º Será considerado aprovado no TCC o estudante que obtiver nota final, atribuída pelos professores integrantes da banca examinadora, igual ou superior a 7,0 (sete).

Artigo 28 Será considerado reprovado na atividade de TCC, o estudante que:

- a. não entregar as versões parciais, conforme solicitação do orientador e a versão final no prazo estabelecido;
- b. faltar à defesa pública;
- c. incorrer em plágio;
- d. não atingir a nota mínima estabelecida para o TCC.

Artigo 29 A versão definitiva do TCC, incorporando possíveis sugestões apresentadas pela banca examinadora, deverá ser entregue, em 2 (duas) vias impressas e em versão digital, após a data da defesa, respeitando o prazo fixado pelo coordenador de TCC.

Capítulo VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30 Os prazos e as datas referentes à entrega dos documentos de TCC e do trabalho escrito serão informados pelo Coordenador de TCC no início do semestre,

para que os estudantes e seus respectivos orientadores estabeleçam calendários próprios de acordo com a proposta do Coordenador.

Artigo 31 Compete a Coordenação do Curso baixar normas complementares a esta Resolução, e, para dirimir dúvidas decorrentes deste normativo, é competente o Colegiado do Curso.

Artigo 32 São nulos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar este regulamento. Havendo comprovação de fraude nas atividades do TCC, incluindo o plágio, distorção ou invenção de dados, o discente perderá o direito de computar seus créditos, devendo realizá-lo novamente, além de poder responder administrativa e criminalmente, dependendo da gravidade do caso.

Artigo 33 No caso de discentes que venham transferidos de outros cursos ou instituições, prevalecerá o disposto neste regulamento.

Artigo 34 Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo coordenador de TCC e, em última, pelo colegiado do curso de Administração Pública.

Artigo 35 Este regulamento entrará em vigor a partir da sua aprovação pelo colegiado do curso de Administração Pública e Gestão Social.

Coordenação do Curso de Administração Pública e Gestão Social

Juazeiro do Norte, 11 de Novembro de 2015

APENDICE 2: Resolução de Estágio Curricular Supervisionado em Residência Social

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL**

**CAPGS/NDE - RESOLUÇÃO Nº 02/2015 de 11 DE NOVEMBRO DE 2015
QUE DISPÕE SOBRE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM
RESIDÊNCIA SOCIAL**

A Residência Social (RS) tem integrado processos formativos de gestores públicos e sociais, o que a caracteriza como uma prática de educação profissional que oferece mais vantagens para a formação integral do discente do que o estágio convencional, uma vez que estimula a construção de uma experiência singular com o campo de atuação, dando conta da sua complexidade e múltiplas referências. Nesse sentido, tanto como teoria quanto como prática, adequa-se ao perfil técnico-político do Gestor Público e Social que o curso pretende formar.

Capítulo I – PREVISÃO LEGAL

Artigo 1º - A Resolução CNE/CES Nº 1, de 13 de Janeiro de 2014⁴, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, no seu Art. 6º, item IX, define que a “concepção e composição das

⁴ . Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

atividades de estágio curricular supervisionado” podem contemplar “diferentes formas e condições de realização”. No Art. 7º reforça que o estágio supervisionado poderá assumir “várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior”.

Artigo 2º - O Curso de Administração Pública: Gestão Pública e Social assumirá a Residência Social como prática de estágio curricular supervisionado, de acordo com esta resolução.

Artigo 3º - Nas situações em que o campo de estágio em Residência Social diferir das exigências específicas da Lei 11.788 de 25 de Setembro de 2008 quanto à parte concedente (Art. 9º), o estágio em Residência Social será equiparado à atividade de extensão, de monitoria ou de iniciação científica, conforme previsto no Capítulo I; Art. 2º, §3º da mesma Lei.

Capítulo II – DEFINIÇÕES e OBJETIVOS

Artigo 4º A Residência Social (RS) “é um construto que compreende dois significados complementares: o residir, isto é, permanecer, criar raízes e redes, identidades e memórias, e o social, traduzido em interações de múltiplas naturezas e complexidades. Como construção social ancorada na prática reflexiva de saberes multi, inter e transdisciplinares”⁵.

Parágrafo Primeiro – “Quanto ao aspecto pedagógico a Residência Social é uma prática de aprendizagem por imersão em territórios localizados, que prevê a integração de estudantes em ações, projetos e programas institucionalizados por organizações e interorganizações orientadas ao desenvolvimento. Esta integração se dá com os atores sociais envolvidos e com o local de referência, que pode ser mais próximo ou mais distante, desde espaços escalares microlocais à internacionais”⁶.

Parágrafo Segundo – A Residência Social tem como objetivo proporcionar a imersão do discente em um contexto de práticas que pode incluir diferentes espaços institucionalizados ou não que vão desde projetos, programas, núcleos, ações de pesquisa, cultura, extensão até experiências em territórios, organizações públicas, privadas ou da sociedade civil, visando ampliar os conhecimentos teóricos e práticos ao vivenciar os desafios próprios do Campo de Públicas, valendo-se dos conhecimentos apreendidos durante o Curso, adquirindo novos e podendo oferecer contribuições significativas.

Capítulo III - DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 5º - O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório do Curso é requisito parcial para obtenção do título do Bacharel em Administração Pública e Gestão Social. Será ofertada em uma atividade de 6 créditos (96 horas) no 8º semestre, como Residência Social (96 horas)

5 . Dicionário da Formação em Gestão social. Observatório da Formação em gestão social. Tânia Maria Diederichs FISCHER, Residência Social, 2013.

6 . *Idem*

Artigo 6º - No que diz respeito ao aproveitamento de estágio segue-se o que se define na Resolução N.º 10/2015/CONSUP, de 11 de Março de 2015:

§1º Não pode haver aproveitamento de estágio para alunos ingressantes através de admissão de graduados, salvo nos casos previstos em Lei.

§2º Excepcionalmente ingressantes por admissão de transferência de outras IES, o estágio pode ser aproveitado mediante análise e aprovação de comissão designada pela coordenação do Curso.

§3º A análise dos requerimentos de aproveitamento do estágio é de responsabilidade da Comissão designada pela Coordenação do curso de graduação, que deve emitir um parecer.

Capítulo IV - DA OFICINA TEMÁTICA DE METODOLOGIAS INTEGRATIVAS E DE RESIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 7º A oficina temática, ofertada como disciplina no 7º semestre é pré-requisito para a Residência Social e destina-se ao estudo de metodologias integrativas que ajudarão no planejamento e na prática da imersão.

§ 1º - Durante a Oficina, o estudante deve estabelecer uma aproximação com ações, projetos, núcleos, laboratórios, programas, organizações, contextos etc. na qual o fará a sua imersão e elaborar o seu Plano Individual de Residência Social (PIRS).

§ 2º - O Professor organizará a sistemática de encontros de acordo com o seu Plano de Curso e fará uma avaliação processual da compreensão da metodologia e do desempenho do discente na Oficina, atribuindo notas ao Plano Individual da Residência Social (PIRS) e a outras atividades que julgar necessário, compondo uma Média Final de acordo com o seu planejamento.

§ 3º - As horas da Oficina Temática, NÃO CONTAM como estágio. O controle das horas será realizado pelo professor a partir do registro da frequência nos encontros presenciais e/ou em outras atividades de campo ou não presenciais de acordo com o planejamento da oficina realizado pelo docente.

§ 4º - Até o final da Oficina, cada discente deve convidar um professor do Curso para ser seu orientador, levando em consideração a sua área de atuação e a distribuição equânime dos orientandos entre os professores.

Capítulo V - DA ATIVIDADE DE RESIDENCIA SOCIAL - IMERSÃO

Artigo 8º - A atividade de Residência Social consiste na imersão propriamente dita, acompanhada por um orientador, escolhido entre os professores do Curso, e um tutor no local da residência.

§ 1º O residente deverá cumprir 96 horas de imersão, atestado em relatório de atividades pelo tutor e conferido pelo professor orientador.

§ 2º A atividade de Residência Social deve ser realizada preferencialmente em espaços diferenciados daqueles em que o discente já esteja habituado.

§ 3º Caso o disposto no §2º do Art. 7º não seja possível, o Plano Individual de Residência Social (PIRS) deve apontar para o desenvolvimento de habilidades e

competências a partir de contextos e situações diferenciadas dos que o residente costuma atuar, avaliando com o orientador a possibilidade do desenvolvimento da metodologia da Residência Social e do alcance dos objetivos pretendidos.

Artigo 9º - Durante a Imersão, o residente deverá:

- I. Executar o seu Plano Individual de Residência Social (PIRS) elaborado durante a oficina, fazendo as atualizações quando necessário;
- II. Cumprir o calendário de orientações definidos com o orientador;
- III. Produzir Diários de Campo (DC) para acompanhamento do orientador;
- IV. Produzir o seu Relatório Final de Residência Social;
- V. Apresentar o seu Relatório Final de Residência Social, socializando a experiência.

Capítulo VI - DA DOCUMENTAÇÃO

Artigo 10 - O residente deverá providenciar e entregar ao Coordenador de RS, em tempo hábil, a seguinte documentação:

- a) Carta de aceite assinada pelo Tutor (no início);
- b) Plano Inicial de Residência Social (no início);
- c) Relatório de Atividades preenchido pelo Orientador (no final);
- d) Relatório de Atividades preenchido pelo Tutor (no final)
- e) Relatório final da Residência social (no final)

Artigo 11 - Para o reconhecimento da RS como prática de estágio curricular supervisionado, o residente deverá providenciar e entregar à DIARI/UFCA (<http://www.ufca.edu.br/portal/estagios>) em tempo hábil, a seguinte documentação:

- a) Termo de Convênio;
- b) Termo de Compromisso do Estagiário;
- c) Demais documentos requeridos pela Central de Estágio.

Capítulo VIII – DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Artigo 12 - Integram o processo de planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação das atividades de estágio: o coordenador da Residência Social, os professores da Oficina; os orientadores, os tutores e os residentes.

Artigo 13 - São atribuições do Coordenador da RS:

- I. Receber, arquivar e manter organizada em pastas, todos os documentos relativos à RS;
- II. Prestar informações sobre os procedimentos para estabelecimento de convênios, termos de compromisso e planos de atividades;
- III. Buscar e divulgar oportunidades de espaços para a prática da RS.;
- IV. Submeter ao Colegiado do Curso problemas administrativos e disciplinares ocorridos no processo de RS;
- V. Elaborar orientações complementares a este regulamento e propor alterações ao colegiado do Curso, quando for o caso;

Artigo 14 - São atribuições dos Professores da Oficina:

- I. Elaborar o Plano da Oficina dando ciência aos discentes e primando pelo seu cumprimento integral;
- II. Estabelecer uma sistemática de estudos sobre a metodologia da RS;

- III. Explicar sobre o preenchimento dos formulários e documentação necessária à prática de RS;
- IV. Avaliar os discentes quanto à compreensão da prática e metodologia da RS, além de orientar a elaboração do PIRS, de acordo com o planejamento da Oficina;
- V. Acompanhar o desempenho do discente a partir de instrumentos próprios definidos para a Oficina;
- VI. Organizar a sistemática de socialização do processo e apresentação do produto final da Oficina.

Artigo 15 - São atribuições dos Professores Orientadores:

- I. Orientar aos discentes quanto a pertinência, coerência e efetividade da proposta antes e durante o processo de Imersão, ajudando a corrigir os rumos quando necessário;
- II. Orientar os discentes na revisão do Plano Individual de Residência Social (PIRS), na elaboração dos diários de campo (DC) e relatório final (RF) e no preenchimento dos formulários relativo à RS;
- III. Analisar e aprovar o planejamento e as propostas de atividades/ações apresentado pelo residente;
- IV. Acompanhar, por meio de encontros periódicos, o desenvolvimento das atividades/ações desenvolvidas pelo residente;
- V. Visitar os locais de residência para fins de acompanhamento, quando necessário;
- VI. Propor ao coordenador melhorias no processo de gestão e supervisão da RS, quando considerar necessário;
- VII. Preencher formulários e assinar documentos pertinentes à RS;
- VIII. Estimular o residente durante a imersão e refletir, com ele, sobre as possíveis dificuldades como parte do processo.

Artigo 16 - São atribuições dos Tutores:

- I. Assinar a Carta de Aceite entregue pelo residente;
- II. Discutir, com o residente, a proposta apresentada;
- III. Acompanhar o residente e orientá-los no ambiente no qual está inserido;
- IV. Colaborar com a familiarização do residente no contexto de prática;
- V. Garantir que o residente atue com autonomia sem, no entanto, desrespeitar a cultura organizacional do contexto de prática;
- VI. Participar dos encontros e seminários sobre RS organizados pelo Curso;
- VII. Preencher o Relatório Final com a avaliação e certificação das horas cumpridas,
- VIII. Preencher e assinar outros documentos que se fizerem necessários para o Curso e/ou a Universidade.

§1º Será considerado “Tutor” a pessoa ligada ao contexto de prática que tenha condições e disponibilidade de acompanhar o residente durante a sua imersão.

§2º O “Tutor” não precisa, necessariamente, ser um conhecedor da metodologia da RS. Cabe ao residente, com ajuda do seu orientador, explicitar a sua proposta de trabalho no início podendo revisá-la com o tutor e demais sujeitos envolvidos.

§3º O tutor pode solicitar informações quanto a metodologia empregada ou sobre o residente a qualquer momento à Coordenação do Curso ou da Residência Social.

Artigo 17 - São atribuições dos Discentes Residentes:

- I. Realizar contato prévio com um professor orientador e submeter seu nome ao coordenador da RS;
- II. Debruçar-se sobre a metodologia da RS a fim de ter uma compreensão ampla da sua proposta;
- III. Selecionar o local da RS em consonância com as diretrizes deste regulamento e em comum acordo com o orientador;
- IV. Conhecer e cumprir as orientações deste regulamento, das normas de estágio da UFCA e da legislação pertinente ao estágio supervisionado, assim como os prazos do calendário das atividades da RS;
- V. Comparecer aos encontros previstos para orientação;
- VI. Manter discrição em relação às informações a que tiver acesso durante a imersão;
- VII. Manter uma postura ética em todas as relações que envolvem a prática da RS;
- VIII. Entregar à coordenação da RS, nos prazos estabelecidos, os documentos e relatórios requeridos neste regulamento, além de outros que se façam necessários.

Capítulo IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18 - São anuláveis os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar este regulamento. Havendo comprovação de fraude nas atividades da RS, incluindo o plágio, distorção ou invenção de dados, violação do sigilo ou outras falhas éticas, o discente perderá o direito de computar seus créditos, devendo realizá-las novamente.

Artigo 19 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador da RS *ad referendum* e/ou consultando previamente o colegiado do Curso quando necessário.

Artigo 20 Este regulamento entrará em vigor a partir da sua aprovação pelo colegiado do Curso de Administração Pública e Gestão Social.

Coordenação do Curso de Administração Pública e Gestão Social

Juazeiro do Norte, 11 de Novembro de 2015.

APENDICE 3: Resolução de Atividades Complementares

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

CAPGS/NDE - RESOLUÇÃO Nº 03/2015 de 11 DE NOVEMBRO DE 2015 QUE DISPÕE SOBRE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º As Atividades Complementares são identificadas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri - UFCA, como componentes curriculares obrigatórios, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno. Segundo o que é ilustrado no Art. 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Administração Pública no Brasil as atividades complementares:(...) *deverão possibilitar ao aluno reconhecer e testar*

habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão (Resolução CNE/CES no 01, de 13 de janeiro de 2014).

§ 1º Para atendimento dos objetivos didáticos das Atividades Complementares, faz-se necessário que o aluno vivencie experiências que possam integrar os conteúdos aprendidos em sala de aula em atividades pertinentes às áreas de Pesquisa, Ensino, Extensão e Cultura.

§ 2º Entre o rol de Atividades Complementares, incluem atividades realizadas dentro e fora do ambiente universitário, tais como a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

§ 3º As atividades aqui ilustradas foram definidas pela Resolução Nº 25/Consup, de 26 de agosto de 2015 da Universidade Federal do Cariri, que Dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFCA.

Art. 4º São consideradas atividades complementares:

- a) Atividades de iniciação à docência e outras ligadas ao ensino;
- b) Atividades de iniciação à pesquisa; produção Técnica e/ou Científica;
- c) Atividades de extensão;
- d) Atividades de participação e/ou organização de eventos; tais como: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades artístico-culturais e esportivas;
- e) Experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas; inclusive estágio não obrigatório;
- f) Participação em atividades ligadas a movimentos sociais e atividades comunitárias e na gestão pública;
- g) Participações em órgãos colegiados;

§ 1º Segundo o Art. 4º, parágrafo 1º, da Resolução Nº 25/Consup, de 26 de agosto de 2015, *“As coordenações de cursos estipularão a carga horária referente às Atividades Complementares que serão integralizadas nos currículos até o percentual máximo conforme a regulamentação específica do MEC.”* Tal carga horária deve ser cumprida em no mínimo três dos grupos apresentados acima.

§ 2º Conforme o Art. 5º da mesma resolução, *“A carga horária máxima que pode ser cumprida em um único grupo de atividades é de 60% da carga horária total para a integralização das Atividades Complementares do curso”.*

Art. 5º Para que as Atividades Complementares sejam aceitas, é necessária a apresentação dos comprovantes, conforme tabela explicativa **Anexo I** desta resolução.

CAPÍTULO III - DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.

Art. 6º A Coordenação do Curso de Administração Pública e Gestão Social, juntamente com a Coordenação Atividade Complementar, exercida por um professor do curso designado pelo colegiado, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação, aprovação e integralização das Atividades Complementares.

Parágrafo Único - O Curso de Administração Pública e Gestão Social, de acordo com o estabelecido no Projeto Político Pedagógico do Curso, exige a integralização de 216 horas de Atividades Complementares, de acordo com o parecer do processo favorável da Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 7º O aproveitamento das atividades complementares será feito pela Coordenador de atividade complementar do Curso de Administração Pública e Gestão Social, mediante a devida comprovação pelo estudante através de documentos que deverão ser avaliados pelo coordenador em função da natureza da atividade complementar.

Art. 8º Para a participação dos estudantes nas Atividades Complementares, serão observados os seguintes critérios:

- a) Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- b) Entregar os documentos até 90 dias antes do final do semestre de conclusão do curso.
- c) Serem integralizadas até sessenta dias do período anterior à conclusão do Curso.

Art. 9º A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório e definindo a carga horária a ser aproveitada, e tomará as providências cabíveis em conformidade com as disposições do Art. 6, § 2º, da Resolução Nº 25/Consup, de 26 de AGOSTO De 2015.

Art. 10 Os casos de estudantes ingressos no Curso através de transferência de outra IES ou mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares, serão avaliados pela Coordenação do Curso e Coordenação da Atividade Complementar.

Art. 11 Os estudantes ingressos por meio de admissão de graduados deverão desenvolver as Atividades Complementares requeridas por seu atual curso, ou seja, não podem solicitar aproveitamento de atividades desenvolvidas. Contadas apenas as atividades realizadas durante a efetiva matrícula no Curso de Administração Pública e Gestão Social.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo coordenador de atividade podendo consultar o colegiado do Curso caso haja necessidade.

Art. 13 Esta resolução entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

Coordenação do Curso de Administração Pública e Gestão Social

Juazeiro do Norte, 11 de Novembro de 2015

Anexo I - TABELA EXPLICATIVA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade Complementar	Tipo de ações desenvolvidas	Documentação Comprobatória	Carga Horária Máxima
Atividades de iniciação à docência	Participação em projetos/programas de ensino.	Declaração ou Certificado expedido pela Universidade	80 horas

Atividades de iniciação à pesquisa; produção Técnica e/ou Científica	Participação em núcleos/laboratórios de pesquisa Participação e Publicação de trabalhos completos ou resumos em anais de eventos	Declaração ou Certificado expedido pela Universidade Impressão da primeira página da publicação, contendo título, autores e resumo do trabalho Impressão da capa do material de produção técnica	80 horas
Atividades de extensão	Participação em projetos/programas de extensão Participação em cursos e oficinas de extensão, outras ações.	Declaração ou Certificado expedido pelo órgão vinculado à ação	80 horas
Atividades de participação e/ou organização de eventos	Participação em Congressos, Conferências, Seminários, Encontros, Simpósios, Semanas Acadêmicas e Jornadas (Nacionais, Regionais, Estaduais ou Locais) Participação na comissão organizadora de Congressos, Conferências, Seminários, Encontros, Simpósios, Semanas Acadêmicas e Jornadas (Nacionais, Regionais, Estaduais ou Locais)	Declaração ou Certificado expedido pelo órgão vinculado à ação	60 horas
Experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas	Estágios não obrigatórios em diversos âmbitos Participação em capacitações, oficinas e cursos de formação complementar Organização de capacitações, oficinas e cursos de formação complementar	Declaração ou Certificado expedido pelo órgão vinculado à ação	60 horas
Participação em atividades ligadas a movimentos sociais e atividades comunitárias e na gestão pública	Prestação de serviços voluntários à comunidade Participação em atividades do movimento estudantil. Participação em eventos ligados à movimentos sociais Organização de eventos ligados à movimentos sociais	Declaração ou Certificado expedido pela organização vinculada à ação	30 horas

Participações em órgãos colegiados;	Participação em atividades colegiadas como C.A. reuniões de colegiado do curso, e de outras natureza.	Declaração ou Certificado expedido pelo órgão vinculado à ação	30 horas
-------------------------------------	---	--	----------